

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	6
3.4 - Política de destinação dos resultados	7
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	8
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	9
3.7 - Nível de endividamento	10
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	11
3.9 - Outras informações relevantes	12

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	13
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	20
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	21
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	26
4.5 - Processos sigilosos relevantes	27
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	28
4.7 - Outras contingências relevantes	29
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	30

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	31
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	33
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	34
5.4 - Outras informações relevantes	35
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	36
6.3 - Breve histórico	37
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	42
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	43
6.7 - Outras informações relevantes	44
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	46
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	47
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	48
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	57
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	58
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	65
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	66
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	67
7.9 - Outras informações relevantes	68
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	69
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	70
8.3 - Operações de reestruturação	71
8.4 - Outras informações relevantes	72
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	73
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	76

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	77
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	85
9.2 - Outras informações relevantes	87

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	88
10.2 - Resultado operacional e financeiro	97
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	100
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	101
10.5 - Políticas contábeis críticas	104
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	114
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	115
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	116
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	117
10.10 - Plano de negócios	118
10.11 - Outros fatores com influência relevante	119

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	120
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	121

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	122
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	126
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	128
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	129
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	130
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	131
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	136
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	137

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	138
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	140
12.12 - Outras informações relevantes	141

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	143
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	144
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	147
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	148
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	149
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	150
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	151
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	152
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	153
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	154
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	155
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	156
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	157
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	158
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	159
13.16 - Outras informações relevantes	160

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	161
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	162
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	163

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	165
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	166
15.3 - Distribuição de capital	173
15.4 - Organograma dos acionistas	174
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	175
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	180
15.7 - Outras informações relevantes	181
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	182
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	183
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	185
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	186
17.2 - Aumentos do capital social	187
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	188
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	189
17.5 - Outras informações relevantes	190
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	191
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	192
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	193
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	194
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	195
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	196

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	197
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	198
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	199
18.10 - Outras informações relevantes	200
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	201
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	202
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	203
19.4 - Outras informações relevantes	204
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	205
20.2 - Outras informações relevantes	206
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	207
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	208
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	209
21.4 - Outras informações relevantes	210
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	211
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	212
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	213
22.4 - Outras informações relevantes	214

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Cesar Gomes Júnior

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Rildo Pinheiro

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0024-17
Período de prestação de serviço	28/02/2008
Descrição do serviço contratado	Exame das demonstrações financeiras, controladora e consolidado preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade; revisão das informações trimestrais da controladora e consolidado.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração, referente a honorários, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes pelos serviços de auditoria prestados no último exercício social (findo em 31 de dezembro de 2010) foi de R\$ 195 mil. A empresa também contratou durante o exercício de 2010 um estudo preliminar para suporte ao processo de conversão das demonstrações financeiras consolidadas às normas internacionais de contabilidade (IFRS). Os honorários deste serviço foram R\$ 40 mil.
Justificativa da substituição	Não aplicável, dado que não houve substituição dos auditores independentes nos últimos três exercícios sociais.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, dado que não houve substituição dos auditores independentes nos últimos três exercícios sociais.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Carlos Alexandre Peres	01/04/2009 a 31/03/2010	116.814.068-45	Rua Alexandre Dohler, nº 129, 6º andar, cj 605, Centro, Joinville, SC, Brasil, CEP 89201-260, Telefone (47) 34227848, Fax (47) 34226771, e-mail: carlos.perez@br.pwc.com
Carlos Biedermann	28/02/2008 a 31/03/2009	220.349.270-87	Rua Alexandre Dohler, nº 129, 6º andar, cj 605, Centro, Joinville, SC, Brasil, CEP 89201-260, Telefone (47) 34227848, Fax (47) 34226771, e-mail: carlos.biedermann@br.pwc.com
Carlos Biedermann	01/04/2010	220.349.270-87	Avenida Rio Branco, nº 847, sala 401, Centro, Florianópolis, SC, Brasil, CEP 88015-205, Telefone (48) 32120200, Fax (48) 32120210, e-mail: carlos.biedermann@br.pwc.com

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)	Exercício social (31/12/2008)
Patrimônio Líquido	60.837.833,83	26.949.132,71	-414.684,94
Ativo Total	567.423.219,47	475.273.362,32	477.849.736,15
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	511.415.150,29	380.207.391,67	356.263.417,78
Resultado Bruto	163.443.833,20	105.216.824,77	119.053.163,70
Resultado Líquido	32.305.098,13	19.166.839,42	-9.345.184,73
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	159.008.924	159.008.924	159.008.924
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	0,382606	0,169482	0,002608
Resultado Líquido por Ação	0,203165	0,120539	-0,058771

3.2 - Medições não contábeis

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Valor e b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

	EBITDA		
	2010	2009	2008
Resultado líquido atribuível a acionistas da Companhia	32.295	19.161	(9.352)
Receita (despesa) financeira líquida	25.991	10.165	32.101
Depreciação, amortização e exaustão	16.762	16.522	15.382
Imposto de renda e contribuição social	2.669	7.199	9.859
Resultado líquido atribuível a participação dos não controladores	9	6	7
Resultado do exercício de operações descontinuadas	8.425	5.745	13.755
(=) EBITDA das operações continuadas (*)	86.151	58.798	61.752
% da Receita Líquida	17%	15%	17%

(*) De acordo com o CPC/IFRS, as operações descontinuadas não fazem parte do resultado operacional.

c) Motivos pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

O EBITDA (*“earnings before interest, taxes, depreciation and amortization”* ou lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização) é um indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado da empresa sem a influência de sua estrutura de capital e de efeitos tributários, sem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição às informações das demonstrações financeiras auditadas.

A Companhia entende que a utilização do EBITDA como medida de desempenho pode ser mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta. O motivo para tanto é que o EBITDA retrata seu desempenho sem a influência de fatores ligados, dentre outras coisas, (i) à sua estrutura de capital, como despesas com juros de seu endividamento, flutuações de taxas de juros e outros resultados financeiros, (ii) à sua estrutura tributária, como seu imposto de renda e contribuição social, (iii) à suas despesas com depreciações e amortizações, e (iv) à participação de acionistas não controladores. Estas características, no entendimento da Companhia, tornam o EBITDA uma medida mais prática e mais apropriada de seu desempenho, pois afere de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de suas atividades de produção e comercialização de revestimentos cerâmicos no período.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao Lucro Líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Os eventos subsequentes referem-se a (i) celebração do acordo de acionistas em 15 de abril de 2011 descrito no item 15.5 e (ii) a expectativa de conclusão do processo de consolidação do parcelamento da Lei nº 11.941/09 até 30 de junho de 2011, mas que não alteram à últimas demonstrações financeiras.

3.4 - Política de destinação dos resultados

a) Regras sobre a retenção de lucros

Não houve retenção de lucro nos três últimos exercícios sociais, conforme detalha a tabela abaixo:

Exercício Social encerrado em 31.12.2010	Exercício Social encerrado em 31.12.2009	Exercício Social encerrado em 31.12.2008
a) Regras sobre a retenção de lucros		
Não houve retenção de lucros, pois a Companhia vem apresentando prejuízo acumulado. O artigo 34 do Estatuto Social prevê que, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados. Em Assembleia Geral Ordinária, os Acionistas decidiram, acolhendo a manifestação da administração da empresa, por unanimidade dos votantes, destinar o Lucro Líquido do Exercício, à conta de prejuízos acumulados.	Não houve retenção de lucros, pois a Companhia vem apresentando prejuízo acumulado. O artigo 34 do Estatuto Social prevê que, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados. Em Assembleia Geral Ordinária, os Acionistas decidiram, acolhendo a manifestação da administração da empresa, por unanimidade dos votantes, destinar o Lucro Líquido do Exercício, à conta de prejuízos acumulados.	Não houve retenção de lucros, pois a Companhia vem apresentando prejuízo acumulado. O artigo 34 do Estatuto Social prevê que, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados.

Estão definidas, na forma de seu Estatuto Social, as seguintes Reservas de lucros: Reserva legal, Reserva para Contingências e Reservas de retenção de lucros.

Quando não houver saldo em "Prejuízos Acumulados", a primeira reserva a ser constituída é a reserva legal, formada por 5% do resultado líquido positivo do exercício, não podendo ultrapassar 20% do capital social da Companhia. Poderá ainda ser formada conforme previsto no art. 195 da Lei 6.404/76, a reserva para contingências, mediante proposta dos órgãos da administração. A última reserva expressa no Estatuto Social tem sua constituição através de proposta dos órgãos da administração para retenções de lucros com base em orçamento de capital previamente aprovado, sendo que esta não pode resultar em prejuízo à distribuição dos dividendos obrigatórios. Além das reservas citadas não há outras previstas pelo Estatuto Social da Companhia. Aplicam-se ainda todas as outras reservas de lucros dispostas na Lei 6.404/76.

b) Regras sobre distribuição de dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia, correspondem a 25% do lucro líquido do exercício após a destinação à Reserva Legal e demais deduções e acréscimos previstos no art. 202, II e III da Lei 6.404/76.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

Não se aplica, dado não houve a distribuição de dividendos nos últimos exercícios sociais.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não se aplica, dado que a Companhia não possui restrições à distribuição de dividendos.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Apesar dos crescentes resultados mensurados em EBITDA ("earnings before interest, taxes, depreciation and amortization" ou lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização), não houve distribuição de dividendos nos três últimos exercícios sociais. Uma vez que os lucros líquidos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 foram destinados integralmente à conta de prejuízos acumulados. E no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 o resultado líquido foi negativo.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não houve distribuição de dividendos nos últimos três exercícios sociais.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2010	506.585.385,71	Índice de Endividamento	8,32681497	
	0,00	Outros índices	3,27463407	<p>O segundo índice é obtido a partir da divisão da dívida líquida pelo EBITDA. A dívida líquida é composta pelos empréstimos e financiamentos somados aos parcelamentos de obrigações tributárias descontados de caixa e equivalente caixa, bem como títulos e valores mobiliários.</p> <p>A abertura em dois índices com e sem a dívida dos parcelamentos tributários, é elucidativa devido ao prazo muito mais longo de amortização das últimas, em sua maior parte superior a cinco anos, chegando até quinze anos, comparado com o prazo da dívida bancária, que em sua maior parte é inferior a três anos.</p>
	0,00	Outros índices	1,49625657	<p>São apresentados dois novos índices, o primeiro é apurado através da divisão da dívida bancária líquida em 31 de dezembro de 2010 pelo EBITDA do exercício. A dívida bancária líquida corresponde ao saldo dos empréstimos e financiamentos (incluindo saldo de financiamentos de longo prazo de fornecedores de máquinas e equipamentos) deduzidos das disponibilidades e títulos e valores mobiliários.</p> <p>Acredita-se que o índice de endividamento não é o mais apropriado devido ao efeito de prejuízos acumulados há muitos anos no montante do patrimônio líquido, ainda não revertidos pelos lucros obtidos nos anos recentes. Desta forma, os dois novos índices apresentados, por estarem relacionados à capacidade recente de geração de caixa da Companhia, melhor representam a situação financeira quanto ao nível de endividamento financeiro e fiscal.</p>

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2010)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	20.271.233,45	19.920.170,25	1.775.003,40	549.262,89	42.515.669,99
Garantia Flutuante	66.979.835,49	4.444.133,36	0,00	0,00	71.423.968,85
Quirografárias	171.269.129,51	74.554.932,73	37.359.355,69	109.462.328,94	392.645.746,87
Total	258.520.198,45	98.919.236,34	39.134.359,09	110.011.591,83	506.585.385,71
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Capital de giro

Capital de giro	2008	2009	2010	Variação %	Variação nominal
Contas a receber	79.865	70.989	101.491	43%	30.502
Adiantamento a fornecedores	2.365	2.121	747	-65%	(1.374)
Estoques	64.300	71.037	93.745	32%	22.708
Fornecedores	(72.178)	(68.033)	(87.689)	29%	(19.656)
Adiantamento a clientes	(19.957)	(20.254)	(14.659)	-28%	5.595
Capital de giro aplicado	54.395	55.860	93.635		37.775

A necessidade de capital de giro aumentou em relação ao mesmo período do ano anterior por três principais fatores: (i) em 2009 estiveram em vigor condições excepcionais de prazo de alguns dos maiores fornecedores, principalmente de energia e de esmaltes e corantes, como apoio à Companhia em função da parada de produção de seu parque fabril em dezembro de 2008 causada pela interrupção do fornecimento de gás natural; (ii) o aumento de vendas requereu maior financiamento a clientes; e (iii) o aumento da capacidade de produção própria e das compras de produtos produzidos por terceiros elevou o nível de estoques necessários para suprir a demanda.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Com relação à Companhia:

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e o risco de mercado que está descrito no item 5. O programa de gestão de risco global da Companhia e suas controladas, conjuntamente denominados “o Grupo” se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira, identificam, avaliam e protegem o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

i) Risco de crédito

O Grupo mantém rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em títulos públicos federais e títulos privados de baixo risco.

ii) Risco de liquidez

É o risco de o Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

Em 31 de dezembro de 2010, o Grupo apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 36.784 (R\$ 63.638 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 70.673 em 31 de dezembro de 2008). Os planos da Administração para reverter esta situação estão baseados nas seguintes iniciativas:

- Re-estruturação da dívida visando o alongamento do perfil do endividamento, obtenção de carência para amortização e redução do custo financeiro de captação.
- Implantação de medidas para o equacionamento operacional e financeiro, objetivando melhorar as margens de lucratividade, tais como: redução de custos e despesas, substituição de equipamentos por outros de maior produtividade, lançamento de produtos inovadores.
- Recebimento de créditos em processo já transitado em julgado, inclusive na liquidação de sentença referentes a empréstimo compulsório da Eletrobrás, até então classificados no ativo não circulante.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2010				
Empréstimos e financiamentos	97.448	16.214	21.074	5.646
Obrigações de arrendamento financeiro	136	38	-	-
Fornecedores	87.645	-	-	-
Parcelamento de obrigações tributárias	16.552	16.551	39.652	80.454
Total	201.781	32.803	60.726	86.100

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2009				
Empréstimos e financiamentos	92.666	10.744	17.438	-
Obrigações de arrendamento financeiro	205	144	-	-
Fornecedores	68.033	-	-	-
Parcelamento de obrigações tributárias	22.179	14.432	40.943	76.078
Total	183.083	25.320	58.381	76.078

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2008				
Empréstimos e financiamentos	98.676	21.703	14.529	-
Obrigações de arrendamento financeiro	109	95	-	-
Fornecedores	72.178	-	-	-
Parcelamento de obrigações tributárias	9.761	6.983	15.811	7.423
Total	180.724	28.781	30.340	7.423

b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle:

Os gestores não detectaram risco ao negócio, pois foi protocolado na Companhia em abril de 2011 um acordo de acionistas com cerca de 60% do capital votante, com validade de trinta anos e restrições por cinco anos para negociação das ações integrantes deste bloco.

c) Com relação aos acionistas da Companhia:

- A Companhia não poderá pagar dividendos aos titulares de suas ações até que sejam absorvidos os prejuízos acumulados atualmente existentes;
- Eventuais vendas de volumes substanciais de ações de emissão da Companhia, ou a percepção de que tais vendas possam ocorrer, podem causar volatilidade devido à pequena liquidez atual, e impactar adversamente o valor de mercado das ações.

d) Com relação a controladas e coligadas da Companhia:

- A Companhia possui créditos fiscais com a parte relacionada Refinadora Catarinense S.A., intitulados “crédito-prêmio IPI” e o risco apresentado é em relação ao prazo de recebimento destes haveres. Ressalta-se o baixo risco desta operação considerando que o contrato celebrado com a “Refinadora”

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

possui garantia de ressarcimento dos valores não utilizados, que os créditos em garantia já se transformaram em precatório e a expectativa de recebimento destes haveres será iniciada no exercício de 2011.

- A Companhia participa com 99% ou mais de suas controladas, todas atuando na cadeia do segmento cerâmico, portanto não há risco para o negócio que não esteja considerado na Companhia.

e) Com relação aos fornecedores da Companhia:

- A Companhia e suas subsidiárias podem figurar como responsáveis solidários das dívidas trabalhistas de fornecedores terceirizados;
- Utilização do gás natural, principal combustível para a produção de cerâmica, atualmente oriundo da Bolívia, e a alternativa energética seria o GLP, de custo mais alto;
- Aumento de preços de matérias primas e insumos decorrentes de eventual desequilíbrio de oferta e demanda, variação na legislação que regula a tributação dos insumos, e flutuações de taxa de câmbio, podem aumentar a volatilidade operacional da Companhia. Ressalte-se, no entanto, que se tais mudanças ocorrerem, elas afetam os vários players do segmento, o que significa que a competitividade relativa da Companhia é preservada. Atualmente, a composição do custo industrial da Companhia é a seguinte:

	2010		2009		2008	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Insumos	201.754	57,98%	165.901	60,33%	141.425	59,62%
Energia / Gás Natural	69.037	19,84%	58.710	21,35%	50.099	21,12%
Mão de obra	61.104	17,56%	37.207	13,53%	31.074	13,10%
Depreciação	16.076	4,62%	13.172	4,79%	14.612	6,16%
Total	347.971	100,00%	274.990	100,00%	237.210	100,00%

*O CPV contempla diversos custos além do custo industrial, e em 2009 e 2008 alguns custos possuíam valores irrelevantes como, por exemplo, o custo de produtos comprados para revenda, que em 2010 teve maior movimentação, portanto o valor da proporção da tabela acima pode não ser exato na distribuição entre insumos, energia, mão de obra e depreciação.

f) Com relação aos clientes da Companhia

A Companhia está sujeita a riscos normalmente associados à concessão de crédito a seus clientes. Caso ocorra uma taxa de inadimplência maior que a estimada, que tem sido historicamente baixa, o resultado da Companhia poderá ser afetado.

g) Com relação ao setor de atuação da Companhia:

- O consumo de produtos cerâmicos está intimamente ligado ao desempenho do setor imobiliário, que depende de disponibilidade de crédito aos consumidores e construtores, atualmente abundante. Em caso de haver deterioração neste cenário poderá haver um efeito adverso na demanda por produtos e nos resultados operacionais da Companhia. No entanto, como amplamente divulgado pela imprensa, este setor está vivenciando um aquecimento sem precedentes, gerando demanda por todos os itens relacionados à construção civil. E cumpre ressaltar que os produtos cerâmicos são consumidos na última fase do ciclo médio da construção civil – o que significa que, em 2010, a Companhia se beneficia das obras iniciadas em 2008 e 2009 e, nos três anos vindouros, daquelas que estão sendo lançadas neste momento.

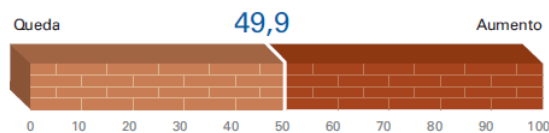
4.1 - Descrição dos fatores de risco

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

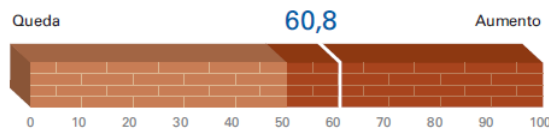


Conforme pesquisa Sondagem da Construção Civil, da Confederação Nacional da Indústria¹, em 2011 a atividade exibiu pequena queda em março, mas deverá manter a expansão nos próximos seis meses:

Evolução do nível de atividade em Março



Expectativa com relação à atividade para os próximos 6 meses



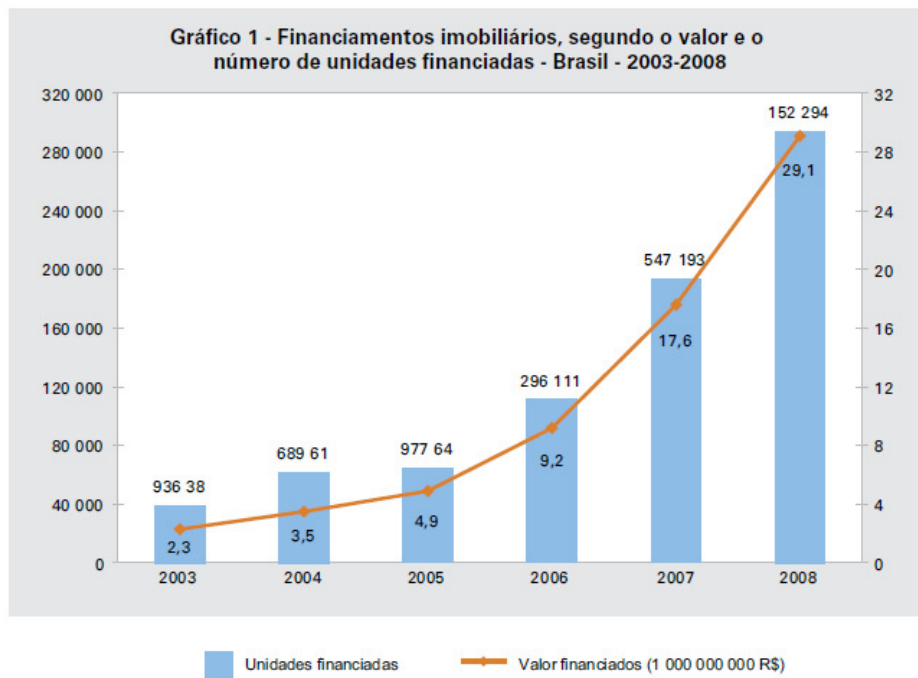
- As condições da economia, do mercado imobiliário, e os ciclos da indústria de construção são influenciados por: (i) níveis de emprego; (ii) crescimento populacional (iii) confiança e demanda do consumidor (iv) crescimento da renda; (v) taxa de juros; (vi) inflação; e (vii) disponibilidade de financiamento; entre outros fatores que podem provocar volatilidade na demanda. Neste sentido, são alvissareiras as estatísticas do IBGE², que indicam crescimento na quantidade e valor dos financiamentos de imóveis no Brasil, já que esta é uma condição *sine qua non* para o crescimento do segmento imobiliário:

¹ http://www.cni.org.br/portal/data/files/FF8080812FA1DE73012FB5F6E27063A6/Sondagem%20Construcao%20Civil_%20mar11.pdf

² Pesquisa Anual da Indústria da Construção, v18, 2008, disponível em: <http://www.ibge.com.br/home/estatistica/economia/industria/paic/2008/comentario.pdf>

4.1 - Descrição dos fatores de risco

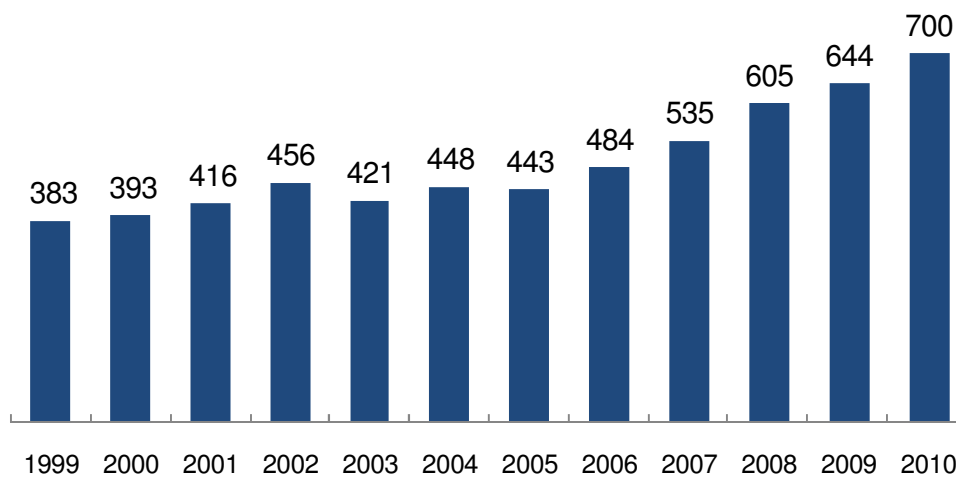
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Fonte: Sistema financeiro nacional. Sistema financeiro de habitação. Estatísticas do sistema financeiro de habitação 2003-2008. In: Banco Central do Brasil. Brasília, DF, [2008-2009]. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/SFHESSTAT>>. Acesso em: abr. 2010.

A percepção de baixo risco de mercado à operação é reforçada pela tendência de consumo de revestimentos cerâmicos no mercado brasileiro que, segundo dados da associação do setor, a Anfacer, exhibe uma sólida e constante trajetória de crescimento nos últimos doze anos:

Vendas (milhões m²)

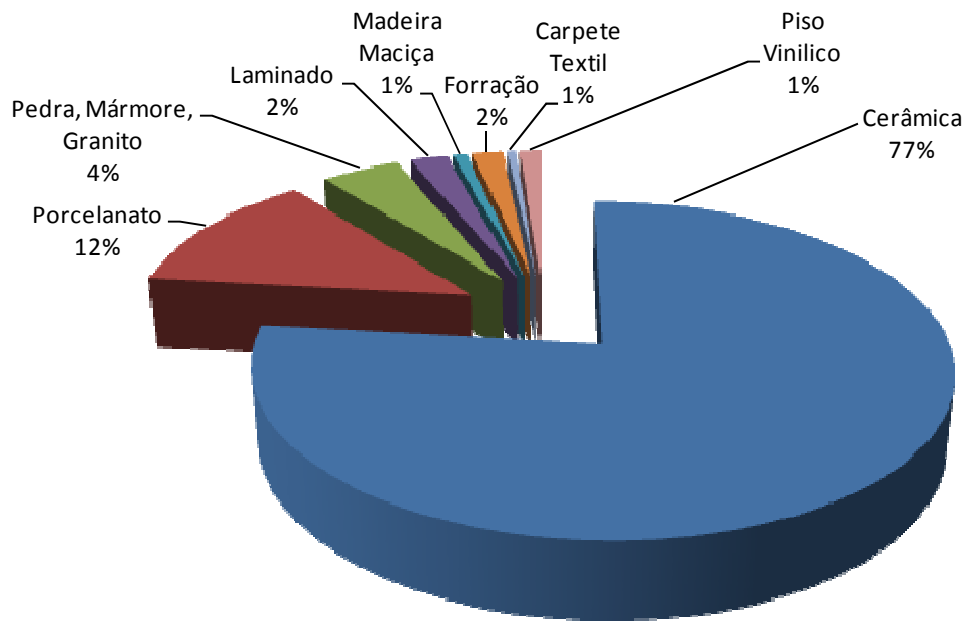


Chama ainda a atenção o fato de que, no total das vendas de revestimentos, as tipologias predominantes são a cerâmica e o porcelanato, segundo estatísticas da Abiplar de 2010:

Consumo: Cerâmica + Porcelanato = 89% do consumo interno de revestimentos para pisos

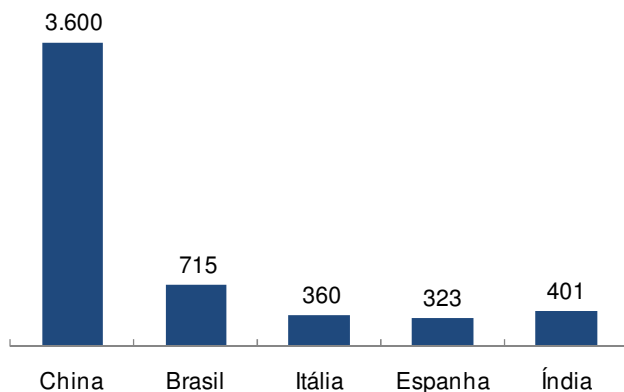
4.1 - Descrição dos fatores de risco

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

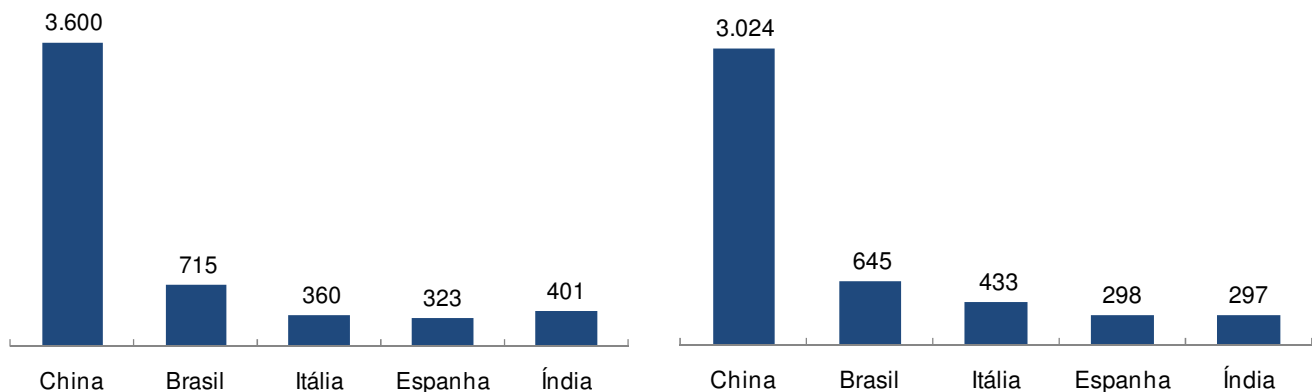


A preferência do consumidor brasileiro pela cerâmica – incrustada em nossa cultura pela colonização portuguesa, que para cá trouxe a arte herdada dos árabes – é um dos fatores que explica a vice-liderança de nosso país na produção e consumo desse tipo de produto em todo o mundo:

Produção 2009¹ (milhões m²)



Consumo 2009² (milhões m²)



No Brasil, em 2010 a produção era de 753 milhões de m² e o consumo 700 milhões de m².

h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia:

- Carga tributária sobre os produtos cerâmicos (Exemplo: IPI);
- A regulamentação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) pode afetar o suprimento de matérias primas;
- Regulamentação do meio ambiente – cujo risco é diminuído pela postura proativa da empresa que, desde sua fundação, buscou antecipar-se às exigências legais. Por este motivo, a Companhia já alcançou a marca de 99,5% de reaproveitamento dos resíduos sólidos gerados na produção.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua:

Os riscos são pequenos, difusos e diversificados, uma vez que a Companhia atualmente tem pequena parcela de seu negócio (cerca de 7%) dependente do mercado externo e suas exportações não são concentradas, estando direcionadas para muitos países.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Os riscos descritos acima são inerentes ao ambiente em que a Companhia está inserida e a expectativa de curto e médio prazo é de manutenção das boas condições ou melhoria nos cenários de crédito, de demanda por produtos, e de liquidez. No entanto, a Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta ajustando suas estratégias operacionais conforme necessário.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Processos Tributários

Processo nº 072.09.004559-0	
Juízo	
Instância	Judicial – 1ª Instância
Data de instauração	2010
Partes no processo	Procuradoria da Fazenda Nacional
Valores, bens, ou direitos	Lançamento tributário, compensação, com créditos de terceiros.
Envolvidos	
Principais fatos	
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto Financeiro de R\$ 4.651
Valor provisionado*	-
Processo nº 5000860-12-2011-404-7200	
Juízo	
Instância	Judicial – 1ª Instância
Data de instauração	2011
Partes no processo	Procuradoria da Fazenda Nacional
Valores, bens, ou direitos	Lançamento tributário. FGTS sobre premiação à empregados.
Envolvidos	
Principais fatos	
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto Financeiro de R\$ 1.606
Valor provisionado*	-
Processo nº 5010178-53-2010-404-7200	
Juízo	
Instância	Judicial – 1ª Instância
Data de instauração	2011
Partes no processo	Procuradoria da Fazenda Nacional
Valores, bens, ou direitos	Lançamento tributário, compensação.
Envolvidos	
Principais fatos	
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto Financeiro de R\$ 27.907
Valor provisionado*	-
Processo nº 072.07.001185-2	
Juízo	
Instância	Judicial – 1ª Instância
Data de instauração	2007
Partes no processo	Procuradoria da Fazenda Nacional
Valores, bens, ou direitos	Lançamento tributário, compensação.
Envolvidos	
Principais fatos	
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto Financeiro de R\$ 5.517
Valor provisionado*	-

* Saldo do valor provisionado em 31 de março de 2011.

(ii) Processos Trabalhistas

Processo nº 0234100-60.1998.5.05.0015	
Juízo	15ª Vara do Trabalho de Salvador (BA)
Instância	Vara do Trabalho – Liquidação de sentença
Data de instauração	01/01/1998
Partes no processo	Autor: Joaquim Moraes Filho

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valores, bens, ou direitos envolvidos	Ré: Portobello S/A Anulação da rescisão, pagamento de salários, bonificações, reembolsos médicos e odontológicos, entre outros. Aviso Prévio, saldo de salário, indenização de seguro desemprego, diferenças de rescisórias, indenização por dano moral, diferenças salariais, diferenças de comissões, horas extras, diferenças de reajustes, diferenças de taxa de produtividade, quinquênios, diferenças de adicional de quilometragem, reflexos de bonificação, multas convencionais, diferenças salariais e de comissões, honorários advocatícios.
Principais fatos	
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 5.142
Processo nº 0234000-44.1998.5.05.0003	
Juízo	3ª Vara do Trabalho de Salvador (BA)
Instância	Vara do Trabalho – Liquidação de sentença
Data de instauração	01/01/1998
Partes no processo	Autor: Norman Nygaard Filho Ré: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	Anulação da rescisão, pagamento de salários, bonificações, reembolsos médicos e odontológicos, entre outros. Aviso Prévio, saldo de salário, indenização de seguro desemprego, diferenças de rescisórias, indenização por dano moral, diferenças salariais, diferenças de comissões, horas extras, diferenças de reajustes, diferenças de taxa de produtividade, quinquênios, diferenças de adicional de quilometragem, reflexos de bonificação, multas convencionais, diferenças salariais e de comissões, honorários advocatícios.
Principais fatos	
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro.
Valor provisionado*	R\$ 946
Processo nº 00266-2006-002-06-00-6	
Juízo	2ª Vara do Trabalho do Recife - PE
Instância	Aguardando despacho Recurso de Revista
Data de instauração	14/02/2006
Partes no processo	Autor: Adenir Fernandes Monteiro Ré: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	Horas extras (cinco por dia), reflexos e repercussões das horas extras, descontos de celular (10/2003, 12/2003 e 02/2004), multa do artigo 477, multa do artigo 467. Reflexos; Saldo de férias, incorporações de prêmios, prêmios suprimidos, honorários advocatícios.
Principais fatos	
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro.
Valor provisionado*	R\$ 457
Processo nº 02630-2005-045-12-00-7	
Juízo	2ª Vara do Trabalho de Balneário Camboriú - SC
Instância	TST
Data de instauração	14/06/2002
Partes no processo	Autor: Walmir Alexandre Ré: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	Indenização por danos morais e estéticos, pensão mensal até a data em que completar o autor 75 anos de idade, com fulcro no art. 475-Q do CPC, a constituir capital cuja renda garanta o pagamento do valor das prestações da pensão mensal.
Principais fatos	
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro.
Valor provisionado*	R\$ 205
Processo nº 01945-2008-045-12-00-0	
Juízo	2ª Vara do Trabalho de Balneário Camboriú - SC
Instância	TRT

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Data de instauração	14/06/2002
Partes no processo	Autor: Waldir Argino da Silva Ré: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	Assistência judiciária gratuita, pensão vitalícia de R\$ 2, retificação da CTPS, horas extras, depósitos fundiários, danos morais (200 salários do autor), danos materiais (150 salários do autor), pensão vitalícia, diferenças de benefício previdenciário, garantia de capital, lucros cessantes (100 salários do autor), indenização UNIMED (parcelas pagas), UNIMED até 70 anos, FGTS do período de afastamento, Multa do 467 CLT e honorários advocatícios <i>(valores expressos em unidades)</i> .
Principais fatos	
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro.
Valor provisionado*	R\$ 156
Processo nº 02246-2009-040-12-00-6	
Juízo	1ª Vara do Trabalho de Balneário Camboriú - SC
Instância	Vara do Trabalho- Aguardando Decisão Embargos
Data de instauração	21/08/09
Partes no processo	Autor: Arlei Martins Ré: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	Indenização por danos morais, pensão vitalícia, indenização de medicamentos (R\$ 500 mensais), custos de tratamento e FGTS do período <i>(valor expresso em unidades)</i> .
Principais fatos	
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro.
Valor provisionado*	R\$ 123
Processo nº 283-2007-045-12-00-0	
Juízo	2ª Vara do Trabalho de Balneário Camboriú - SC
Instância	TST - Aguardando Solução de Agravo de Instrumento
Data de instauração	23/03/07
Partes no processo	Autora: Maria da Graça Rosa da Silva Ré: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	Danos morais, danos materiais, pensão vitalícia, horas extras, horas suplementares, adicional de periculosidade, multa art. 477 CLT e multa art. 467 CLT.
Principais fatos	
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro.
Valor provisionado*	R\$ 120
Processo nº 00724-2006-045-12-00-2	
Juízo	2ª Vara do Trabalho de Balneário Camboriú - SC
Instância	TST - Aguardando Julgamento
Data de instauração	01/04/2006
Partes no processo	Autor: Vladimir de Souza Ré: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	Honorários assistenciais, assistência judiciária, verbas rescisórias, indenização por danos morais e materiais, recolhimentos fiscais, pagamento de Unimed até 65 anos e indenização lucros cessantes.
Principais fatos	
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro.
Valor provisionado*	R\$ 109
Processo nº 00556-2009-045-12-00-8	
Juízo	2ª Vara do Trabalho de Balneário Camboriú - SC
Instância	Vara - Aguardando Perícia
Data de instauração	08/04/2009
Partes no processo	Autora: Lilia Rosa de Azevedo Ré: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	Danos morais, pensão até 65 anos, garantia de capital, danos materiais, plano de saúde e honorários advocatícios.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Principais fatos	
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro.
Valor provisionado*	R\$ 108

* Saldo do valor provisionado em 31 de março de 2011.

(iii) Processos Cíveis

Processo nº 023.01.061025-4

Juízo	Florianópolis
Instância	3ª instância (STJ)
Data de instauração	13/12/2001
Partes no processo	Autores: Fabiano Zanette e outros. Ré: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	R\$ 900
Principais fatos	Ação ordinária objetivando compelir a ré ao pagamento de indenização decorrente de inexecução contratual. SENTENÇA JULGOU PROCEDENTE OS PEDIDOS DO AUTOR PARA: a) determinar que a requerida se abstenha de inscrever o nome dos autores nos cadastros de inadimplentes; b) Condenar a requerida ao adimplemento dos contratos de financiamento firmados entre os autores junto à Caixa Econômica Federal; c) Condenar a requerida ao pagamento dos prejuízos sofridos pelos autores, no importe de R\$ 2 para cada um deles, referentes a cada mês de vigência do contrato (36 meses), os quais totalizam a quantia de R\$ 72, devendo estes serem corrigidos pelos índices do INPC a partir do ajuizamento da demanda, e acrescidos de juros moratórios a partir da citação inicial no patamar de 0,5% ao mês (CC/1916, art. 1062) até a data de entrada em vigor do CC de 2002 (11/01/2003) e, a partir de então, de 1% ao mês (CC/2002, art. 406); d) Condenar a requerida ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios de 10%. Não houve intimação da sentença para os atuais procuradores, razão pela qual foi requerida a abertura do prazo para apelação. Aguarda apreciação do pedido.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto Financeiro
Valor provisionado*	R\$ 812

Processo nº 482.01.2006.012016-2

Juízo	3º Vara Cível –Presidente Prudente - SP
Instância	Aguardando Recurso de Apelação
Data de instauração	06/06/2006
Partes no processo	Autor: PrudenShopping S/A Ré: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	-
Principais fatos	Ação de indenização por danos materiais e morais, em virtude de defeito de fabricação em revestimento de porcelanato. Sentença dada parcialmente procedente condenando a ré ao pagamento de R\$ 360 corrigidos e acrescidos de juros de mora (1%) ao mês desde 09/02/2007 e ainda honorários advocatícios em 10% sobre o valor atualizado da condenação.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto Financeiro
Valor provisionado*	R\$ 724

Processo nº 072.99.000298-7

Juízo	Vara Única – Tijuca
Instância	3ª instância (STJ)
Data de instauração	02/03/1999
Partes no processo	Autor: Empreiteira de Mão de obra Albanaz Ltda. Ré: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	R\$ 1.000
Principais fatos	Ação de cobrança com base contrato de prestação de serviços vigente do ano de 1993 até

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Chance de perda	1998. Requer a autora a diferença de reajustes ocorridos durante a vigência contratual, cujo montante até o ajuizamento da demanda é de R\$ 342.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Provável Impacto Financeiro
Valor provisionado*	R\$ 504
Processo nº 344.01.2005.033172-3	
Juízo	Marília - SP
Instância	TJ – Interpostos Recurso de Apelação - Aguardando Julgamento
Data de instauração	19/12/05
Partes no processo	Autor: Ildemar Encide Sampaio Ré: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	-
Principais fatos	Indenização por danos materiais e morais, objetivando a substituição do piso ou o recebimento da quantia paga, bem como danos morais. OBS: existe um processo de Notificação Judicial. Sentença de 1º grau julgou procedente a demanda e condenou a Companhia em danos materiais no valor de R\$ 62 mais R\$ 2 a título de perdas e danos, bem como danos morais no valor de R\$ 60, tudo corrigido monetariamente e crescido de juros de mora. Há ainda condenação em honorários advocatícios em 15% sobre o valor atual da condenação.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto Financeiro
Valor provisionado*	R\$ 127
Processo nº 2008.01.1.033974-9	
Juízo	Brasília - DF
Instância	TJ - Interposto Recurso especial, que aguarda julgamento.
Data de instauração	29/05/2008
Partes no processo	Autor: Carlos Malheiros da França Ré: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	-
Principais fatos	Ação de Reparação de Danos sob o argumento de defeito nos produtos adquiridos, bem como de que a Ré reconheça expressamente que a reclamação é procedente. A SENTENÇA JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido do autor para condenar a ré a lhe indenizar, solidariamente, o valor de R\$ 21 (fl. 19), corrigido monetariamente desde a data de 04/01/2007; o valor de R\$ 3 (fl. 20), corrigido monetariamente desde a data de 02/02/2007; e o valor de R\$ 16, corrigido monetariamente desde a data de 06/12/2007. Todos estes valores corrigidos e devidamente acrescidos de juros de mora a partir da citação, além de 10% de honorários advocatícios sobre o valor da condenação.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto Financeiro
Valor provisionado*	R\$ 128
Processo nº 602.01.2006.004608-4	
Juízo	Sorocaba - SP
Instância	3ª Vara Cível
Data de instauração	20/10/04
Partes no processo	Autor: Casa Bonita Sorocaba Ltda. Ré: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	-
Principais fatos	Reconvenção requerendo indenização em decorrência da rescisão do contrato A ação está em fase de produção de provas/instrução processual. Ainda não há sentença. O juiz determinou a especificação das provas que pretendemos produzir. Aguarda apreciação do pedido da Ré de especificação de provas.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto Financeiro
Valor provisionado*	R\$ 52

* Saldo do valor provisionado em 31 de março de 2011.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há, dado que a Companhia e suas controladas, não possuem processos relacionados cujas partes contrárias seriam seus administradores ou ex administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não se aplica, dado que a Companhia e suas controladas não são partes de processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Processos Tributários

Trata-se de ações impetradas pela Companhia (mandado de segurança) contra o Instituto Nacional do Seguro Social, o qual exigiu o recolhimento da contribuição previdenciária prevista no artigo 22, inc. IV, da Lei nº 8.212/91 com a redação dada pela Lei nº 9.879/99.

A Companhia impetrante afirma que no exercício de suas atividades, contrata cooperativas de diversas áreas de trabalho, que lhe prestam serviços especializados, sujeitando a impetrante ao recolhimento da contribuição. Entende-se que não há previsão constitucional para sua cobrança, uma vez que ferem os princípios da legalidade, igualdade e da proteção às cooperativas. Pede-se liminar para que seja declarado o direito de não sujeitar-se ao recolhimento da contribuição previdenciária, bem como de efetuar a compensação de valores que tenha recolhido indevidamente a tal título. O saldo da provisão em 31 de março de 2011 de 2011 soma R\$ 1.783 (R\$ 1.741 em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia obteve, em 16 de abril de 2008, liminar concedida através do Mandado de Segurança 2008.34.00.011286-4, para excluir o tributo estadual - ICMS da base de cálculo das contribuições federais do PIS e da COFINS. A partir desta liminar, a Companhia passou a calcular e recolher o PIS e a COFINS desconsiderando o ICMS da sua base de cálculo.

Os saldos das provisões para contingências tributárias referentes à exclusão da base de cálculo do ICMS nas contribuições do PIS e da COFINS em 31 de março de 2011 somam R\$ 17.149 (R\$ 15.439 em 31 de dezembro 2010).

(ii) Processos Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 80 reclamações trabalhistas (91 reclamações em 31 de dezembro de 2010), movidas por ex-funcionários e terceiros. Os pedidos referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial, correção monetária do FGTS e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão subsidiados por depósitos judiciais.

Destacam-se ainda, as provisões de natureza trabalhista, notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa.

(iii) Processos Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 134 ações cíveis (142 ações em 31 de dezembro de 2010), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais.

4.7 - Outras contingências relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não se aplica, dado que a Companhia não é um emissor estrangeiro.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta referem-se basicamente àqueles do curso normal de seus negócios, também descritos no item 4.1 (e) a (i).

Os contratos de financiamento firmados pela Companhia são, em geral, indexados às taxas de CDI, SELIC e índices de inflação além das variações de taxas de câmbio.

As vendas são normalmente feitas por negociações isoladas, sem a necessidade de contratos de longo prazo. Os prazos de venda são relativamente curtos, a preços fixos em reais, exceto na exportação, onde a maior parte das vendas é precificada em dólar e uma parcela pequena em euro. Como a Companhia atua através de quatro canais de venda (rede de lojas franqueadas, lojas multimarca, construtoras/incorporadoras e exportação) há mais dissipação dos riscos de mercado do que os demais concorrentes do setor cerâmico brasileiro. Não há regulamentação sobre preços de venda no setor. Os principais tributos incidentes sobre as vendas da Companhia no mercado interno são o ICMS, o IPI (de 5%, mas atualmente com alíquota zero até dezembro de 2011), PIS e COFINS.

i) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos as taxas variáveis que expõem o Grupo ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

O Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

É demonstrada a seguir a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:

Operação	31 de dezembro de 2010	Risco	Consolidado em Reais					
			Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Empréstimos - Capital de Giro	68.258	Alta CDI	11,75%	(8.020)	14,69%	(10.025)	17,63%	(12.030)
Empréstimos - BNDES	4.023	Alta TJLP	6,00%	(241)	7,50%	(302)	9,00%	(362)
Total	72.281			(8.262)		(10.327)		(12.393)

Operação	31 de dezembro de 2010	Risco	Consolidado em Reais					
			Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações - Caixa e Equivalentes	3.013	Baixa CDI	11,75%	362	8,81%	271	5,88%	181
Aplicações - Títulos e valores mobiliários	1.120	Baixa CDI	11,75%	129	8,81%	97	5,88%	64
Total	4.133			491		368		245

ii) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, basicamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Apresentamos a seguir a simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado em Reais					
31 de dezembro de 2010		Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
		Taxa U\$	Ganho (Perda)	Taxa U\$	Ganho (Perda)	Taxa U\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	10.201	1,6662	-	2,0828	2.550	2,4993	5.101
Adiantamento a fornecedores	336	1,6662	-	2,0828	84	2,4993	168
Fornecedores	(5.502)	1,6662	-	2,0828	(1.376)	2,4993	(2.751)
Empréstimos e financiamentos	(27.698)	1,6662	-	2,0828	(6.925)	2,4993	(13.849)
Passivos líquidos expostos	(22.663)	1,6662	-	2,0828	(5.667)	2,4993	(11.331)

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial líquida passiva em valores aproximados ao equivalente a cerca de um ano de suas exportações, objetivando uma proteção “natural”. Esta estratégia tem sido conduzida pela área financeira da Companhia, ajustando o saldo de empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira à medida que são liquidadas e contratadas novas operações de financiamento. Desta forma, a Companhia não tem utilizado instrumentos financeiros de proteção patrimonial do tipo “hedge”.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

Não ocorreram alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de risco em relação ao último exercício social.

5.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

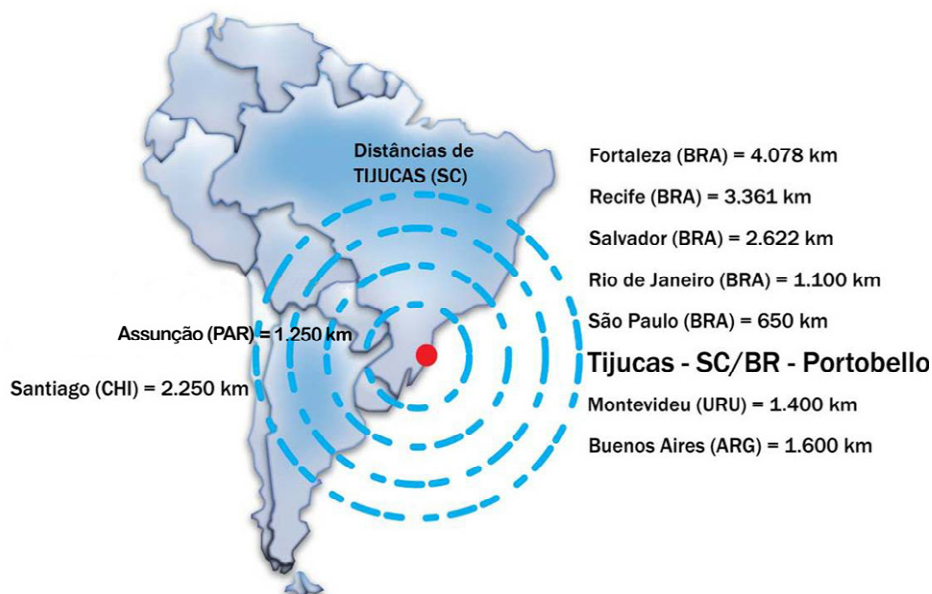
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	22/12/1977
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	04/01/1991

6.3 - Breve histórico

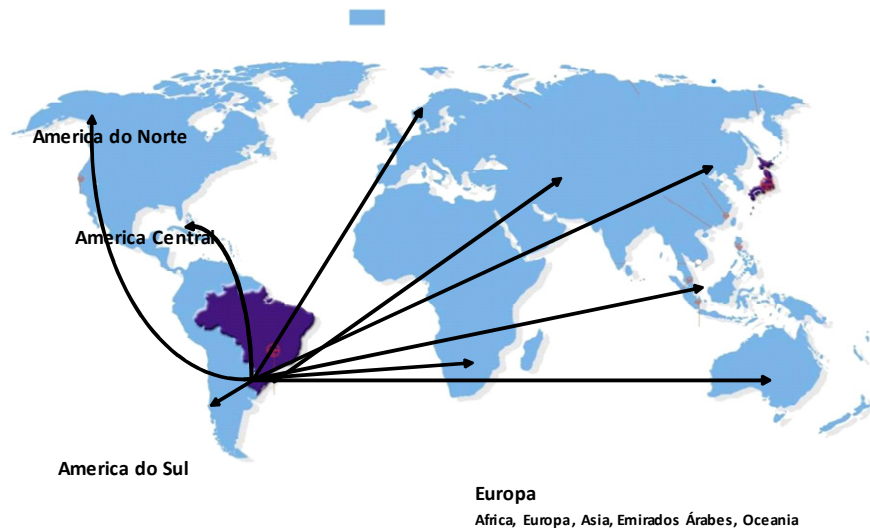
Portobello é hoje uma marca internacional de revestimentos cerâmicos e uma das líderes desse segmento no Brasil. Ela foi constituída em 22 de dezembro de 1977 com uma visão clara de futuro, pautada pela inovação, pioneirismo e globalização. E pelo desejo de criar uma marca de valor: não por acaso, a Companhia optou por um nome que remete à Itália, país reconhecido por sua posição de liderança em design e que é o principal pólo gerador de tecnologias e tendências em revestimentos cerâmicos em todo o mundo. Esse elo com o que existe de mais moderno no mercado de revestimentos em todo o mundo foi reforçado já no momento da concepção do parque fabril, cujo layout foi desenvolvido pela italiana Sacmi, líder mundial em tecnologia de fabricação cerâmica. E mantém-se até hoje, graças a pesquisas e desenvolvimento de produtos conduzidos junto aos principais laboratórios italianos e espanhóis – estratégia que tem assegurado à Companhia a vanguarda de lançar novidades e tendências simultaneamente às principais companhias mundiais de seu segmento. No mercado em que a Companhia atua, este é um diferencial estratégico, já que se trata de um consumo motivado pela moda: tanto que 57% das vendas da companhia em 2010 vieram de lançamentos realizados nos últimos cinco anos.

O parque fabril da Companhia iniciou suas atividades em 1979. Ele está instalado em Tijucas, no Estado de Santa Catarina, uma localização estratégica, visto ser próxima a portos e às principais rotas rodoviárias nacionais e internacionais, e próximo ao centro geográfico de seu principal mercado.



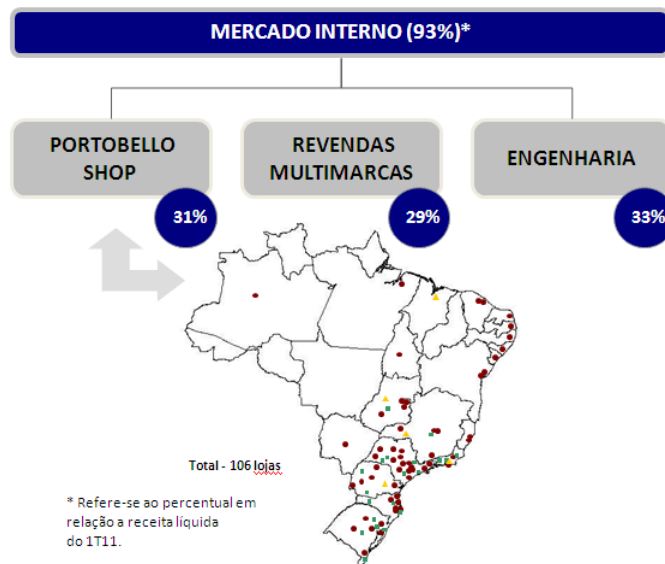
Atualmente o parque fabril da Companhia conta com dezesseis linhas de produção, instaladas em uma área total de mais de 500 mil metros quadrados, que geram anualmente uma produção superior a 23 milhões de metros quadrados, destinados ao mercado interno e também a exportações: a Companhia orgulha-se de ser uma marca internacional, comercializada em 65 países da Europa, Ásia, América do Norte, Oceania, Oriente Médio e África, além da América Latina.

6.3 - Breve histórico



O processo de internacionalização teve início em 1988, quando a Companhia, já com uma produção da ordem de 1.000 mil de m² mensais e 1 mil funcionários, participou pela primeira vez da Cersaie em Bologna/Itália, principal feira de revestimentos cerâmicos do mundo. Em 1990 foi criada a Portobello America, subsidiária sediada nos Estados Unidos, para distribuição na América do Norte e Caribe.

No Brasil, a Companhia avançou além da revenda multimarca, o mais tradicional canal de distribuição de materiais de construção em nosso Brasil, com a criação de uma área voltada ao atendimento de clientes institucionais e ao lançamento, em 1997, da Portobello Shop, única rede de franquias de revestimentos cerâmicos do Brasil. Transformada em subsidiária em 2003, ela teve sua 100ª loja inaugurada em 2008 em Brasília. Hoje são 107 lojas.



A reputação perante o consumidor foi conquistada pelo pioneirismo na pesquisa e desenvolvimento de materiais, texturas, tamanhos e cores de revestimentos, tornando a Companhia um ponto de referência para arquitetos, decoradores, engenheiros e consumidores. Prova disso é o cadastro de mais de 24.600 especificadores, 7.478 ativos, registrados no programa de relacionamento da Portobello Shop – única franquia de revestimentos cerâmicos do Brasil e um dos canais de distribuição dos produtos, ao lado das revendas multimarcas e da venda direta a construtoras.

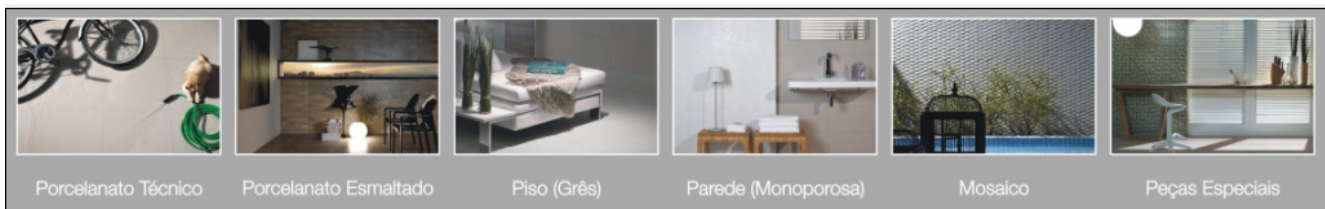
6.3 - Breve histórico

O primeiro produto Portobello, um piso no formato 20x30, destonalizado e com apenas duas aplicações de esmalte, logo deu lugar a uma grande inovação no mercado: em 1984, apenas cinco anos após o início das operações, a Companhia lançou o primeiro piso para áreas de alto tráfego no Brasil: a linha Carga Pesada, que se transformou em sinônimo de produto para esse uso e vinculou a imagem da marca com inovação, diferenciação e qualidade. Mas foi a partir de 1992 que começou a primeira grande revolução no mercado nacional de revestimentos liderada pela Companhia: a introdução da tipologia porcelanato, resultado de uma parceria com a empresa italiana Graniti Fiandre. Em 2000, foi inaugurada a fábrica de porcelanato Portobello, ainda hoje a mais moderna das Américas.

Uma segunda revolução no mercado de revestimentos, mais uma vez sob a batuta da Companhia, foi iniciada em 2009 com o lançamento do Extra Fino, revestimento com apenas 4,7 mm de espessura que mantém as características de resistência e durabilidade do produto convencional. Para se ter uma idéia do arrojo da Companhia, seu lançamento foi simultâneo às marcas italianas e espanholas na Cersaie 2009, reforçando sua posição de vanguarda não só no Brasil, mas no mercado mundial. Além dos benefícios ao meio ambiente – aspecto que tende a ser cada vez mais valorizado por conta da demanda do consumidor, do valor agregado às edificações por tais produtos e, ainda, pela crescente rigidez das legislações ambientais em todo o mundo – o Extra Fino é o produto ideal para o retrofit em imóveis comerciais que ocorrerão na esteira dos eventos sediados pelo Brasil nos próximos anos, as Olimpíadas e a Copa do Mundo de Futebol.

Como reconhecimento de sua importante inovação, o Porcelanato Extra Fino fez com que a Portobello fosse premiada em 2010 com o Top de Marketing, concedido pela ADVB-SC - Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing de Santa Catarina. O mérito se deve a todo o composto de marketing trabalhado para apresentar ao mercado o primeiro porcelanato de 4,7 milímetros produzido no Brasil.

Além de produtos de alta tecnologia, como o Extra Fino, a Companhia produz itens para seis diferentes categorias que, juntas, cobrem todos os usos comerciais¹ de revestimentos cerâmicos:



Dentro delas, existem opções para os diferentes segmentos de mercado, das classes A a C, sendo que, no caso dos produtos já “comoditizados”, a empresa tem investido em produtos comprados de terceiros para revenda internacional, notadamente da China, e em parcerias locais para terceirização da produção. Essa estratégia permite que a Companhia concentre esforços nos produtos de maior valor agregado ao mesmo tempo em que atende à crescente demanda da classe B brasileira sem a necessidade de realizar investimentos em produção. Cumpre destacar que este modelo só é possível porque a Portobello é mais que uma fabricante de revestimentos cerâmicos: é a marca líder em seu segmento.

Segundo aferido em recente pesquisa⁴, a Portobello é uma empresa de excelente referência em qualidade, resistência e durabilidade. Além disso, tem tradição e é de muita confiança. Seu design é elegante, sofisticado, com classe, sobriedade e beleza. Tem variedade de tipos, linhas e modelos de produtos, com uma relação custo e benefício justa. Expõe seus produtos em stands e lojas diferenciadas e sua marca é sinônimo de porcelanato.

¹ Atividades ligadas à arte e artesanato não foram consideradas relevantes do ponto de vista mercadológico

⁴ Pesquisa de Posicionamento de Marca realizada pelo Instituto Mapa, de Florianópolis, com Consumidores Finais em modelo de Focus Grupo em SP e Rio de Janeiro no mês de março e abril de 2011.

6.3 - Breve histórico

E o valor da marca está diretamente relacionado com a concretização dos valores que norteiam a Companhia:

Design	Inovação	Acessibilidade	Sustentabilidade	Contemporaneidade	Racionalidade
é UM PROCESSO aplicado na criação de todos os ambientes construídos, produtos, instrumentos, eventos, etc – para garantir os atributos da marca em todas as suas manifestações (internas e externas, materiais e ações).	é UMA MANEIRA de atuar que visa a busca constante por soluções diferenciadas, que gerem valor e que surpreendam os stakeholders, (nos processos internos de gestão e produção e, principalmente, nos aspectos que impactam a experiência de compra do consumido.	é UMA CARACTERÍSTICA da marca - resultante da flexibilização e ampliação do foco da marca em direção à base do target, sem perder o topo - que traduz sua personalidade: mais amigável, mais despojada, mais aconchegante e informal. Mais acessível.	é UM COMPROMISSO permanente da Companhia com o futuro nas áreas ambiental, social e econômica através da adoção de práticas que garantam a longevidade do meio ambiente, da sociedade e do negócio.	é UM CONCEITO que qualifica as manifestações da marca e define a maneira mais atual de expressão do design Portobello.	é uma forma de pensar e agir que visa entregar o maior valor possível a todos os stakeholders, sejam investidores, parceiros, colaboradores ou clientes, através da melhor equação entre inovação, investimento e preço justo.
Traço	Surpreender	Flexibilidade	Mais com Menos	Estilo	Lógica

Como líder do setor de revestimentos e visando o crescimento imobiliário interno, em 2010 a Companhia ampliou a sua capacidade fabril na ordem de 16% com a instalação de uma nova linha de produção de porcelanato esmaltado, atingindo a capacidade produtiva, ao final de 2010, da ordem de 2 milhões de m². E a Companhia também investe em matérias primas diferenciadas e controladas para cumprir sua visão de liderança em design - abordagem por trás da implantação da Mineração Portobello, fundada em 1978. E também busca antecipar as tendências normativas do setor: atenta às exigências das certificações voluntárias no mercado da construção civil, já oferece produtos que nelas se enquadram, atendendo a uma crescente necessidade do consumidor, especialmente o institucional.

O cuidado com o meio ambiente já fazia parte do projeto original da fábrica, concebido no final dos anos 70 e, portanto, antes daquela que seria posteriormente reconhecida como a década da tomada de consciência ambiental, já que foi nos anos 80 que o tema entrou na pauta da sociedade civil, que floresceram as ONGs que hoje mais influenciam nesse debate e que a ONU estabeleceu, no Relatório Brundtland, a primeira definição de desenvolvimento sustentável. Dotada originalmente de mecanismos de tratamentos de efluentes, a fábrica foi incorporando outras iniciativas de redução do impacto – e por consequência, do risco – ambiental da operação. Com a opção pelo gás natural, minimizaram-se as emissões dos gases causadores do efeito estufa. O progressivo aproveitamento dos resíduos gerados pela produção resultou em uma produção limpa, de menor risco ambiental e legal, além de propiciar ao consumidor produtos em linha com as atuais certificações para construções sustentáveis – uma tendência de consumo em todo o mundo.

A Companhia ganhou em 1997 o Prêmio Fritz Müller, concedido pela Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina, pela mudança da matriz energética para Gás Natural. Hoje a Companhia utiliza o Gás Natural como única fonte de energia, inclusive nos secadores, um diferencial sustentável.

Em 2011, recebeu o 18º Prêmio Expressão de Ecologia, maior premiação ambiental da região Sul do País. Case "Sustentabilidade Portobello: Todos Comprometidos com o Futuro", a empresa foi vencedora na categoria Gestão Ambiental. Promovido pela Editora Expressão, cuja entrega do Prêmio ocorrerá dia 05 de agosto de 2011, na Federação das Industrias de Santa Catarina - Fiesc.

A necessidade de produtos complementares para compor as soluções inovadoras em revestimentos cerâmicos no Brasil levou a Companhia a criar, em 1999, uma subsidiária para fabricação de rejuntas e argamassas, a Portokoll S.A. A Building Products Inc, criada em 1999 e que hoje é líder no mercado de

6.3 - Breve histórico

rejuntas e argamassas nos Estados Unidos, adquiriu 49% das ações da Portokoll em 1999 e, em 2004 a Companhia foi vendida para a subsidiária brasileira de uma companhia europeia do setor de rejuntas e argamassas.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Não se aplica, dado nos três últimos exercícios sociais não houve incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controles societários ou ativos importantes no Grupo.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não se aplica, dado que a Companhia não possui pedidos de falência e recuperação judicial ou extrajudicial.

6.7 - Outras informações relevantes

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Evolução da atividade industrial

As atividades de produção iniciaram-se em junho de 1979, quando entrou em operação o primeiro forno com capacidade de 65.000 m² por mês. Ao longo dos três anos seguintes, entraram em operação mais três fornos com capacidade de 235.000 m² por mês, concluindo em maio de 1982 a instalação da unidade fabril I, com capacidade total de 300.000 m² por mês.

No ano de 1985 foi iniciado o processo de expansão industrial, com a montagem da Fábrica II, dividida em duas etapas: a primeira foi concluída em agosto de 1987, com três fornos com capacidade instalada de 300.000 m² por mês; a segunda foi concluída em novembro de 1988 e adicionou 400.000 m² por mês, também com três fornos, atingindo a capacidade total de 1.000.000 m² por mês.

Em 1990 foi feita a primeira intervenção que não visava apenas elevar a capacidade de produção. Por meio da substituição dos equipamentos da unidade I, a Portobello reduziu custos de produção, já que adotava uma tecnologia mais atualizada, e também investia na produção de pequenos formatos. O resultado, após a conclusão do projeto, em setembro de 1991, foi à manutenção da capacidade de produção, porém com maior um valor agregado oriundo da venda de revestimento cerâmico para fachadas de prédios em pequenos formatos (tecnologia "Dot Mounted"), cujas peças são unidas por pontos de cola em placas de 30 x 30 cm pré-alinhadas, reduzindo o custo de instalação e, com isso, aumentando seu valor agregado.

Visando a complementaridade do portfólio de produtos, em 1994 foram implantadas as fábricas de revestimento para parede interna ("monoporosa"), de peças decoradas especiais e terceira queima, atingindo então a capacidade instalada de 1.250.000 m² por mês. Em 1995, com a instalação de uma linha de grandes formatos (50 cm x 50 cm) para pisos, ampliou-se a capacidade para 1.500.000 de m² por mês, um acréscimo de 20% em relação ao ano anterior. A otimização de produção dos diferentes formatos entre as linhas de produção de pisos elevou a capacidade para 1.650.000 m² por mês em 1996.

Ao fim de 1996 iniciou-se a instalação da unidade de polimento de porcelanato com início de produção em maio de 1997, com capacidade de 63.000 m² por mês, ampliada em 2000 para 150.000 m² por mês. Este processo consiste em dar acabamento especial ao porcelanato, ao mármore porcelânico e à cerâmica esmaltada, permitindo superfícies de alto brilho e dimensões de alta precisão para minimização da junta no assentamento. Em 2001, foi lançado o porcelanato rústico, unindo a matéria-prima porcelânica com esmaltação nas linhas de produção de pisos convencionais.

Em outubro de 2000 foi concluída a primeira linha de produção da fábrica de porcelanato e mármore porcelânico no Parque Industrial de Tijucas (SC) e foram introduzidos produtos no formato 60 cm x 120 cm. O mármore porcelânico é fruto do mais recente processo de produção que consiste na prensagem em um corpo único por meio da qual chega-se a características técnicas superiores ao mármore e ao granito natural, porém com a vantagem de determinação de características estéticas estáveis em escala industrial. Em outubro de 2002 a fábrica de mármore porcelânico foi duplicada, elevando a capacidade nominal total para 1.860.000 m² por mês.

Em 2007, foi iniciada a implantação do programa de produção enxuta nas unidades fabris da Companhia. Este programa, que tem o apoio do Lean Institute do Brasil, objetiva detalhar as atividades básicas envolvidas no negócio e identificar o que é desperdício e o que é valor a partir da ótica dos clientes e usuários. O programa de investimentos de cerca de R\$ 4.000 teve como principal objetivo a modernização das fábricas. A produção anual de 2007 foi de 18.000.000 de m² de revestimentos cerâmicos com "mix" de produtos de maior valor agregado.

Em 2008, duas linhas de produção de porcelanato esmaltado de cerca de vinte anos de operação foram substituídas por uma nova, de maior capacidade e tecnologia de ponta. O projeto de modernização e ampliação de capacidade das linhas de produção consumiu R\$ 30.000 que, além de possibilitar a redução de custo dos produtos, aumentou a capacidade fabril em 18%. A capacidade adicionada permitiu à

6.7 - Outras informações relevantes

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia lançar novas linhas de produtos de preços mais competitivos para atender à demanda das construtoras de revestimentos para imóveis voltados às classes B e C.

Em 2009 foi implantada nova linha na fábrica de revestimentos de parede e instalada uma nova prensa de grande porte em uma das linhas de produção de porcelanato esmaltado, permitindo aumentar a capacidade de produção de pisos no formato 60 cm x 60 cm, que têm maior preço no mercado do que o produto de 45 cm x 45 cm que será substituído naquela linha de produção.

No primeiro trimestre de 2010 foi implantada nova linha de produção de porcelanato esmaltado, o que permitiu desativar em 2011 uma das linhas antigas, com mais de vinte anos de operação e de menor capacidade produtiva, ampliando a capacidade total de produção em 16%, para 26.000.000 de m² por ano.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Portobello S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) - produz e comercializa produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

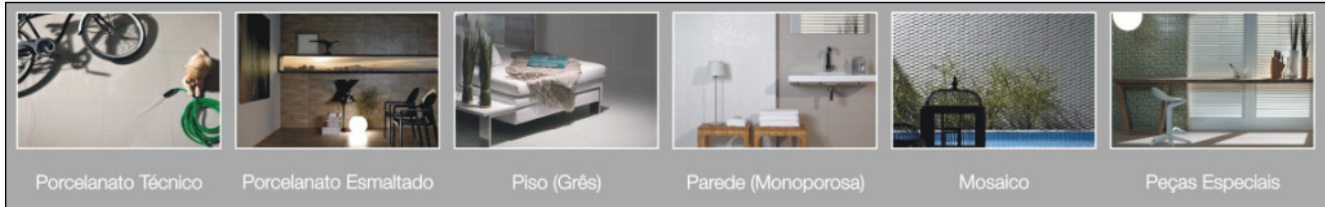
Adicionalmente a Companhia tem participação societária em outras sociedades controladas, conjuntamente denominadas “o Grupo”: (i) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte – americano, e que em 31 de dezembro de 2010 foi classificada como uma operação descontinuada; (ii) Mineração Portobello que é responsável por cerca de 50% da matéria prima utilizada na produção de revestimentos cerâmicos; (iii) PBTech que foi constituída com o objetivo de oferecer as empresas de construção civil um atendimento diferenciado, com venda de produtos e serviços; e a (iv) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, especializadas em revestimentos cerâmicos.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Produtos e serviços comercializados

Comercializa produtos para áreas comerciais e residenciais divididos e seis categorias:



b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia e c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A receita líquida e o lucro ou prejuízo da Companhia é 100% proveniente das vendas dos produtos de revestimentos cerâmicos e entende que este é o seu único segmento, que está dividido apenas em mercado interno e mercado externo.

A tabela abaixo mostra a receita operacional líquida e o lucro (prejuízo) líquido consolidados:

Informações Operacionais e Financeiras Consolidadas	Exercícios sociais encerrados em 31 de Dezembro de:		
	2010	2009	2008
Receita bruta de vendas	648.582	484.727	464.258
Deduções da receita bruta	(137.167)	(104.519)	(107.994)
Receita líquida de vendas	511.415	380.208	356.264
Mercado interno	470.428	344.504	303.671
Mercado externo	40.987	35.704	52.593
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	32.295	19.161	(9.352)

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Características do processo de produção

Como em todos os outros setores da Companhia, a Portobello preocupa-se com a qualidade em cada etapa do processo produtivo, desde a preparação das massas que compõem os revestimentos cerâmicos, até a expedição dos produtos acabados. O processo de produção é contínuo e consiste das seguintes fases:

(i) Produção de pisos, revestimentos internos e revestimentos externos (fachadas):

- **Preparação de massa:** No processo industrial, as matérias-primas utilizadas, provenientes de jazidas próprias ou de terceiros, são estocadas no interior da fábrica. A dosagem de cada matéria-prima é feita segundo uma formulação percentual fornecida pelo laboratório, com base nos resultados obtidos em testes. A Companhia desenvolveu tecnologia para reincorporar parte dos resíduos sólidos gerados na produção como matéria-prima, fazendo com que hoje seus produtos tenham mais de 20% de conteúdo reciclado, um índice que, além de representar uma boa prática de sustentabilidade, é também critério para os edifícios que buscam certificação no Green Building (LEED Materiais e Recursos). A matéria-prima é então transportada por correias até os moinhos. Nos moinhos ocorre o processo que consiste em moer por via úmida os materiais (argila, rochas, fundentes...) de acordo com a formulação pré-estabelecida até obter-se homogeneização e granulometria especificadas. Após a moagem, tem-se como produto a barbotina, que é estocada em tanques apropriados. Em seguida a barbotina passa pelo processo de atomização ("spray dryer") para retirada da água via evaporação, obtendo-se pó com distribuição granulométrica e umidade perfeitamente definidas. Este pó é estocado em silos, para homogeneização, aguardando o processo de prensagem. Utiliza-se gás natural como fonte de energia térmica nos atomizadores.
- **Prensagem:** Permite a transformação do pó atomizado em peças cruas. É a fase do processo que dá forma ao produto, definida pelas cavidades da matriz (estampo). As prensas são hidráulicas, com capacidade de até 6.500 toneladas e equipadas com sistemas de alimentação automática de pó e de descarga do material processado.
- **Secagem:** Feita em diversos secadores contínuos, tem a finalidade de reduzir de 6% para 0,5% a umidade da peça prensada crua. Esta operação permite conferir características mecânicas ao material prensado necessárias para as fases seguintes do processo. Por meio de moderna tecnologia que permite a transferência de parte do calor dos fornos para os secadores, a Companhia poupa energia, reduzindo custos e o impacto ambiental da operação.
- **Preparação de esmalte:** Na preparação de esmaltes e tintas, a moagem é feita por via úmida. O moinho é revestido com tijolos de alumina de alta densidade, bem como os elementos moedores (esferas), proporcionando alta eficiência em homogeneização e granulometria na moagem. Após os controles de tonalidades, resíduo e textura, os esmaltes líquidos são armazenados em tanques com agitação contínua, aguardando serem consumidos nas linhas de esmaltação.
- **Esmaltação:** Os esmaltes são aplicados em peças cerâmicas com diversas finalidades: impermeabilizar, embelezar, dar resistência mecânica e aumentar a resistência ao desgaste e ao ataque químico. Cada aplicação de esmalte é realizada por dispositivos especialmente dimensionados e regulados para cada tipo de produto e efeito, colocados ao longo de linhas de produção. Fazem parte da etapa de esmaltação os seguintes processos: pós-secagem, aplicação de água, aplicação de engobe, aplicação de esmalte e decoração serigráfica.
- **Queima:** Após o processo de esmaltação o produto segue para o forno, onde é efetuada a queima da peça. É nos fornos que o produto adquire suas características finais, tais como alta resistência mecânica, alta resistência à abrasão e baixa absorção. Além disso, é após a queima que determinadas cores são obtidas. A queima é feita em fornos contínuos, obedecendo a um determinado perfil de temperatura, passando pelas fases de aquecimento, queima e resfriamento, com temperatura máxima de queima de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

cerca de 1.200°C. O combustível utilizado é o gás natural recebido através de gasoduto. Graças ao uso do sistema de ar-gás modulante, o qual adéqua à quantidade necessária de gás conforme a necessidade de calor dos fornos (ao contrário do sistema tradicional, que prevê fornecimento constante e idêntico, independente da real necessidade de combustível), a Companhia elevou a eficiência energética desta etapa do processo de produção.

- **Polimento e retífica:** Parte da produção recebe acabamento superficial especial, com a finalidade de melhorar a superfície das placas cerâmicas, e corte a disco para assegurar precisão nas dimensões. Esta etapa inclui polimento por desgaste abrasivo das laterais e superfícies de algumas linhas de produtos, notadamente aquelas que reproduzem mármore e granitos. Para que a torta de polimento, resíduo gerado nesta etapa do processo produtivo, pudesse ser reaproveitada, a Companhia teve que não só desenvolver novas técnicas produtivas, como também superar a ausência de legislação específica sobre tais práticas: no caso "torta de polimento" como agregado para a fabricação de cerâmicas, houve a necessidade da elaboração de uma legislação específica. Tal diploma legal foi desenvolvido em conjunto com outras Indústrias de Revestimentos Cerâmicos dentro do Conselho Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina (CONSEMA) onde foi estruturada uma câmara técnica de resíduos, focada no desenvolvimento desta e de outras resoluções específicas. A Resolução em questão é a RESOLUÇÃO CONSEMA 15, que agora beneficia todo o setor de cerâmicas do Estado.

- **Classificação, identificação e inspeção do produto acabado:** Na saída de cada forno está instalada a linha de escolha automática. Nela, os defeitos superficiais são identificados visualmente pelo colaborador, enquanto os dimensionais são verificados por equipamentos eletrônicos apropriados. Ocorre então a separação do produto cerâmico de acordo com os seguintes critérios: a) classes de qualidade visual ou grades; b) tonalidades ou "shades"; c) calibre (variações milimétricas de tamanho). Os cacos cerâmicos queimados que não são aprovadas nesta etapa são separados conforme a tipologia, moídos e reincorporados nas formulações de massa cerâmica ou utilizados no programa social Pedacinhos de Arte, apoiado pela Companhia.

- **Embalagem:** Consiste no encaixotamento automático em caixas especiais. As caixas são paletizadas por máquinas e em lotes segundo critérios pré-estabelecidos, sendo utilizados robôs em diversas linhas de produção. Foi feita a opção pelo papel, material reciclável, para as embalagens, e pela adoção de modelos que demandam menor quantidade de papel para serem produzidas. No caso dos pallets, a Companhia decidiu-se pelo uso de madeira certificada, acompanhada da implantação de uma oficina interna de triagem e recuperação mediante parceria com transportadoras. Todo o processo de movimentação da mercadoria é feito exclusivamente por empilhadeiras movidas à gás natural veicular (GNV), reduzindo o impacto da operação na geração dos gases causadores do efeito estufa.

- **Telagem:** As peças de pequenos formatos permanecem temporariamente em "bins", para receber pontos de cola (silicone) nos versos de forma a compor conjunto de 30 cm x 30 cm, com 9 a 16 peças pré-alinhadas.

- **Inspeção do produto acabado:** O Controle de Qualidade permeia todo o processo produtivo e tem a função de monitorar todas as fases, desde o controle da matéria-prima até o produto final, quando são realizadas inspeções de amostras da produção para que se obtenha um controle estatístico da qualidade. Os lotes de produção somente são liberados para a Expedição após a aprovação do Controle de Qualidade dos Produtos Acabados (CQPA).

(ii) Produção de peças especiais e com 3ª queima:

- **Peças especiais:** Consiste na produção de peças em formatos geralmente não planos, usando processos semelhantes à produção de pisos e azulejos.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 3ª queima: Com o objetivo de obter decoração ou características estéticas diferenciadas, são aplicados esmaltes e realizadas uma ou mais queimas sobre o produto base (piso, azulejo ou peças especiais) já finalizado.

b) Características do processo de distribuição:

A estratégia de distribuição da Companhia está alicerçada em quatro canais distintos e com características específicas de portfólio de produtos, serviços e de política comercial:

- Mercado Interno: São três os canais de distribuição: (i) “revendas multimarcas”, responsáveis pelo atendimento revendedores de materiais de construção que vendem nossos produtos no varejo; (ii) “engenharias”, representadas por equipes especializadas que atendem empresas de construção civil, construtoras e incorporadoras imobiliárias; e (iii) “franquias” que atendem os clientes de varejo por meio das lojas franqueadas sob as bandeiras Portobello Shop e Empório Portobello. Com 106 lojas localizadas em 92 cidades, este canal é a maior rede brasileira de lojas especializadas em revestimentos cerâmicos. No primeiro trimestre de 2011, o mercado interno respondia por 93% das vendas da Companhia, distribuídos equitativamente entre multimarcas (29%), Portobello Shop (31%) e engenharia (33%).
- Mercado Externo: Representando as vendas realizadas para diversos países através de equipe própria e representantes independentes. As exportações em 2011 foram limitadas a mercados mais rentáveis e tiveram sua participação nas vendas totais reduzidas, de acordo com os planos definidos preliminarmente. Ainda dentro deste enfoque, as operações nos EUA, que vinham sendo realizadas pela subsidiária Portobello America, Inc. foram descontinuadas em dezembro de 2010. Aquele mercado está sendo atendido por representantes comerciais e pelo nosso departamento de exportação.

c) Características dos mercados de atuação:

(i) Participação em cada um dos mercados

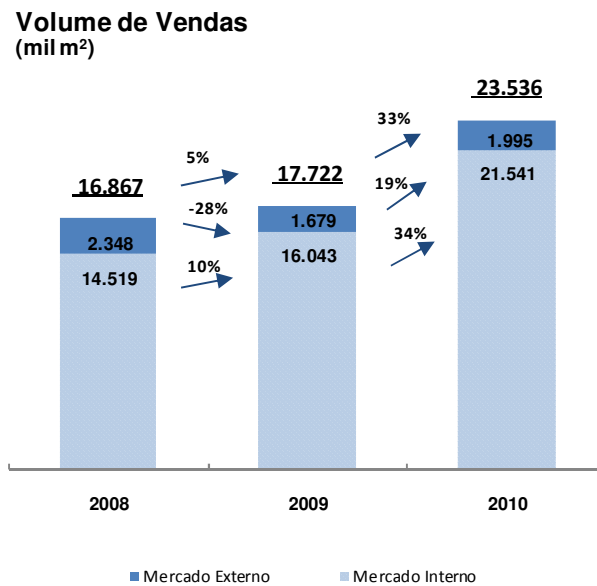
Os produtos da Companhia são comercializados nas principais cidades de todo o país, com maior concentração nas regiões sudeste e sul. Quanto à finalidade, a distribuição observada no último ano indica crescimento especialmente em obras novas residenciais, e também na aplicação em reformas residenciais, e em novas construções comerciais.

Em 2010 a Companhia exportou US\$ 17.937, respondendo por aproximadamente 7% da exportação do setor no país. Os principais destinos da exportação da Portobello foram Argentina, Paraguai e Coréia do Sul. A concorrência internacional é principalmente proveniente da China, Itália e Espanha, que são os maiores exportadores mundiais. O maior volume de produtos cerâmicos consumidos internacionalmente nos maiores mercados é das produções locais de cada país, exceto nos EUA, que importa mais da metade do seu consumo.

Total em (m²/mil) de vendas por mercado nos últimos exercícios:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(ii) Condições de competição nos mercados

A Companhia pode autodeclarar-se altamente competitiva em seu mercado por que:

- Detém tecnologia de ponta na fabricação de revestimentos cerâmicos, core business da companhia;
- Possui amplo know-how em design, que é um atributo diferenciador dos revestimentos cerâmicos perante consumidores e influenciadores de compra;
- Opera segundo modernos sistemas de gestão que propiciam economia de recursos e reduzem os riscos ambientais;
- Está estrategicamente localizada perto dos principais mercados consumidores no Brasil e próxima às principais vias de escoamento da produção;
- Comercializa sua produção no Brasil e em 65 outros países, beneficiando-se dos ciclos de alta demanda de vários mercados;
- No Brasil, está presente em vários canais de distribuição, detendo inclusive um canal próprio de vendas, o qual permite o contato direto e, portanto, maior agilidade na detecção das tendências de mercado;
- Possui uma marca forte, reconhecida e desejada por consumidores institucionais e individuais.

A Companhia participou das principais feiras de revestimento cerâmico no mundo: a “Revestir”, em São Paulo, “Coverings”, nos EUA, e “Cersaie”, a maior feira de revestimentos cerâmicos do mundo, na Itália. Estes eventos foram cenários de diversos lançamentos da Companhia, com destaque para o Extra Fino, lançado na Cersaie simultaneamente a fabricantes da Espanha e da Itália, reforçando a postura de vanguarda da Companhia. Junto com este produto inovador de 4,7 mm de espessura, que possibilita sobreposição e uma reforma fácil, limpa, rápida e silenciosa, a Portobello também lançou novos formatos, como o 90x90 cm, atendendo à atual tendência de obter maior valor agregado com formatos grandes, e as madeiras em 15x120 cm e 20x120 cm.

As grandes Inovações e Novidades de 2011

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Lançamentos 2011

A Portobello lançou em 2011, uma de suas coleções mais poderosas dos últimos tempos. Com o conceito Habitat Natural Humano, a empresa apresentou 22 linhas inspiradas em materiais naturais, como madeira, pedra e mármore, e elementos desenvolvidos pelo homem, como concreto, cimento, vidro e corean, boa parte delas usando a novíssima tecnologia de impressão digital, a InkJet.

A coleção conta com as linhas: Concretíssima, Mineral, Extra Fino Nude, Broadway, Minimale, Modern, Pietra Calcarea, Ecollection, Ecodiversa, Ecoage, Travertino Navona, Pietra Chiara, Pietra di Savoia, Marmo di Venezia, Pietra e Mattone, Like Mosaic, Artesanal, Pampulha, Brava, Galleria D' Arte, Ma.De. e Universal Colletion.

- Porcelanato Concretíssima

Com a colaboração do genial arquiteto Ruy Ohtake foi destaque a linha de porcelanato Concretíssima, cuja aparência e textura são idênticas ao concreto, até mesmo nos movimentos circulares e leves desníveis que esse material representa em sua forma natural. O conhecimento de Ruy Ohtake em criações arquitetônicas nas quais o concreto se destaca foi fundamental para elaboração das peças, que aliam design, inovação, praticidade, beleza e durabilidade do porcelanato.

Para acompanhar os lançamentos 2011, acesse o site www.portobello.com.br.

- Revestir 2011

Para apresentar os novos produtos, durante a participação na Expo Revestir 2011, no estande, de 315 m², os visitantes se depararam com um clima íntimo e acolhedor, isso porque ele seguiu o conceito de uma casa completa, com direito a 11 ambientes decorados, entre eles, hall, living, suíte, sala de jantar, escritório e spa. Projetado pelo arquiteto Giovani Bonetti, do escritório Marchetti + Bonetti, o espaço encantou os visitantes, a começar pela entrada, com um belo painel com a cartela de cores da Coleção Portobello 2011. O teto visualmente impressiona ao se deparar com um forro de madeira, que na verdade é produzido com porcelanato. Outra atração foi a fachada repleta de peças com a reprodução fiel do concreto, incluindo os movimentos circulares e leves desníveis que esse material representa em sua forma natural.

A iluminação também teve um destaque especial. Com o auxílio de especialistas em luminotécnica, foi criada uma atmosfera em que o público pode apreciar o que há de mais real das características dos produtos, sejam em suas texturas, cores ou brilho.

- Campanha Publicitária

A nova campanha de marketing da Portobello, que foi apresentada também durante a feira, trouxe para a linguagem da marca um mascote - um cão da raça goldenretriever. Ela também pode ser apreciada, assim como o catálogo, que contém imagens de ambientes desenvolvidas sob o olhar e expertise de importante fotógrafo italiano.

- Inovação para apresentar os Produtos 2011

Para apresentar os lançamentos das coleções aos funcionários, franqueados Portobello Shop, arquitetos e clientes, a Portobello realizou desfiles/performances no mesmo período em que estava sendo realizada a Expo Revestir, em São Paulo. Para o evento, a Portobello montou passarela em um Hotel no Morumbi, com direito a produção de luz e som e muita cenografia. Em cena estiveram mais de 20 modelos apresentando novos produtos, pantone de cores e representando cenicamente os conceitos das linhas. O desfile foi transmitido de forma inédita ao vivo pelo Twitter.

- Programa Criar e livro Arquitetura Brasileira

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ainda durante a Revestir, foi realizado o pré-lançamento da primeira edição do livro “Arquitetura Brasileira”, publicação que reunirá projetos arquitetônicos de destaque de 20 renomados profissionais de diversas regiões do País. Com ele, a companhia pretende exaltar a criatividade de cada um dos participantes, assim como suas especialidades.

Entre os arquitetos convidados para engrandecer as 200 páginas do livro, também participaram do evento os principais nomes do setor que integram o “Criar– Relacionamento e Inovação”, programa da Portobello que tem como objetivo estreitar o contato com arquitetos e engenheiros. Essa primeira edição terá publicação bilíngüe (português e inglês), tiragem de três mil exemplares e será comercializada nas principais livrarias de todo o Brasil, a partir de junho. Ela também circulará durante a feira Cersaie, na Itália, em setembro.

- Marketing Digital

A Portobello mostra que a inovação não está presente somente no desenvolvimento de seus produtos, que contam com equipamentos de última geração em impressão digital. A surpresa desse ano foi apresentar para o público um mix de ações que engloba aplicativo para iPad, podcast para deficientes visuais, vídeo com animações e muito conteúdo por meio de mídias sociais e do site institucional, que passa a ser um portal de informações da Portobello e Portobello Shop (www.portobello.com.br, www.blogportobello.com.br, Facebook, Twitter e Flickr). Até mesmo a equipe de vendas fez uso do tablet da Apple durante a feira como um recurso moderno para que os visitantes possam conferir de perto todas as novidades.

- iPortobello e Podcasts para deficientes visuais

O iPortobello, primeiro aplicativo para iPad desenvolvido para o segmento de revestimentos cerâmicos já está disponível na Apple Store para download gratuito. Ele contém 120 fotos em alta resolução, três vídeos e oito podcasts desenvolvidos especialmente para deficientes visuais, além de textos que apresentam em profundidade os conceitos de cada uma das 22 novas linhas da empresa.

- Equipe de Vanguarda

A força comercial da Portobello já está operando com o Ipad, tablete revolucionário da Apple, para suas tarefas e até o fim do ano toda a equipe comercial terá esse gadget como equipamento como padrão tecnológico

Portobello e o seu compromisso com o futuro

Um compromisso permanente com o futuro nas áreas ambiental, social e econômica concretizado em práticas que garantam a longevidade do meio ambiente, da sociedade e do negócio: para a Portobello, este é o significado de sustentabilidade.

Companhia de capital aberto integrante do Novo Mercado da Bovespa, a Portobello é hoje líder no segmento de revestimentos cerâmicos na América do Sul, com faturamento anual superior a R\$ 500 milhões. Sua produção de 23,5 milhões de metros quadrados atende países dos cinco continentes e também o mercado interno, por meio de revendas multimarcas e da Portobello Shop. São 10 fábricas nas quais trabalham mais de dois mil colaboradores, responsáveis pelo design e inovação de itens que lançaram tendência na arquitetura e decoração. Sediada em Tijucas, Santa Catarina, a empresa relata seus avanços em responsabilidade socioambiental desde 1997.

Na área ambiental a empresa acredita que o equilíbrio da relação com o meio ambiente pode ser obtido mediante o uso adequado de recursos e em reciclar, reutilizar e reduzir os resíduos e impactos gerados. Por isso, ela adota boas práticas em relação à energia, resíduos, água, flora, logística, gestão e fornecedores. Entre os seus principais resultados estão: reaproveitamento de 99,5% dos resíduos; redução de mais de 14% do consumo equivalente do gás natural e diminuição de 20% do consumo

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

equivalente de energia elétrica; reutilização de 100% dos efluentes industriais tratados e redução de 17% do consumo equivalente de água de reposição; além do tempo de recuperação das áreas exploradas, que diminuiu em dois anos – de cinco para três anos. Ainda registra-se o uso de cerca de 20% de material reciclado nos produtos, que, desta forma, atendem requisitos da certificação LEED, que atesta construções sustentáveis.

A Portobello assume um papel de participar e contribuir para a evolução da comunidade quando o assunto é responsabilidade social. A empresa conta com o envolvimento e o comprometimento das pessoas de dentro e de fora: colaboradores, terceirizados, fornecedores, parceiros, distribuidores, clientes, arquitetos, decoradores, investidores – a lista de públicos com os quais a empresa dialoga é extensa e diversa.

Entre as ações que se destacam estão: doações de materiais para construção e reforma de obras mantidas por entidades de Tijucas e região de comprovada importância; programas sociais e ações voluntárias do público interno, como Natal Feliz Portobello e Campanha do Agasalho. A Portobello mantém ainda uma rádio no município onde está localizada; o Coral Anjos Luz, projeto de formação musical para filhos de colaboradores, e o programa Programa Atleta do Futuro, que beneficia mais de 300 alunos da comunidade, entre 7 e 15 anos. Com seus colaboradores, a Portobello possui diversos projetos, como participação nos resultados, amplas políticas de saúde, Olimpíadas Portobello e Gincana da Família, entre outros.

Todas essas ações em desenvolvimento trazem benefícios do ponto de vista social, econômico e ambiental, pois objetivam principalmente a Sustentabilidade da Companhia, fazendo com que haja a redução/otimização dos processos industriais e, conseqüentemente, uma produção mais enxuta e com mais qualidade, contribuindo efetivamente para a nova política adotada pela Portobello de fazer mais com menos.

Prêmios

Para comprovar a liderança e inovação da Portobello, nos anos de 2010 e 2011, a empresa foi reconhecida com os seguintes prêmios:

- Top of Mind - Através de pesquisa do Data Folha encomendada pela revista Casa & Mercado, da Editorial Magazine, a Portobello sagrou-se como marca mais lembrada em nada menos que três categorias, dentro do segmento Pisos, Revestimentos e Acabamentos: em Revestimentos Cerâmicos (com 51% das indicações), em Rejuntas (20%) e em Loja de Pisos e Revestimentos em geral (20%), com a única rede de franquias do segmento no País, a Portobello Shop.
- Top de Marketing - A Portobello conquista o prêmio Top de Marketing da ADVB/SC Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing de Santa Catarina. O mérito se deve ao case “Extra Fino” e é resultado de todo o composto de marketing trabalhado para apresentar ao mercado o primeiro porcelanato de 4,7 milímetros produzido no Brasil.
- Prêmio "Marca que mais se destacou nos seguintes itens: Qualidade, Força de Vendas, Orientação Técnica e Avaliação Geral", da Revista Anamaco;
- Portobello Shop foi premiada com o Selo de Excelência e destaque em Franchising na categoria “Master” da Associação Brasileira de Franchising (ABF).
- 16º prêmio PINI como Melhor Fornecedora na categoria de Revestimento Cerâmico.
- 18º Prêmio Expressão de Ecologia, maior premiação ambiental da região Sul do País. Case "Sustentabilidade Portobello: Todos Comprometidos com o Futuro", a empresa foi vencedora na categoria Gestão Ambiental. Promovido pela Editora Expressão. Entrega do Prêmio: dia 05 de agosto de 2011, na Fiesc.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Marcas do Século 21. Homenagem às 21 marcas catarinenses que mais despontaram no Século 21. Promovido pela Editora Empreendedor. Entrega do Prêmio: dia 19 de maio de 2011, as 19h, na Fiesc.
- 500 Maiores do Sul do Brasil e 100 Maiores de Santa Catarina. Este prêmio é concedido pela revista Amanhã. A listagem é divulgada após análise do balanço social. A cada edição a Portobello obtém maior destaque. Na última edição, ocupou a 28ª posição em Santa Catarina e a 148ª posição no sul.
- Prêmio Top Masters. Revista Projeto Design

A empresa aposta em lançamentos, tecnologia e estratégia de produção para manter seu ritmo de crescimento neste ano. Nos quatro dias de duração da Expo Revestir foram comercializados R\$ 4 milhões, valor que representa o triplo em relação ao ano passado. Somente em exportações, o crescimento foi de 300% comparado a 2010, principalmente para países da América do Sul, Europa, Oceania, África e Ásia.

Foram investidos R\$ 19 milhões no mercado de porcelanato. Outra estratégia que a Portobello está adotando é em se dedicar a produção de produtos com maior valor agregado. Por isso, a empresa terceirizou a produção de cerâmica tradicional e mantém o foco de sua planta industrial em Tijucas, com a fabricação de porcelanatos. Para complementar o mix, a empresa importa algumas peças, entre os países parceiros está a Itália.

Graças aos primeiros resultados de vendas e o balanço de 2010, a empresa confirma seus planos de crescimento na casa dos 30% em 2011. O resultado anual do ano passado demonstrou que a Portobello obteve lucro líquido de R\$ 32 milhões, 69% superior ao obtido em 2009. Além disso, sua receita líquida consolidada, no mesmo período, atingiu R\$ 511 milhões, 35% superior ao ano anterior.

Somos uma das maiores Companhias brasileiras do setor de revestimentos cerâmicos em termos de volume de produção e faturamento, segundo relação com os dados da ANFACER de 2010.

	Produção em milhões de m ²	Vendas MI em milhões de m ²	Vendas ME em milhões de m ²	Vendas MI/ME em milhões de m ²
Total nacional ⁽¹⁾	776	702	63	765
Produção Portobello	22	21	2	23
% Total	2,84%	2,99%	3,17%	3,01%

MI: Mercado Interno

ME: Mercado Externo

(1) Fonte: Estimativa de análise setorial ANFACER 2010 (Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos).

d) Eventual sazonalidade:

Não se aplica, dado que a Companhia não sofre alterações frequentes nos preços de seus produtos e serviços, exceto no lançamento de novos produtos ao mercado.

e) Principais insumos e matérias primas:

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores. Periodicamente, os fornecedores são avaliados de acordo com as normas da ISO, e, conforme o caso, trabalha-se em conjunto na tentativa de resolver eventuais problemas ou substituí-los o fornecedor.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A integração dos fornecedores à cultura de sustentabilidade da Companhia inclui o compartilhamento de um Código de Ética que estabelece de maneira formal a ciência e concordância com os valores, princípios e requisitos da Companhia. Para monitorar seu cumprimento, a Companhia promove Auditorias de Conformidade Ambiental junto aos seus fornecedores de matéria-prima para verificar o cumprimento dos aspectos legais, fiscais, ambientais e técnicos da atividade.

Não há qualquer acordo de exclusividade com fornecedores, mas um trabalho conjunto que possibilita a programação da sua produção a fim de atender a demanda da Companhia ou que a notifiquem com antecedência caso prevejam atrasos. Por conta dos problemas climáticos, solicitamos aos fornecedores de massa que tenham um estoque de segurança de aproximadamente de 6 (seis) meses.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

A única dependência ou vulnerabilidade em relação aos fornecedores da Companhia é com o fornecedor SC Gás, pois depende do abastecimento para que a produção aconteça normalmente, pois utiliza o recurso do gás natural como combustível. Em geral, atua com uma vasta lista de fornecedores, que são selecionados com base em propostas gerais, com o objetivo de identificar aquele que ofereça os melhores termos e condições. Além do preço, a seleção leva em conta a qualidade dos materiais, que deve atender a padrões rígidos.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Os insumos (gás natural e energia elétrica) adquiridos pela Companhia para o desenvolvimento de suas atividades têm representado, em média ano, 22% do custo total de compras. São fornecedores exclusivos, que estão sujeitos a controle ou regulamentação governamental.

Os insumos de matérias primas de massas, esmaltes e embalagens representam 28% do custo total de compras/ano e são adquiridas de diversos fornecedores. O reajuste de preços é regulamentado pelo IGPM ou reações do mercado (ex: embalagens). A Companhia busca periodicamente o desenvolvimento de novos fornecedores visando sempre o melhor custo/qualidade.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

a) Montante total de receitas provenientes do cliente.

Não há clientes relevantes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente.

Não há clientes relevantes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

Não se aplica, exceto a autorização para extração de jazidas de argilas e rochas, as licenças usuais de meio ambiente e do corpo de bombeiros.

b) Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

A Companhia possui um Sistema de Gestão Ambiental que é implantado e monitorado por equipes, programas e atividades dedicados ao meio ambiente. Além da uniformização e excelência nos procedimentos – pré-requisitos que também levaram a Companhia a adotar normas internacionais de qualidade e gestão ambiental, como ISO 9001, versão 2008 – a Gestão Ambiental Portobello lidera pesquisas para desenvolvimento e implantação de novas formas de preservação, racionalização e eficiência, melhorando processos e capacitando o público interno.

O foco desse trabalho é diverso e múltiplo, uma vez que se propõe a monitorar e mitigar as externalidades mais relevantes ao longo da cadeia produtiva. Por isso, a Companhia tem programas – e resultados – desde a extração da matéria prima até as características do produto que chega à casa do consumidor. Tais iniciativas baseiam-se em orçamentos próprios e contínuos, já que a jornada para formas mais sustentáveis de desenvolvimento e produção é uma empreitada de longo prazo. Apenas em 2009 foram investidos R\$ 1.200 em ações relacionadas com meio ambiente.

A linha do tempo da gestão ambiental Portobello

1977 – Início da construção da Cerâmica Portobello, no município de Tijucas (SC). Unidade fabril já nascia com sistemas de tratamento de efluentes

1979 – Início da produção da Cerâmica Portobello

1982 – Substituição do combustível GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) por Gás Pobre, oriundo de carvão vegetal

1993 – Aperfeiçoamento da Estação de Tratamento de Água

1994 – Conquista da ISO 9002

2002 – Conquista da ISO 9001/2000.

2003 – Implantação de gás natural em todo parque fabril.

2006 – Lançamento da linha Ecowood, reprodução de madeira de demolição a partir de exclusiva tecnologia de Dupla Prensagem.

2009 – Lançamento do porcelanato que reproduz a textura de vários tipos de madeira, nos formatos 10x120, 15x120 e 20x120cm. Exclusividade no Brasil.

2010 – Lançado o primeiro porcelanato de 4,7mm produzido no Brasil, o Extra Fino. Reestruturação da gestão corporativa de meio ambiente.

2011 – Lançamento dos produtos com impressão digital em alta resolução, implantação da primeira máquina com sistema de impressão a jato de tinta.

(i) Indicadores Ambientais

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Matriz Energética

A energia é um dos principais recursos necessários para a fabricação de revestimentos cerâmicos, pois a transformação das argilas em cerâmicas demanda o uso de uma grande quantidade de energia elétrica e de combustíveis para a cura em fornos. Além de constituir uma oportunidade de redução de custos, a Companhia reduz o impacto ambiental da operação ao investir nesta frente. E a abordagem da Portobello foi de alinhar-se aos que já enfrentam o grande desafio deste século, que é a mitigação das emissões daqueles gases que têm sido objeto de gradual consenso, entre cientistas e formadores de opinião, como potenciais responsáveis por mudanças climáticas no planeta e otimizar os processos industriais para que se produza mais com menos. Para tanto, a Portobello:

- Adotou o gás natural como principal fonte de energia em suas linhas de produção, obtendo como principais vantagens:
 - Baixo impacto ambiental: sua queima produz uma combustão limpa, melhorando a qualidade do ar, pois substitui formas de energias poluidoras como carvão, lenha e óleo combustível. Contribui ainda para a redução do desmatamento.
 - Facilidade de transporte e manuseio: contribui para a redução do tráfego de caminhões que transportam outros tipos de combustíveis. Não requer estocagem, eliminando os riscos do armazenamento de combustíveis.
 - Segurança: por ser mais leve do que o ar, o gás se dissipa rapidamente pela atmosfera em caso de vazamento. Esta é a grande diferença em relação ao gás de cozinha (GLP) que, por ser mais pesado que o ar tende a se acumular junto ao ponto de vazamento, facilitando a formação de mistura explosiva
- Incorporou tecnologias complementares de eficiência energética:
 - Reaproveitando calor entre equipamentos por meio de sistema que permite a transferência de parte do calor dos fornos para os secadores, poupando energia.
 - Fazendo uso do sistema de ar-gás modulante, o qual adequa a quantidade necessária de gás conforme a necessidade de calor dos fornos (ao contrário do sistema tradicional, que prevê fornecimento constante e idêntico, independente da real necessidade de combustível).
- Implementou um Programa Conservação de Energia, visando à redução/otimização do consumo de energia elétrica.

Com estas iniciativas, além de uma matriz mais limpa, a Companhia elevou a segurança de sua operação e registrou economia e otimização do uso de energia, seja ela de fontes renováveis ou não:

- Redução de mais de 14% do consumo equivalente do gás natural.
- Redução de 20% do consumo equivalente de energia elétrica.

- Os Resíduos

A gestão de resíduos da Portobello envolve dar destinação correta a uma média mensal de 10.000 toneladas de materiais provenientes de processo, lodos de tratamento de efluentes industriais, resíduos refratários, recicláveis e outros. Atenta às tendências globais de comportamento, mercado e de legislação, a Companhia propôs-se uma ambiciosa meta: nível zero de resíduos sólidos descartados pelo processo produtivo. Para tanto, a empresa investiu em um programa que combinava tecnologia, treinamentos e modificação de estruturas internas para mudar a cultura da Organização de forma que os resíduos fossem

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

vistos como matéria-prima para o processo industrial. Mediante um desembolso de cerca de R\$ 2.500 de reais, a Companhia implantou as seguintes iniciativas:

- Estabelecimento de procedimentos de gerenciamento ambiental baseados nas tecnologias de vanguarda disponíveis no mercado, visando segregação de forma adequada os resíduos para posterior reutilização, dentre elas a Coleta Seletiva de recicláveis/não recicláveis e dos cacos cerâmicos.
- Implementação de rotina de treinamentos dos colaboradores, tendo como resultado parcial do ano de 2010 mais de 800 participantes.
- Criação de uma Central de Resíduos, que hoje movimentada uma média de 100 toneladas por dia e emprega 40 colaboradores em tarefas de separação, enfardamento e estocagem dos resíduos para reaproveitamento ou correta destinação e logística interna de resíduo:
- ✓ Os cacos cerâmicos queimados são separados conforme a tipologia, moídos e reincorporados nas formulações de massa cerâmica.
- ✓ Uma oficina de pallets é mantida na Central de Resíduos: os que têm conserto são recuperados e reutilizados pela Companhia; os que provêm de fornecedores são separados para devolução; e as peças que já não podem mais ser recuperadas são vendidas.
- ✓ Papel, plástico e metais são comercializados com empresas recicladoras, evitando que voltem para a natureza, servindo como matéria-prima de outros processos e consequentemente gerando receita financeira para a Companhia.
- Os resíduos sólidos da estação de tratamento de efluentes industriais (ETE Industrial), por sua vez, são consumidos como matéria prima no processo produtivo interno.
- Já os resíduos sólidos da estação de tratamento de efluentes do polimento (ETE Polimento) são consumidos como matéria prima por empresas cimenteiras devidamente licenciadas dentro de processo conhecido como co-processamento e a partir de setembro de 2010 também são consumidos como matéria prima no processo produtivo interno, fechando assim o ciclo de geração-consumo.
- Todo o material particulado contido no filtro de mangas retornam ao processo produtivo. As formulações das massas cerâmicas são reajustadas para consumir toda a geração destes resíduos.
- O reaproveitamento dos resíduos refratários se dá pelo processo de trituração e posterior inclusão ao processo cerâmico como matéria-prima de alto valor agregado. Sua constituição química substitui matérias-primas naturais, evitando a retirada do meio ambiente.
- Além do desenvolvimento de novas técnicas produtivas que permitissem a incorporação de materiais já usados, a Companhia teve que superar também a ausência de legislação específica sobre tais práticas: para reutilizar o resíduo “torta de polimento” como agregado para a fabricação de cerâmicas, por exemplo, houve a necessidade da elaboração de uma legislação específica. Tal diploma legal foi desenvolvido em conjunto com outras Indústrias de Revestimentos Cerâmicos dentro do CONSEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina – onde foi estruturada uma câmara técnica de resíduos, focada no desenvolvimento desta e de outras resoluções específicas. A Resolução em questão é a RESOLUÇÃO CONSEMA 15, que agora beneficia todo o setor de cerâmicas do Estado.
- Atuação junto aos fornecedores de serviço de acabamento de peças para o retorno dos cacos cerâmicos para a Organização, visando à moagem e reincorporação ao processo produtivo.

Dentre os resultados obtidos com a adoção de tais práticas, visando a não geração de resíduos sólidos, pode-se citar:

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- 99,5% dos resíduos reaproveitados: das 10 mil toneladas de resíduos gerados em média por mês, 84% são reutilizados internamente e 15,5% externamente. Em 2009 foram gerados 5,83 Kg de resíduos para cada metro quadrado produzido, sendo que apenas 300 gramas foram destinadas para aterros (sólidos contaminados com óleo, graxa, tinta ou produtos químicos, resíduos ambulatoriais e outros resíduos), por não serem passíveis de reuso/reutilização. No ano de 2010, foram gerados 4,94 kg de resíduo para cada metro quadrado produzido. Já para o ano de 2011 foram gerados parcialmente 4,90 kg de resíduo por metro quadrado.
- Parte dos resíduos é reincorporada ao processo produtivo, fazendo com que hoje os produtos tenham mais de 20% de conteúdo reciclado, um índice que, além de representar uma boa prática de sustentabilidade, é também critério para os edifícios que buscam certificação no Green Building (LEED Materiais e Recursos).
- E por fim, a conscientização e criação da cultura da segregação, reciclagem e reuso junto aos Colaboradores, que assim disseminarão estes conceitos e práticas para a Sociedade.

- A Água

A água é estratégica para a fabricação dos revestimentos cerâmicos Portobello, pois na atual tecnologia adotada pela Companhia este insumo é utilizado principalmente para a moagem das argilas e para o polimento das peças. Assim, ações de redução de consumo, melhoria da qualidade da água e otimização dos processos mostram-se extremamente importantes. Por isso, mais uma vez a Companhia impôs-se uma meta zero para desperdício e descarte de água, bem como a melhoria nos indicadores de qualidade da mesma. Para tanto, a companhia implementou as seguintes ações:

- Separar os circuitos de água: um para uso industrial e um para uso doméstico, direcionando-os a dois sistemas distintos de tratamento: um de efluente industrial e um de efluente sanitário.
- No caso do sistema industrial, chegou-se a um circuito fechado que contempla duas estações de tratamentos de efluentes e um sistema de reaproveitamento dos sólidos contidos na água industrial.
- A água que passa pelo chamado “uso doméstico” é tratada em um sistema que possui 14 estações de tratamento.
- Instalar tubulações de interligação entre as estações de tratamento de efluentes, visando melhorar a qualidade da água do processo através da adoção da técnica de balanço de massa/uso específico em algumas etapas do processo.

Os resultados alcançados até o início do segundo semestre de 2011 são:

- Reutilização de 100% dos efluentes industriais tratados, tendo como reposição apenas os quantitativos perdidos por evaporação nos processos de troca térmica, evaporação e arraste.
- Redução de 11,35% do consumo de água potável de reposição, comparados com o mesmo período de 2010.
- Reintegração, à rede pluvial, da água de uso doméstico conforme padrão de emissão vigente pela legislação.
- Melhoria da qualidade da água de reuso com a redução de mais de 500% da concentração de sais dissolvidos nos efluentes industriais, principalmente os oriundos do processo de polimento de revestimentos cerâmicos conforme apresentado no Gráfico 3, através da técnica de balanço de massa.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- A Flora

A produção de revestimentos cerâmicos, por ser uma atividade de transformação primária, demanda de recursos naturais em estado bruto como as argilas, caulins e feldspatos. Tais minerais, em parte explorados pela própria Companhia nos Estados de Santa Catarina e Paraná, demandam uma atenção especial, pois mesmo que haja a adoção das melhores práticas disponíveis, causam impactos ao meio ambiente.

A matéria-prima utilizada pela Companhia vem de jazidas distribuídas nacionalmente, sendo 45% de concessão direta da Companhia e 55% de empresas fornecedoras. A contratação de jazidas exploradas por terceiros passa por critérios legais rígidos. Apenas empresas formais e habilitadas legalmente são contratadas, o que inclui apenas empresas com boas práticas de segurança e funcionários contratados regularmente. É exigido o cumprimento de todos os requisitos legais ambientais, e de todas as normas dos órgãos ambientais competentes. Esses critérios são firmados contratualmente e verificados por auditorias de conformidade ambiental realizadas por representantes da Companhia.

Após extração da argila, a Companhia recupera as áreas mineradas com o objetivo de devolvê-las à sua vocação natural, que pode ser agricultura ou reflorestamento. Tradicionalmente a recuperação da flora em áreas de extração baseia-se na monocultura, principalmente de espécies coníferas. Além do prazo longo, de cinco anos, esse processo tem o agravante de não restituir a diversidade original. Por meio de pesquisas acompanhadas por instituições diversas, a Companhia chegou a um método de referência para a recomposição da flora, baseado no plantio de espécies originárias da região explorada – técnica que acelerou em cerca de dois anos o processo de regeneração da cobertura vegetal das áreas mineradas – concomitantemente ao processo de exploração. A recuperação da cobertura vegetal foi acompanhada por uma elevação da biodiversidade vegetal, em comparação com o método usado anteriormente.

A Companhia mantém áreas de preservação permanente própria equivalente às áreas exploradas diretamente pela Companhia. Em 2010 as áreas de preservação permanente somavam mais de 166.000 m².

- A Logística

- As embalagens são de papel reciclável e, em sua maioria, com desenho que minimiza o consumo de papel, denominados embalagem bandeja e embalagem fita.

- Os pallets são de madeira certificada e são recuperados em uma oficina interna, evitando perdas. A Companhia não possui um programa de logística reversa, no entanto, algumas empresas transportadoras parceiras, recolhem os pallets de entregas e retornam à Companhia.

- A movimentação interna de cargas utiliza 100% de empilhadeiras movidas a gás natural veicular (GNV).

- As Notas Fiscais Portobello são eletrônicas, gerando economia de papel.

- A Gestão

A Gestão Ambiental é conduzida na Companhia por equipe dedicada que conta com orçamento próprio para implantação de programas de melhoria e monitoramento segundo um Sistema de Gestão Ambiental que também integra pesquisas para desenvolvimento e implantação de novas formas de preservação, racionalização e eficiência, melhorando processos e capacitando o público interno.

A Companhia mapeou sua operação, identificando as principais externalidades em cada etapa para desenvolver e implantar projetos de mitigação eficientes.

- Os Fornecedores

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Os fornecedores de matéria prima passam por auditoria de conformidade ambiental que verifica o cumprimento dos aspectos legais, fiscais, ambientais e técnicos da atividade.

As condições de fornecimento são garantidas por contrato formal e ciência do Código de Ética com todos os fornecedores.

- Os Produtos

A Companhia vê a redução do impacto ambiental, por meio de seus produtos, em três vertentes:

1 – Pela incorporação de resíduos, prática que reduz a demanda por matérias primas virgens e que permite atender os critérios da certificação LEED, a mais usada para atestar a sustentabilidade de edificações. Com média de 18% de conteúdo reciclado, os produtos Portobello atendem ao LEED para novas Construções na categoria Materiais e Recursos do *Green Building: Credit 4.2 – Recycled Content, 10% (post-consumer + 1/2 pre-consumer) – 1 point*.

2 – Pela substituição de matérias primas naturais nas edificações, notadamente mármore e madeira. O porcelanato reduz o impacto ambiental da extração da pedra e das madeiras sendo que, no caso específico desta última, há um ganho para o consumido, na performance do produto, uma vez que o piso de madeira tende a se deteriorar mais rapidamente que o porcelanato em determinadas condições de uso.

3 – Pela redução de materiais na produção e também na aplicação dos revestimentos, o que se tornou possível graças ao desenvolvimento da tecnologia que resultou na linha Extra Fino, de apenas 4,7 mm de espessura - a qual favorece a aplicação de piso sobre piso, eliminando o entulho gerado pela retirada do piso antigo para aplicação do novo.

- Investimento em Meio Ambiente

Dentre os investimentos para a área de Meio Ambiente em 2010 pode-se citar a execução de estudos de investigação ambiental e o monitoramento de efluentes e de emissões aéreas. Foram investidos R\$ 2.300 exclusivamente para meio ambiente no ano de 2010.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

A Portobello, marca de design que cria e distribui produtos e serviços contemporâneos de revestimentos, é detentora das seguintes patentes: “Portobello”, “Portobello Shop” e “Empório Portobello”. Todas se encontram registradas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) sob a titularidade da Companhia nos segmentos de atuação pertinentes.

A Companhia vem investindo mais no marketing digital, com página na internet permanentemente com inovações. A Companhia também conta com um Blog, que está no ar há quase um ano e tem um número de acessos significativo. Hoje os domínios da Companhia na internet mais relevantes são: "portobello.com.br", "blogportobello.com.br", "portobelloshop.com.br" e "portobelloamerica.com".

A Companhia e suas subsidiárias no desenvolvimento de suas atividades dependem de softwares e suas respectivas licenças para uso. Destacam-se os seguintes: Oracle ERP, Oracle Developer 6i, Norton Ghost, Microsoft Visio Professional, Microsoft Windows, Microsoft Office, Microsoft Visual Studio, Microsoft Visual Basic. Net, Microsoft SQL Server, Macromedia Dreamweaver, Macromedia Studio MX, AutoCAD, Label Matrix, Adobe Photoshop, Corel Draw, Vector Works, Linux Red Hat Enterprise, Easy Inventory, Rockwell Software Arena, SQL Navigator, Relativa IT Manager, Borland Delphi e Eyebeam (VOIP). Está sob os cuidados do departamento de informática a manutenção e guarda das licenças, bem como a

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

aquisição de novos softwares e equipamentos. Aos colaboradores é vetada a cópia e/ou a distribuição de programas não autorizados, licenciados e homologados pelo respectivo departamento.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia.

A receita líquida consolidada proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil é de R\$ 470.428 em 2010. Sua participação na receita líquida total é igual a 92% em 2010.

b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia.

A receita líquida consolidada proveniente dos clientes atribuídos ao mercado externo é de R\$ 40.987 em 2010. Sua participação na receita líquida total é igual a 8% em 2010.

Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2010		
Países estrangeiros	Receita líquida	% da receita líquida total
Argentina	9.939	1,94%
Paraguai	6.654	1,30%
Coréia do Sul	4.800	0,94%
Reino Unido	2.326	0,45%
Outros países	17.267	3,38%
	<u>40.987</u>	<u>8,01%</u>
Receita Líquida Total		
Mercado Externo	40.987	8,01%
Mercado Interno	470.428	91,99%
	<u>511.415</u>	<u>100,00%</u>

c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

A receita líquida consolidada proveniente de países estrangeiros é de R\$ 40.987 em 2010. Sua participação na receita líquida total é igual a 8% em 2010.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não se aplica, dado que a estratégia aplicada pela Administração é fazer com que as exportações fiquem limitadas a mercados mais rentáveis e tenham sua participação nas vendas totais reduzidas como vem sendo exposto nas demonstrações financeiras.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Não se aplica, visto que as relações de longo prazo relevantes já foram divulgadas nas demonstrações financeiras e estão relacionadas em outros itens deste Formulário.

7.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Controladores diretos e indiretos

Acionistas direto	Nacionalidades	CNPJ/CPF	Quantidade de Ações Ordinárias	Participação
Cesar Gomes Júnior	Brasileiro	305.583.019-91	24.412.019	15,35%
Eleonora Ramos Gomes	Brasileira	013.808.518-82	21.841.160	13,74%
Maria Gertrudes da Luz Gomes	Brasileira	070.943.379-49	8.987.465	5,65%
Eduardo Ramos Gomes	Brasileiro	454.713.209-72	8.872.664	5,58%
Paulo Bastos Gomes	Brasileiro	006.666.539-68	8.426.297	5,30%
Heloisa Gomes Rebelo	Brasileira	042.547.789-45	6.823.768	4,29%
Geraldo Nicodemos Vieira	Brasileiro	002.659.189-87	5.832.100	3,67%
Valério Gomes Neto	Brasileiro	245.328.949-72	4.947.280	3,11%
Gabriela Richter Gomes	Brasileira	007.489.389-07	1.522.181	0,96%
Cesar Gomes Neto	Brasileiro	006.211.549-97	1.522.181	0,96%
Carolina Consonni Gomes	Brasileira	005.529.979-27	1.473.712	0,93%
Marcelo Consonni Gomes	Brasileiro	008.532.629-18	1.473.712	0,93%
Junior Administração de Bens e Participações Societárias Ltda	Sociedade limitada	03.609.424/0001-46	408.350	0,26%
Myriam Moellmann Consonni Gomes	Brasileira	245.218.769-00	407.121	0,26%

b) Controladas e coligadas e c) Participação da Companhia em sociedades do grupo

Denominação social	Sociedade	Participação da Companhia			
		Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de	2010	2009	2008
Portobello América Inc.	Controlada		100,00%	100,00%	98,42%
PBTech Comércio e Serviços de Revestimentos Cerâmicos Ltda.	Controlada		99,94%	99,94%	99,94%
Portobello Shop S/A	Controlada		99,90%	99,90%	99,90%
Mineração Portobello Ltda.	Controlada		99,76%	99,76%	99,76%

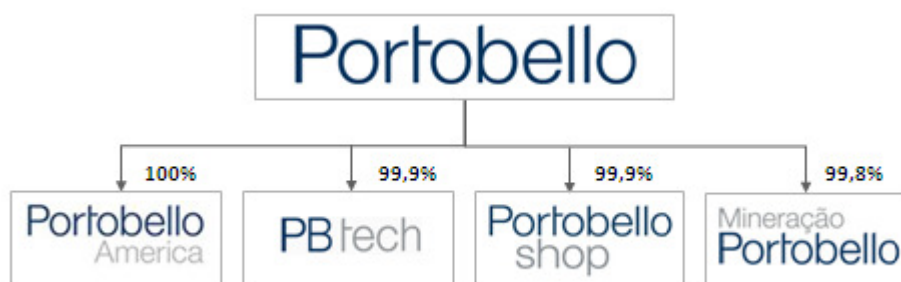
d) Participações de sociedades do grupo na Companhia

Não se aplica, dado que não há participações de sociedades do grupo na Companhia, pois ela é a Controladora.

e) Sociedades sob controle comum

Não se aplica, dado que não há sociedades sob controle comum.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico



8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, dado nos três últimos exercícios sociais não houve incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controles societários ou ativos importantes no Grupo.

8.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

a) Ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização

Descrição do bem do ativo imobilizado	Localização			Tipo de propriedade
	País	UF	Município	
Parque fabril c/993.462 m2 de terrenos e 148.434 m2 de área construída	Brasil	SC	Tijucas	Própria
Máquinas e equipamentos	Brasil	SC	Tijucas	Própria
Equipamentos de processamento de dados	Brasil	SC	Tijucas	Própria

b) Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

(i) Duração

A validade das marcas registrada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), órgão competente para esta função no país, é de dez anos contatos a partir da data de concessão do registro. Após este período são permitidas prorrogações sucessivas por igual período. As tabelas A, B e C apresentam os registros com a validade e informações adicionais.

(ii) Território atingido

Há marcas registradas no território nacional e exterior.

(iii) Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos tais ativos

Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil. Entretanto, há registros que estão em processo de renovação e pedidos de registros que estão em andamento e podem ser negados pelo INPI.

(iv) Possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia

Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil. Mas se isso acontecesse, afetaria o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

Relação de marcas e domínios sob o controle da Companhia:

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**TABELA A - MARCAS REGISTRADAS NO BRASIL**

Títular	Marca	Tipo Marca	Registro	Classe	Data do depósito	Validade	Status
Portobello S/A	POINTER	Nominativa	813719496	19-10	28/08/1987	06/03/2020	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO INTERNACIONAL	Nominativa	813724236	19-10	02/09/1987	05/03/2021	Registrado
Portobello S/A	MAPEI	Nominativa	815969554	03-10	28/12/1990	21/07/2012	Registrado
Portobello S/A	PORTOFINO	Nominativa	816622094	19-10	07/02/1992	03/08/2013	Registrado
Portobello S/A	PORTOFINO CERAMIC TILES	Mista	816623902	19-10	12/02/1992	01/06/2013	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO	Mista	816719748	19-10,19-20,19-30	07/05/1992	25/01/2014	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO	Nominativa	790356511	19	04/12/1979	08/09/2012	Registrado
Portobello S/A	PORTO GRES	Nominativa	811426688	19-10,19-30	03/01/1984	05/02/2015	Registrado
Portobello S/A	MINERACAO PORTOBELLO	Mista	813170613	14	05/01/1987	24/03/2012	Registrado
Portobello S/A	CARGA PESADA	Nominativa	813177707	19-10	09/01/1987	21/02/2019	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO SHOP	Mista	822295806	19	01/06/2000	22/01/2018	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO SHOP	Mista	822295792	11	01/06/2000	22/01/2018	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO SHOP	Mista	822295784	6	01/06/2000	22/01/2018	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO SHOP	Mista	820831425	35	06/08/1998	26/06/2011	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLOSHOP	Nominativa	820595098	35	08/04/1998	06/02/2018	Registrado
Portobello S/A	EMPÓRIO PORTOBELLO	Nominativa	828980942	19	01/03/2007	20/07/2020	Registrado
Portobello S/A	EMPÓRIO PORTOBELLO	Nominativa	828980934	35	01/03/2007	20/07/2020	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO		829431799	19	18/10/2007		Deferido
Portobello S/A	MILENIUM	Nominativa	820595110	19-10,19-20,19-40	08/04/1998		Deferido
Portobello S/A	BELPOINT	Nominativa	830202846	19	17/03/2009		Publicado

TABELA B - MARCAS REGISTRADAS FORA DO BRASIL

Títular	Marca	País	Registro	Classe	Data do pedido de registro	Data do registro	Validade	Status
Portobello S/A	PORTOBELLO	África do Sul	83/4882	19	15/07/1983	15/07/1983	15/07/2013	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO	Angola	18.749	19	10/03/2008	10/03/2008	10/03/2018	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO	Argentina	2.187.346	19	05/05/1994	18/12/1995	11/10/2017	Registrado
Portobello S/A	POINTER	Argentina	1.855.637	19	19/07/2000	17/12/2001	17/12/2011	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO	Aruba	22.314	19	13/03/2003	13/03/2003	12/03/2013	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO	Austrália	423.917	19	18/03/1985	18/03/1985	18/03/2016	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO	Bolívia	66316-A	19	02/04/1985	13/12/1985	13/12/2015	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO	Bolívia	C-73168	19	01/02/1995	24/06/1999	24/06/2009	Renovação requerida
Portobello S/A	POINTER	Canadá	TMA577557	-	10/01/2001	18/03/2003	18/03/2018	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO	Chile	655.358	19	30/06/1982	20/01/1982	20/01/2013	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO	Colômbia	120.551	19	22/03/1985	10/02/1988	10/02/2013	Registrado
Portobello S/A	PORTOFINO	Estados Unidos	1.949.861	19	20/04/1992	23/01/1996	23/01/2016	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO	Itália	718.325	19	21/09/1995	21/09/1995	21/09/2015	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO	México	789.345	19	18/07/2002	18/07/2002	18/07/2012	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO	Panamá	184095-01	19	10/09/2009	06/04/2010	10/09/2019	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO SHC	Paraguai	231.954	35			23/01/2011	Renovação requerida
Portobello S/A	PORTOBELLO SHC	Paraguai	231.953	11			23/01/2011	Renovação requerida
Portobello S/A	PORTOBELLO SHC	Paraguai	231.952	6			23/01/2011	Renovação requerida
Portobello S/A	PORTOBELLO	Paraguai	282.013	19	10/02/1995	21/11/1995	21/11/2015	Registrado
Portobello S/A	POINTER	Paraguai	236.685	19	14/07/2000	03/07/2001	03/07/2011	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO	Peru	92.535	19	20/03/1991	06/08/1991	06/08/2016	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO	República Dominicana	177.423	19	04/09/2009	16/11/2009	16/11/2019	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO	Uruguai	388.519	19	08/02/2008	05/06/2009	05/06/2019	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO	Uruguai	348.065	06,08,11,19	02/08/1982	11/08/1983	11/08/2013	Registrado
Portobello S/A	PORTOBELLO	Venezuela	127.267	19	20/03/1985	16/01/1987	16/01/2012	Registrado
Cerâmica Portobello S/A	PORTOBELLO	Canadá	TMA324343	-	29/04/1985	06/03/1987	06/03/2017	Registrado
Cerâmica Portobello S/A	PORTOBELLO	Estados Unidos	1.406.743	19	06/08/1985	26/08/1986	26/08/2016	Registrado
Cerâmica Portobello S/A	POINTER	Estados Unidos	1.699.084	19	09/11/1987	07/07/1992	07/07/2012	Registrado
Cerâmica Portobello S/A	PORTOBELLO	Porto Rico	26.571	19	11/06/1985	03/10/1985	03/10/2005	Renovação requerida

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**TABELA C - DOMÍNIOS EM NOME DA COMPANHIA E CONTROLADAS**

Títular	Domínio	Validade
Portobello S/A	emporioportobello.com.br	02/02/2018
Portobello S/A	eventosportobello.com.br	13/03/2012
Portobello S/A	portobello.com.br	29/05/2018
Portobello S/A	portobelloshop.com.br	28/09/2018
Portobello S/A	portoshop.com.br	28/01/2018
Portobello S/A	universidadedaceramica.com.br	16/10/2020
Portobello S/A	portobelloamerica.com	25/02/2017
Portobello Shop S/A	blogportobello.com.br	18/09/2011

c) Sociedades em que a Companhia tem participação

Demoninação Social	Sede	CNPJ	Atividades Desenvolvidas	Participação da Companhia		
				2010	2009	2008
Portobello América, Inc – USA	1822 SW 2nd St - Pompano Beach, Florida,US	-	Comércio de revestimentos cerâmico	100,00%	100,00%	100,00%
PBTECH Comercio e Serviços de Revestimentos Cerâmicos Ltda.	BR 101 KM 163 Térreo, Tijucas/SC	05.876.012/0001-06	Comércio de revestimentos cerâmico	99,94%	99,94%	99,94%
Portobello Shop S/A	BR 101 KM 163 1º Pavto, Tijucas/SC	83.713.495/0001-23	Comércio de revestimentos cerâmico e prestação de serviços relacionados	99,90%	99,90%	99,90%
Mineração Portobello Ltda.	BR 101 KM 163, Tijucas/SC	05.345.375/0001-95	Extração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional	99,76%	99,76%	99,76%

Demoninação Social	Valor contábil da participação			Valorização/Desvalorização %			Dividendos recebidos		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008	2010	2009	2008
Portobello América, Inc – USA	(33.737.736,2)	(27.027.909,54)	(29.277.159,00)	-24,83%	7,68%	-613,17%	-	-	-
PBTECH Comercio e Serviços de Revestimentos Cerâmicos Ltda.	(3.310.487,0)	(2.342.788,02)	(2.035.875,67)	-41,31%	-15,08%	-30,37%	-	-	-
Portobello Shop S/A	479.520,00	479.520,00	479.520,00	0,00%	0,00%	-89,62%	5.909.579,10	8.292.843,64	3.691.155,39
Mineração Portobello Ltda.	(946.416,85)	(377.411,49)	(299.755,53)	-150,77%	-25,91%	-32,40%	-	-	-

Todas as empresas são controladas e não possuem registro na CVM.

(i) Razões para aquisição e manutenção de tal participação:

O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Parque fabril c/993.462 m2 de terrenos e 148.434 m2 de área construída	Brasil	SC	Tijucas	Própria
Máquinas e equipamentos	Brasil	SC	Tijucas	Própria
Equipamentos de processamento de dados	Brasil	SC	Tijucas	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Portobello Internacional	Nacional	05/03/2021	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Pointer	Nacional	06/03/2020	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Mapei	Nacional	21/07/2012	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portofino	Nacional	03/08/2013	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portofino Ceramic Tiles	Nacional	01/06/2013	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Porto Gres	Nacional	05/02/2015	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Mineração Portobello	Nacional	24/03/2012	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Carga Pesada	Nacional	21/02/2019	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello Shop	Nacional	06/02/2018	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello Shop - Mista	Nacional	22/01/2018	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Empório Portobello	Nacional	20/07/2020	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Milenium	Nacional	Em processo - Deferido	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Belpoint	Nacional	Em processo - Publicado	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	África do Sul	15/07/2013	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Angola	10/03/2018	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Portobello	Argentina	11/10/2017	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Aruba	12/03/2013	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Austrália	18/03/2016	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Bolívia	13/12/2015	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Chile	20/01/2013	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Portobello	Colômbia	10/02/2013	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Itália	21/09/2015	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	México	18/07/2012	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Panamá	10/09/2019	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Paraguai	21/11/2015	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Portobello	Peru	06/08/2016	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	República Dominicana	16/11/2019	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Uruguai	05/06/2019	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Venezuela	16/01/2012	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Canadá	06/03/2017	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Portobello	Estados Unidos	26/08/2016	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Porto Rico	Em processo de renovação	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Pointer	Argentina	17/12/2011	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Pointer	Canadá	18/03/2018	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Pointer	Paraguai	03/07/2011	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pointer	Estados Unidos	07/07/2012	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello Shop	Paraguai	Em processo de renovação	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portofino	Estados Unidos	23/01/2016	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello	Nacional	08/09/2012	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello - Mista	Nacional	25/01/2014	Não há, no momento, nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca, construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Mineração Portobello	83.713.495/0001-23	-	Controlada	Brasil	SC	Tijucas	Extração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional	99,760000
				Valor mercado				
31/12/2010	-150,770000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2010	-946.416,85		
31/12/2009	-25,910000	0,000000	0,00					
31/12/2008	-32,400000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.								
PBTECH Comércio e Serviços de Revestimentos Cerâmicos Ltda	05.876.012/0001-06	-	Controlada	Brasil	SC	Tijucas	Comércio de revestimentos cerâmicos	99,940000
				Valor mercado				
31/12/2010	-41,310000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2010	-3.310.487,04		
31/12/2009	-15,080000	0,000000	0,00					
31/12/2008	-30,370000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.								
Portobello América, Inc - USA	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos		Tijucas	Comércio de revestimentos cerâmicos	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2010	-24,830000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2010	-33.737.736,20		
31/12/2009	7,680000	0,000000	0,00					
31/12/2008	-613,170000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.								
Portobello Shop S/A	05.345.379/0001-95	-	Controlada	Brasil	SC	Tijucas	Comércio de revestimentos cerâmicos e prestação de serviços relacionados	99,900000
				Valor mercado				
31/12/2010	0,000000	0,000000	5.909.579,10	Valor contábil	31/12/2010	479.520,00		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2009	0,000000	0,000000	8.292.843,64					
31/12/2008	-89,620000	0,000000	3.691.155,39					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.

9.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ao longo dos últimos três exercícios sociais as condições financeiras e patrimoniais da Companhia apresentaram melhoria expressiva, apesar do período ter sido iniciado com forte crise econômica e de crédito nos mercados internacional e doméstico. No último período esta melhoria foi acentuada pelo crescimento da geração de caixa e pela re-estruturação das linhas de financiamento para capital de giro. A receita operacional líquida consolidada apresentou crescimento vigoroso de 35%, com ganho de mercado em relação aos concorrentes. O mercado interno passou a representar cerca de 92% da receita consolidada, com tendência de aumentar ainda mais sua importância para a Companhia. A produção cresceu de forma consistente, com aumento de 18% no último exercício, reflexo dos investimentos em capacidade instalada realizados nos últimos três anos. O programa de racionalização que vem sendo implementado nos últimos anos vem apresentando bons resultados, com ganhos de produtividade. As despesas financeiras líquidas, por sua vez, apresentaram em 2009 queda significativa devido ao efeito positivo da variação cambial sobre dívidas em moeda estrangeira e reduções de encargos sobre as dívidas fiscais parceladas. Como o programa de investimentos e o aumento da necessidade de capital de giro foram financiados com aumento de dívida em 2010, houve aumento nas despesas financeiras líquidas. Entretanto, se ajustarmos os valores das despesas financeiras líquidas retirando o efeito cambial e do parcelamento de impostos, houve queda de 15% em 2010. O endividamento bancário, por sua vez, apresentou tendência de crescimento moderado, muito inferior aos investimentos realizados no período, com perfil de prazo de amortização e de taxas de juros mais adequados às necessidades da Companhia. O lucro líquido de cerca de R\$ 32 milhões no último exercício confirmou a recuperação da rentabilidade da Companhia, com crescimento de 69%. O patrimônio líquido, por sua vez, aumentou 126%, ultrapassando R\$60 milhões.

Em 2010 a alavancagem financeira foi reduzida 1,9 vezes para 1,5 vezes EBITDA em relação à dívida bancária líquida, e foi reduzida de 4,5 para 3,3 vezes EBITDA em relação à dívida bancária e tributária líquida. Como consequência os "spreads" bancários cobrados nas operações de financiamento contratadas em 2011 foram reduzidos consideravelmente, com reflexo positivo das despesas financeiras.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da Companhia, que integra o Novo Mercado desde 2008, é constituída de cerca de 159 milhões de ações ordinárias escriturais.

i) Hipóteses de resgate

Não existe provisão para resgate de ações ou quotas de capital.

ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, dado que não existe provisão de resgate de ações ou quotas de capital.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A capacidade de pagamento é satisfatória tendo em vista o EBITDA crescente que atingiu cerca de R\$ 86 milhões no último exercício, frente aos compromissos financeiros contratados. Parte substancial dos compromissos decorre de parcelamento de impostos em prazo de até 180 meses, e linhas de financiamento de longo prazo para investimentos em ativo fixo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Endividamento bancário líquido	2010	2009	2008
Circulante	97.584	92.871	98.785
Não circulante	45.242	28.859	36.327
(=) Total do endividamento bancário	142.826	121.730	135.112
Disponibilidades e títulos e valores mobiliários	13.922	12.897	15.807
(=) Total do endividamento bancário líquido	128.904	108.833	119.305

Alavancagem financeira	2010	2009	2008
Endividamento bancário líquido	128.904	108.833	119.305
Endividamento tributário	153.209	153.632	152.332
EBITDA	86.151	58.798	61.752
(=) Dívida bancária líquida / EBITDA	1,5	1,9	1,9
(=) Dívida bancária líquida e tributária líquida / EBITDA	3,3	4,5	4,4

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro provêm de diversas instituições financeiras brasileiras onde encontra-se a cobrança das vendas da Companhia, e os financiamentos para investimentos provêm em sua quase totalidade dos fornecedores dos equipamentos adquiridos. A Companhia dispõe atualmente de limites de crédito em montante muito superior ao saldo desembolsado junto aos bancos com que tem operações de financiamento.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia passou a ser beneficiada a partir de outubro de 2009 pelo programa de incentivo fiscal denominado PRODEC, que difere por 48 meses o recolhimento de 60% do ICMS gerado mensalmente que exceder R\$ 761 mil. Este benefício já acumulava cerca de R\$ 5 milhões no final do exercício, e deverá crescer inicialmente cerca de R\$ 500 mil por mês para um valor acumulado de que poderá atingir até R\$ 35 milhões durante os 10 anos de prazo de vigência do programa. Os investimentos em ativos não circulantes serão financiados, preferencialmente, pelos fornecedores italianos de equipamentos, como tem sido o caso nos últimos anos, em condições mais favoráveis do que usualmente ofertadas pelos bancos comerciais.

Em março de 2010 a Companhia desembolsou R\$ 13 milhões de uma linha de crédito de R\$ 30 milhões contratada com a FINEP, amparada pelo programa "Inova Brasil" para apoio ao desenvolvimento e a inovação. O saldo restante deverá ser desembolsado em 2011 e 2012, conforme cronograma do projeto. Este financiamento oferece 20 meses de carência e 80 meses para amortização, com taxa de juros de 5% a.a., com necessidade de carta de fiança que custou 4% a.a em 2010 mas deverá ter este custo reduzido para 2,5% a.a. em 2011.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O endividamento líquido da Companhia ao final do exercício de 2010 pode ser decomposto em três categorias: parcelamento de impostos federais, no montante de R\$ 59 milhões (líquido de contas a receber de empresa de quem a Companhia comprou créditos fiscais posteriormente parcelados); financiamentos dos fornecedores de equipamentos no montante de R\$ 20 milhões, e financiamentos para capital de giro no montante de R\$ 70 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

	Vencimentos	Encargos 2010	Consolidado		
			2010	2009	2008
Circulante					
Moeda estrangeira					
"Suppliers credit"		VC+6,26% a.a. (Tx Média)	6.655	5.963	2.646
Adiantamento de contrato de câmbio		VC+7,00% a.a. (Tx Média)	1.791	1.779	3.834
Pré-pagamento (a)		VC+6,46% a.a. (Tx Média)	4.627	7.590	34.695
IFC - International Finance Corporation		-	-	-	3.798
Capital de giro nos EUA		-	-	17	1.591
Total moeda estrangeira		VC + 6,43% a.a.	13.073	15.349	46.564
Moeda nacional					
Exim Pré-embarque TJ 462 (b)		13,21% a.a.	1.523	-	-
Exim Pré-embarque PSI (c)		7,00% a.a.	24.671	-	-
FINEP (e)		9,00% a.a.	29	-	-
Arrendamento financeiro		23,52% a.a.	136	205	109
Capital de giro no Brasil		16,82% a.a. (Tx Média)	58.152	74.874	46.471
Duplicatas descontadas e adiantamentos sobre cambiais de exportação		-	-	2.443	5.641
Total moeda nacional		13,90% a.a.	84.511	77.522	52.221
Total do circulante			97.584	92.871	98.785
Não circulante					
Moeda estrangeira					
"Suppliers credit"	Mar/2014	VC+5,76% a.a.(Tx Média)	12.935	15.835	20.503
Pré-pagamento (a)	Mar/2012	VC+6,39% a.a.(Tx Média)	1.690	-	10.224
Total moeda estrangeira		VC + 5,83% a.a.	14.625	15.835	30.727
Moeda nacional					
Exim Pré-embarque TJ 462 (b)	Mar/2013	13,21% a.a.	2.500	-	-
PRODEC (d)	Jun/2014	4,00% a.a. + UFIR	4.725	1.202	-
FINEP (e)	Set/2018	9,00% a.a.	13.248	-	-
Arrendamento financeiro	Abr/2012	24,96 % a.a.	38	144	95
Capital de giro no Brasil	Dez/2012	14,71% a.a. (Tx Média)	10.106	11.678	5.505
Total moeda nacional		9,91% a.a.	30.617	13.024	5.600
Total do não circulante			45.242	28.859	36.327
Total			142.826	121.730	135.112

Exim Pré-embarque - Modalidade de financiamento, com recursos oriundos do BNDES, que figura como um adiantamento para destinados à exportação.

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense

VC - Variação Cambial

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo

LIBOR - London Interbank Offered Rate

UFIR - Unidade Fiscal de Referência

(a) Pré-pagamento - Em março e agosto de 2010, a Companhia celebrou contratos de pré-pagamento nos valores de US\$ 2,780 e US\$ 2,000 milhões respectivamente. O primeiro contrato tem prazo de 2 anos e como garantia foram dados recebíveis da Portobello Shop S.A. e o segundo contrato tem prazo de 18 meses e como garantia foram dados recebíveis da Portobello S.A. Ambos os contratos não possuem cláusulas restritivas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Exim Pré-embarque TJ 462 - Em abril de 2010, a Companhia celebrou contrato de “BNDES – exim Pré-embarque TJ-462” no valor de R\$ 4.000 com juros de TJLP acrescida de 6,80% a.a. O prazo é de 3 anos, dividido em um ano de carência e 24 parcelas mensais e sucessivas. Para este contrato não existem cláusulas restritivas e como garantia foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 50% do saldo devedor do contrato.

(c) Exim Pré-embarque PSI - Em agosto de 2010, a Companhia celebrou contratos de “BNDES – exim Pré-embarque PSI” no valor total de R\$ 16.597, com juros de 7% a.a. que serão amortizados da seguinte forma: R\$ 5.597 com vencimento em 15 de dezembro de 2011, R\$ 4.000 com carência de 6 meses e 12 prestações mensais e sucessivas e R\$ 7.000 com carência de 12 meses e 6 prestações mensais e sucessivas. Para estes contratos foram dados em garantia os recebíveis da Portobello S.A. Em setembro de 2010 houve a liberação de R\$ 8.000, com juros de 7% a.a. e prazo total de 18 meses, sendo 6 meses de carência e 12 parcelas mensais e sucessivas. Foram dados em garantia recebíveis da Companhia no valor de 50% do saldo devedor.

(d) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) - Em julho de 2009 a Companhia obteve Regime Especial do Estado de Santa Catarina. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente – AVP. A taxa utilizada para fins de cálculo de ajuste a valor presente é a SELIC (em 31 de dezembro de 2010 foi de 10,67% ao ano).

- O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 761 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008);
- Carência de 48 meses;
- Prazo de 120 meses;
- Atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.

(e) Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) – Em maio de 2010 a Companhia celebrou um contrato com a FINEP no valor de até R\$ 30.103, com juros de 5% a.a. e prazo de 80 meses, sendo 20 meses de carência. O desembolso previsto será de quatro parcelas, sendo que a primeira parcela no montante de R\$ 13.248, foi totalmente liberada em 02 de setembro de 2010 e as demais parcelas, no valor de R\$ 5.572 (segunda), R\$ 7.496 (terceira), R\$ 3.787 (quarta) possuem prazo entre as liberações de 180 dias. Para este contrato foi necessária a apresentação de uma carta de fiança bancária ao custo de 4% a.a.

As operações de empréstimos e financiamentos com saldos em 31 de dezembro de 2010, não apresentam cláusulas restritivas.

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa 9) e de controlada (nota explicativa 43), reciprocidade com aplicações financeiras (nota explicativa 10), aval dos controladores e de controlada e adicionalmente foram dados em garantia, estoques de produtos acabados no montante de R\$ 2.706.

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Conforme comentado no item 10.1. a Companhia tem um contrato de incentivo fiscal com o programa PRODEC que resulta em financiamento de longo prazo para parte do ICMS mensal devido no período de outubro de 2009 a setembro de 2019.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas mencionadas acima têm o mesmo grau de subordinação

iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Atualmente não existem restrições contratuais.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

De um modo geral as operações de financiamentos de capital de giro são utilizadas próximo aos limites contratados.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia contava com linhas de créditos disponíveis e não utilizadas no montante de R\$ 24.000, além de mais de R\$ 12 milhões em caixa.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008.

(demonstrações financeiras representadas em R\$ mil)

Balanco Patrimonial	Consolidado			% do Total			% da Variação		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2008	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2008	31/12/10 X 31/12/08	31/12/10 X 31/12/09	31/12/09 X 31/12/08
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	12.802	8.618	9.017	2%	2%	2%	42%	49%	-4%
Contas a receber de clientes	101.491	70.989	79.865	18%	15%	17%	27%	43%	-11%
Títulos e valores mobiliários	1.120	4.279	6.790	0%	1%	1%	-84%	-74%	-37%
Estoques	93.745	71.037	64.300	17%	15%	13%	46%	32%	10%
Adiantamentos a fornecedores	747	2.121	2.365	0%	0%	0%	-68%	-65%	-10%
Tributos a recuperar	1.939	3.874	938	0%	1%	0%	107%	-50%	313%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	215	420	228	0%	0%	0%	-6%	-49%	84%
Despesas antecipadas	193	230	214	0%	0%	0%	-10%	-16%	7%
Outros	2.275	1.662	1.534	0%	0%	0%	48%	37%	8%
	<u>214.527</u>	<u>163.230</u>	<u>165.251</u>	<u>38%</u>	<u>34%</u>	<u>35%</u>	<u>30%</u>	<u>31%</u>	<u>-1%</u>
Não circulante									
Realizável a longo prazo									
Contas a receber de clientes	357	673	-	0%	0%	0%	-	-47%	-
Créditos com outras pessoas ligadas	94.667	86.763	95.229	17%	18%	20%	-1%	9%	-9%
Depósitos judiciais	8.043	2.217	1.791	1%	0%	0%	349%	263%	24%
Recebíveis da Eletrobrás	26.131	13.858	11.888	5%	3%	2%	120%	89%	17%
Tributos a recuperar	1.455	500	461	0%	0%	0%	216%	191%	8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.309	17.575	22.839	5%	4%	5%	28%	67%	-23%
Ativo tributário	10.590	9.665	-	2%	2%	0%	-	10%	-
Ativo atuarial	1.764	-	-	0%	0%	0%	-	-	-
Outros	583	732	1.627	0%	0%	0%	-64%	-20%	-55%
	<u>172.899</u>	<u>131.983</u>	<u>133.835</u>	<u>30%</u>	<u>28%</u>	<u>28%</u>	<u>29%</u>	<u>31%</u>	<u>-1%</u>
Permanente									
Investimentos									
Outros investimentos	226	223	221	0%	0%	0%	2%	1%	1%
Imobilizado									
Intangível	1.544	2.665	3.141	0%	1%	1%	-51%	-42%	-15%
	<u>179.996</u>	<u>180.060</u>	<u>178.765</u>	<u>32%</u>	<u>38%</u>	<u>37%</u>	<u>1%</u>	<u>0%</u>	<u>1%</u>
	<u>352.895</u>	<u>312.043</u>	<u>312.600</u>	<u>62%</u>	<u>66%</u>	<u>65%</u>	<u>13%</u>	<u>13%</u>	<u>0%</u>
Total do ativo	<u>567.422</u>	<u>475.273</u>	<u>477.851</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>19%</u>	<u>19%</u>	<u>-1%</u>

Caixa e Equivalentes de Caixa: O crescimento desta rubrica decorre da política adotada para liquidez do caixa da Companhia. Estes ativos encontram-se quase totalmente em aplicações financeiras de curto prazo.

Contas a receber de clientes: A redução de 11% de 2008 para 2009 é resultado de medidas para fazer frente à crise internacional de crédito, quando a Companhia buscou a otimização dos recursos alocados ao financiamento de clientes. Em 2010 houve um aumento de 43% quando a Companhia como forma de fazer frente à crise internacional de crédito buscou otimização dos recursos alocados ao financiamento de clientes e aumento da capacidade de produção própria e das compras de produtos produzidos por terceiros suprimindo a demanda.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Títulos e valores mobiliários: Os saldos em 2008, 2009 e 2010 referem-se a contratos de empréstimos financeiros que exigiam depósitos antecipados das parcelas a vencer e a diminuição decorre de que a Companhia não possui mais este tipo de operação.

Estoques: Em 2008 e 2009 buscou-se a otimização de estoques como prioridade para reduzir a necessidade de financiamento. Um dos fatores foi a redução e posterior descontinuação de negócios na subsidiária nos EUA, onde havia estoque de produtos para entrega imediata. Em 2010 os estoques aumentaram em função da prioridade dada ao crescimento da produção para obter ganhos de custo por aumento de escala.

Créditos com Empresas Ligadas: A redução ocorrida entre 2008 e 2009 está relacionada à opção pelo programa de parcelamento fiscal já mencionado anteriormente e a variação de 2009 para 2010 refere-se apenas a atualização dos valores conforme contrato.

Depósitos Judiciais: O aumento de 2009 para 2010 está relacionado ao bloqueio de numerários referente processo de natureza trabalhista.

Recebíveis da Eletrobrás e Ativos Tributários: A Companhia reconheceu ganhos judiciais de causas que tiveram trânsito em julgado a seu favor a variação decorre de atualizações. O aumento na rubrica Recebíveis da Eletrobrás em 2010 ocorreu devido a novo cálculo submetido pela contadoria da Justiça Federal, apurando uma diferença de R\$ 9.136, entre os valores apurados anteriormente.

Ativo Atuarial: Decorre do reconhecimento de um superávit apresentado em 31 de dezembro de 2010 conforme avaliação atuarial sobre plano de previdência privada que possui também componentes de benefício definido.

Tributos a Recuperar: O aumento ocorrido em 2010 refere-se ao reconhecimento de crédito de ICMS sobre bens do ativo imobilizado adquiridos no período de janeiro de 2006 a dezembro de 2010.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: O aumento de 2009 para 2010 refere-se ao reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre projeções baseadas no crescimento significativo dos resultados e que foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Ativo Permanente: As variações decorrem dos investimentos em aplicação e modernização da produção menos a depreciação equivalente do ano.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balço Patrimonial	Consolidado			% do Total			% da Variação		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2008	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2008	31/12/10 X 31/12/08	31/12/10 X 31/12/09	31/12/09 X 31/12/08
Passivo									
Circulante									
Fornecedores	87.689	68.033	72.178	16%	15%	14%	21%	29%	-6%
Empréstimos e financiamentos	97.584	92.871	98.785	18%	20%	20%	-1%	5%	-6%
Parcelamento de obrigações tributárias	16.552	22.179	9.761	3%	5%	2%	70%	-25%	127%
Impostos, taxas e contribuições	2.682	1.925	10.005	1%	0%	2%	-73%	39%	-81%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.049	30	-	0%	0%	0%	-	3397%	-
Dividendos a pagar	11	6	8	0%	0%	0%	38%	83%	-25%
Provisões para contingências	6.345	5.557	-	1%	0%	0%	-	14%	-
Dívida com pessoas ligadas	-	-	2.120	0%	0%	0%	-100%	-	-100%
Adiantamentos de clientes	14.659	20.254	19.957	3%	4%	4%	-27%	-28%	1%
Obrigações sociais e trabalhistas	15.334	11.603	9.169	3%	3%	2%	67%	32%	27%
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	0%	0%	0%	-	-	-
Outros	9.370	4.410	13.941	2%	1%	3%	-33%	112%	-68%
	<u>251.275</u>	<u>226.868</u>	<u>235.924</u>	<u>47%</u>	<u>50%</u>	<u>47%</u>	<u>7%</u>	<u>11%</u>	<u>-4%</u>
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos	45.242	28.859	36.327	8%	6%	7%	25%	57%	-21%
Provisões para contingências	25.499	16.999	13.436	5%	4%	3%	90%	50%	27%
Dívida com pessoas ligadas	-	-	149	0%	0%	0%	-100%	-	-100%
Plano de previdência privada	3.469	3.420	6.359	1%	1%	1%	-45%	1%	-46%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	44.303	39.973	40.583	8%	9%	8%	9%	11%	-2%
Parcelamento de obrigações tributárias	136.657	131.453	30.217	25%	29%	6%	352%	4%	335%
Tributos a pagar	-	-	112.354	0%	0%	22%	-100%	-	-100%
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	0%	0%	0%	-	-	-
Outros	141	752	2.918	0%	0%	1%	-95%	-81%	-74%
	<u>255.311</u>	<u>221.456</u>	<u>242.343</u>	<u>48%</u>	<u>49%</u>	<u>48%</u>	<u>5%</u>	<u>15%</u>	<u>-9%</u>
Participação de minoritários	8	(5)	62	0%	0%	0%	-87%	-260%	-108%
Patrimônio Líquido									
Capital social realizado	112.957	112.957	112.957	21%	25%	23%	0%	0%	0%
Reserva de capital	267	267	267	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Reserva de reavaliação	51.246	52.989	54.584	10%	12%	11%	-6%	-3%	-3%
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.154)	(9.352)	-	0%	-2%	0%	-	-88%	-
Prejuízos acumulados	(133.712)	(152.025)	(144.268)	-25%	-34%	-29%	-7%	-12%	5%
	<u>29.604</u>	<u>4.836</u>	<u>23.540</u>	<u>6%</u>	<u>1%</u>	<u>5%</u>	<u>26%</u>	<u>512%</u>	<u>-79%</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>536.190</u>	<u>453.160</u>	<u>501.807</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>7%</u>	<u>18%</u>	<u>-10%</u>

Fornecedores: Com a crise de crédito iniciada em final de 2008 a Companhia buscou maior volume de financiamento de capital de giro com fornecedores. Em 2010 o aumento reflete as maiores compras para fazer frente ao crescimento nos volumes de vendas da Companhia.

Obrigações sociais e trabalhistas: O aumento em 2010 refere-se ao reconhecimento da participação dos funcionários nos resultados da Companhia (PPR), que será pago no segundo trimestre de 2011.

Empréstimos e Financiamentos: O aumento entre 2008 e 2010 é função das imobilizações para ampliação e modernização das fábricas e alongamento do perfil de endividamento.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: O aumento em 2010 e 2008 desta rubrica decorre de diferenças temporárias de impostos.

Parcelamento de Obrigações Tributárias: Em 2009 a Companhia aderiu aos programas de parcelamento da lei 11.941 e MP 470 para os tributos em atraso (estes em função da falta de linhas de crédito para financiamento de capital de giro durante a crise financeira internacional) e para os débitos tributários que vinham sendo questionados judicialmente.

Tributos a Pagar: Os tributos federais em 2009 foram no programa de parcelamento mencionado anteriormente.

Provisões para Contingências: O crescimento desta rubrica em 2009 decorre de ações judiciais de natureza trabalhista e também tributária, esta que refere-se à exclusão do tributo estadual (ICMS) da base de cálculo das contribuições federais do PIS e COFINS e que influenciou também no aumento em 2010, além de ações cíveis.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ajustes de variações patrimoniais: A partir da vigência da lei 11.638 os efeitos de conversão das demonstrações financeiras de empresas controladas no exterior e as variações cambiais decorrente passaram a ser registradas no Patrimônio Líquido enquanto que em 2007 (pré lei 11.638) este registro acontecia no resultado.

Demonstração de Resultado	Consolidado			% da Receita			% da Variação		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2008	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2008	2010 x 2008	2010 x 2009	2009 x 2008
Operações continuadas									
Receita	511.415	380.208	356.264	100%	100%	100%	44%	35%	7%
Custo dos produtos vendidos	(347.971)	(274.990)	(237.210)	-68%	-72%	-67%	47%	27%	16%
Lucro operacional bruto	163.444	105.218	119.054	32%	28%	33%	37%	55%	-12%
Receitas (despesas) operacionais líquidas									
Vendas	(75.754)	(55.330)	(52.489)	-15%	-15%	-15%	44%	37%	5%
Gerais e administrativas	(16.985)	(15.119)	(16.369)	-3%	-4%	-5%	4%	12%	-8%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	42	16.229	3.275	0%	4%	1%	-99%	-100%	396%
Outros ganhos (perdas), líquidos	(1.358)	(8.722)	(7.101)	0%	-2%	-2%	-81%	-84%	23%
	<u>(94.055)</u>	<u>(62.942)</u>	<u>(72.684)</u>	<u>-18%</u>	<u>-17%</u>	<u>-20%</u>	<u>29%</u>	<u>49%</u>	<u>-13%</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	69.389	42.276	46.370	14%	11%	13%	50%	64%	-9%
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	13.818	4.774	2.048	3%	1%	1%	575%	189%	133%
Despesas financeiras	(41.697)	(27.626)	(32.637)	-8%	-7%	-9%	28%	51%	-15%
Variação cambial líquida	1.888	12.687	(1.512)	0%	3%	0%	-225%	-85%	-939%
	<u>(25.991)</u>	<u>(10.165)</u>	<u>(32.101)</u>	<u>-5%</u>	<u>-3%</u>	<u>-9%</u>	<u>-19%</u>	<u>156%</u>	<u>-68%</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	43.398	32.111	14.269	8%	8%	4%	204%	35%	125%
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente	(10.069)	(2.873)	(10.235)	-2%	-1%	-3%	-2%	250%	-72%
Diferido	7.400	(4.326)	376	1%	-1%	0%	1868%	-271%	-1251%
	<u>(2.669)</u>	<u>(7.199)</u>	<u>(9.859)</u>	<u>-1%</u>	<u>-2%</u>	<u>-3%</u>	<u>-73%</u>	<u>-63%</u>	<u>-27%</u>
Lucro do exercício das operações continuadas	40.729	24.912	4.410	8%	7%	1%	824%	63%	465%
Operações descontinuadas									
Lucro do exercício de operações descontinuadas	(8.425)	(5.745)	(13.755)	-2%	-2%	-4%	-39%	47%	-58%
Lucro líquido do exercício	32.304	19.167	(9.345)	6%	5%	-3%	-446%	69%	-305%
Lucro líquido atribuível a									
Acionistas da Companhia	32.295	19.161	(9.352)	6%	5%	-3%	-445%	69%	-305%
Participação dos não controladores	9	6	7	0%	0%	0%	29%	50%	-14%

Receita Operacional Líquida: Não houve variações significativas da receita líquida da Companhia entre os anos de 2008 e 2009, com apenas 7% de crescimento. Houve sim, redirecionamento do foco da empresa, onde reduziu-se a exportação para maior ênfase no mercado interno. Em 2010, entretanto, houve expressivo crescimento de 35%, decorrente do crescimento do mercado brasileiro de construção civil em 19% e resultado da política comercial agressiva e introdução de portfólio mais competitivo.

Lucro Operacional Bruto: Em 2009 houve redução do lucro bruto em 12%. Esta redução deve-se principalmente a problemas operacionais ocorridos na fábrica iniciados a partir da falta de gás natural ocorrida em dezembro de 2008, problema solucionado no segundo trimestre de 2009.

Entre 2009 e 2010 houve um incremento no lucro bruto de 55%. Este fato deve-se, além do crescimento das vendas, a melhor eficiência das linhas de produção implantadas em 2009 e 2010, além dos programas de desenvolvimento gerenciais e operacionais implementados no período.

Despesas com vendas Não houve variação significativa nas despesas entre 2008 e 2009. Em 2010, verificou-se o aumento de 37%, resultado de ampliação da estrutura de vendas, de incrementos em logística e dos programas de marketing para obter o ganho de participação de mercado auferido no período.

Despesas Administrativas: O aumento de 12% entre 2009 e 2010 decorre de gastos com consultorias para revisão de processos e aperfeiçoamento do sistema de gestão visando maior produtividade e eficácia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outras receitas e despesas operacionais, líquidos: O aumento significativo das receitas operacionais em 2009 decorre da adesão aos programas de parcelamento de tributos que incluíram redução de encargos e pagamento em até 180 meses. Já em 2010 houve redução de 100%, uma vez que em 2009 houve lançamento expressivo nesta rubrica devido à confissão e parcelamento de impostos.

Outros ganhos e perdas, líquidos: A redução desta rubrica “outros ganhos e perdas, líquidos” entre 2008 e 2010, decorre da diminuição das contas a receber e contas a pagar sujeitas a variação da taxa de câmbio.

Resultado Financeiro: Em 2009 o resultado financeiro líquido reduziu em função da redução dos encargos com tributos pela adesão aos programas de parcelamentos instituídos pela Lei 11.941 e MP 470.

Em 2010, o aumento de 156% na despesa financeira líquida foi decorrente do aumento de encargos sobre tributos, devido às atualizações dos parcelamentos tributários.

Operação descontinuada: Em 31 de dezembro de 2010 as operações da subsidiária Portobello América Inc., foram descontinuadas e os resultados desta operação em 2010 inclusive 2009 e 2008 foram apresentados de forma aglutinada conforme as normas do CPC/IFRS e as variações apresentadas referem-se aos resultados da subsidiária, considerando a montante das operações da Controladora na operação de descontinuação.

Resultado Líquido do Exercício: O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de 32 milhões, representando 6% da receita líquida e um crescimento em relação ao resultado do exercício anterior de 69%.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é proveniente da venda de produtos cerâmicos para revestimento, destinados a construção civil. Estes produtos são na maioria de produção própria e em menor escala de produtos adquiridos de terceiros, seja no mercado interno ou importados.

Os produtos oferecidos pela Companhia classificam-se em diferentes classes (tipologia): (i) revestimentos externos; (ii) pisos cerâmicos; (iii) pisos porcelânicos esmaltados e não esmaltados; e (iv) revestimentos internos ou azulejos. Estas classes compõem a linhas de produtos que possuem diferentes cores e formatos. Esta composição determina o mix de produção que influencia na capacidade de produção.

A receita é influenciada primeiramente pelos volumes (capacidade de produção), pelo mix de formatos, pelo portfólio, e preços praticados em cada canal de distribuição.

A estratégia de distribuição da Companhia está alicerçada em quatro canais distintos e com características específicas de portfólio de produtos, serviços e de política comercial:

Mercado Interno: Três são os canais de distribuição: (i) “revendas multimarcas”, responsáveis pelo atendimento a clientes revendedores de materiais de construção que vendem nossos produtos no varejo; (ii) “engenharias”, representadas por equipes especializadas que atendem empresas de construção civil, construtoras e incorporadoras imobiliárias; e (iii) “franquias” que atendem os clientes de varejo por meio das lojas franqueadas sob as bandeiras Portobello Shop e Empório Portobello. Com 105 lojas localizadas em 85 cidades, este canal representa a maior rede brasileira de lojas especializadas em revestimentos cerâmicos.

Mercado Externo: Representando as vendas realizadas para diversos Países.

A composição da receita líquida (R\$ mil), nos 3 últimos anos foi a seguinte:

Canais de Venda	2010			2009			2008		
	Volume (m ²)	Receita Líquida	% ROL	Volume (m ²)	Receita Líquida	% ROL	Volume (m ²)	Receita Líquida	% ROL
Mercado Interno	21.541	470.428	92%	16.043	344.504	91%	14.519	303.671	85%
Engenharia	8.838	162.915	32%	6.558	118.556	31%	6.088	105.472	30%
Revenda	7.648	155.624	30%	5.804	113.033	30%	5.376	101.737	29%
Lojas franqueadas (Portobello Shop)	5.055	151.889	30%	3.681	112.915	30%	3.055	96.462	27%
Mercado Externo	1.995	40.987	8%	1.679	35.704	9%	2.348	52.593	15%
Total	23.536	511.415		17.722	380.208		16.867	356.264	

Com o enfraquecimento do dólar norte americano a Companhia tem reduzindo suas exportações desde 2006, (quando representava 50%, para 8% em 2010) em busca de melhor lucratividade. A crise na construção civil americana afetou as vendas da Companhia naquele mercado. Redirecionamos a disponibilidade para o mercado interno dado ao seu crescimento, notadamente em dois segmentos/canais: (i) Engenharia e (ii) Portobello Shop. Este com a abertura de novas lojas franqueadas

As lojas franqueadas da Portobello Shop dividem-se em dois padrões: (i) Portobello Shop, voltada ao segmento de consumo mais nobre e, (ii) Emporium Portobello voltada a produtos de maior acessibilidade.

As vendas no mercado interno sofrem influência da conjuntura econômica brasileira. Quanto ao comportamento do mercado interno, na análise de dados históricos, nota-se uma estreita correção entre alguns indicadores macroeconômicos, conforme abaixo:

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Índice	2010	2009	2008	2007	2006	2005
PIB	7,10%	-0,20%	5,10%	5,70%	4,00%	3,20%
PIB Construção Civil	9,30%	1,00%	8,00%	5,00%	4,60%	1,30%
Índice Abrammat	15,60%	-6,50%	37,50%	16,00%	6,70%	-3,60%
Material de Acabamento	15,60%	5,90%	16,50%	13,10%	6,00%	9,40%

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nos últimos três exercícios os resultados consolidados da Companhia foram influenciados pelos seguintes fatores:

- Redução da competitividade das exportações devido ao enfraquecimento da moeda norte americana e a crise do setor imobiliário dos EUA. Além dos custos de redirecionamento do foco para o mercado interno, incorreu-se em custo extras devido à descontinuação dos negócios da subsidiária Portobello America;
- Redimensionamento do portfólio para atender as demandas implicando em custos de descontinuação de produtos e relacionamento com clientes e também lançamento de novos produtos para atender estas novas demandas;
- A restrição de crédito devido à crise financeira mundial iniciada no final de 2008 afetou a capacidade de nossos clientes financiarem seus estoques além de custos financeiros maiores com a conseqüente redução no volume de compras;
- Ao final de 2008 houve interrupção do fornecimento de gás natural. Isto provocou a parada de nossa produção causando ociosidade e incorremos em custos extraordinários durante 2009;
- A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS instituído pela Lei 11.941 e MP 470, resultando em aumento do Patrimônio Líquido no montante de R\$ 13 milhões. Além da grande redução do passivo fiscal e amortização em até 180 meses. Nesta ocasião foram transformadas as contingências que a Companhia avaliou serem convenientes reconhecer como passivo para parcelamento com as reduções expressivas possibilitadas pela nova legislação. Foram utilizados créditos de IR e CSLL diferidos, para parte significativa dos pagamentos destes impostos parcelados, cujo aproveitamento em condições normais levaria diversos anos. Estas contingências fiscais em sua quase totalidade decorreram de compensações de impostos com créditos-prêmio de IPI, que haviam sido glosadas pela Receita Federal e encontravam-se em discussão nas esferas administrativa e judicial. A confissão e parcelamento destas dívidas fiscais decorrentes de compensações glosadas, embora elimine a discussão administrativa, não prejudica o andamento das ações judiciais para reconhecimento do direito a crédito-prêmio de IPI de exportações realizadas antes de outubro de 1990, já transitadas em julgado quanto ao mérito favorável à Companhia, encontrando-se em processo de liquidação de sentença.
- Em 2009 os resultados operacionais foram afetados positivamente por R\$ 45 mil de “outras receitas operacionais líquidas”, sendo R\$ R\$ 15 milhões de “outras receitas operacionais” e R\$ 15 milhões de “outras despesas operacionais”. Os principais itens integrantes das “outras receitas operacionais” foram R\$ 9 milhões decorrentes do complemento do empréstimo compulsório da Eletrobrás e R\$ 3 milhões devido à utilização de créditos tributários para a MP 470. Nas “outras despesas operacionais” os principais itens foram R\$ 6 milhões da migração dos débitos da MP 470 para a Lei 11.941, R\$ 4 milhões de despesas com contingências e R\$ 3 milhões provisionados para a participação nos lucros.
- O ano de 2010 ficou marcado pelos recordes históricos de venda, pelo alto crescimento da Companhia e ótimo desempenho da construção civil brasileira que potencializou os efeitos de medidas

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

adotadas pela Administração nos últimos anos. Mesmo com o impacto negativo do fechamento das operações da subsidiária Portobello América Inc., o resultado de 2010 foi expressivo.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita consolidada que havia crescido 7% de 2008 para 2009, apresentou forte crescimento de 35% em 2010. Este crescimento deveu-se ao aumento do volume de vendas uma vez que o preço médio manteve-se quase estável. No entanto, sua composição mudou conforme exposto acima. Houve o deslocamento da exportação para o mercado interno. Este fato deveu-se ao redirecionamento estratégico iniciado no começo de 2006.

Por se tratar de uma indústria em que as tendências de moda têm um grande peso os esforços de inovação e constante lançamento de produtos novos. Cerca de 53% da Receita da Companhia é proveniente da venda de produtos lançados nos últimos 5 anos. A renovação do portfólio é constante e demanda constante pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.

	2010	2009	2008	2007	2006
% da Receita decorrente de produtos lançados no ano anterior	10%	16%	8%	13%	13%

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não houve impacto da inflação nos principais insumos e produtos da Companhia. Houve em 2009 uma influência positiva de R\$ 4 milhões (R\$ 500 mil em 2010) no resultado da Companhia, efeito da variação cambial líquida que beneficiou o resultado financeiro em R\$ 13 milhões enquanto que em 2010 este valor foi de 2 milhões, e uma perda cambial de R\$ 9 milhões em 2009 (R\$ 1,5 milhões em 2010), reconhecida sob a rubrica "outros ganhos e perdas, líquidos".

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica, dado que a Companhia já possuía internamente a divisão por segmentos, apenas não divulgava a abertura em suas demonstrações financeiras.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Houve em 2010 a descontinuação das operações das atividades operacionais da subsidiária Portobello América Inc., tendo em vista que a demanda no mercado norte americano, permanecerá contido para os próximos anos. A Companhia reconheceu a descontinuação da subsidiária em 31 de dezembro de 2010 e a desmobilização do ativo está em andamento.

c) Eventos ou operações não usuais

Ressalvado a descontinuação da subsidiária Portobello América, Inc., já comentado acima, não houve evento não usual no período.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia apresentou as demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e também estão de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS).

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com o CPC e IFRS pela Companhia e as principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPC/IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido, estão descritas abaixo:

i) Duplicatas descontadas e adiantamentos sobre cambiais de exportação

De acordo com o BR GAAP antigo, as duplicatas descontadas, bem como os adiantamentos sobre cambiais de exportação, são reconhecidos em conta redutora do ativo de contas a receber de clientes. De acordo com a IAS 39, quando ativos financeiros são descontados, no entanto o risco não é transferido, o valor destes ativos deve ser registrado no passivo e não como uma redutora do ativo. Desta forma a Companhia optou pela reclassificação dos saldos existentes de duplicatas descontadas para o grupo de empréstimos e financiamentos.

ii) Plano de previdência privada

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, foram registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

Além disso, a Companhia em 31 de dezembro de 2010, diante do cálculo atuarial que resultou em um Superávit, reconheceu um ativo atuarial que está limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As mudanças no imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se à adoção do ICPC 10 que aconselha constituir a provisão de impostos sobre a reavaliação de terrenos. O ajuste necessário para a transição para o CPC/IFRS foi realizado em contrapartida da conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido.

A Companhia reclassificou o Imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos para o não circulante, de acordo com o CPC 26 (p.56) que orienta que "na situação em que a entidade apresente separadamente seus ativos e passivos circulantes e não circulantes, os impostos diferidos ativos (passivos) não devem ser classificados como ativos circulantes (passivos circulantes)".

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

O impacto pelas alterações nas práticas contábeis no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 168 e refere-se a ganho mediante avaliação atuarial do plano de previdência privada, patrocinado pela Companhia conforme descrito no item 10.5 (s), já no resultado do exercício de 2010 o impacto, ainda referente ao plano de previdência privada, foi de R\$ 284 reconhecido em outras receitas operacionais, resultado da gestão dos ativos dos planos.

Os efeitos significativos da transição para os CPCs e IFRS nas seguintes datas são:

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Patrimônio Líquido em 1º de janeiro de 2009:

	Consolidado					
	De acordo com os critérios contábeis anteriores	Duplicatas desc. e adiant. s/cambiais	IR/CS diferidos	Plano de Previdência	IR/CSLL diferidos s/reavaliação	De acordo com CPC/IFRS
Ativo						
Circulante						
Contas a receber de clientes	74.224	5.641	-	-	-	79.865
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.839	-	(22.839)	-	-	-
Não circulante						
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	22.839	-	-	22.839
Passivo						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	93.144	5.641	-	-	-	98.785
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.066	-	-	-	2.517	40.583
Plano de previdência privada	3.629	-	-	2.730	-	6.359
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas controladores						
Reserva de reavaliação	52.989	-	-	-	(2.517)	50.472
Prejuízos acumulados	(152.025)	-	-	(2.730)	-	(154.755)

Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2009:

	Consolidado					
	De acordo com os critérios contábeis anteriores	Duplicatas desc. e adiant. s/cambiais	IR/CS diferidos	Plano de Previdência	IR/CSLL diferidos s/reavaliação	De acordo com CPC/IFRS
Ativo						
Circulante						
Contas a receber de clientes	68.546	2.443	-	-	-	70.989
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.575	-	(17.575)	-	-	-
Não circulante						
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	17.575	-	-	17.575
Passivo						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	90.428	2.443	-	-	-	92.871
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.456	-	-	-	2.517	39.973
Plano de previdência privada	3.281	-	-	139	-	3.420
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas controladores						
Reserva de reavaliação	51.246	-	-	-	(2.517)	48.729
Prejuízos acumulados	(133.712)	-	-	(139)	-	(133.851)

Resultado em 31 de dezembro de 2009:

	Consolidado					
	De acordo com os critérios contábeis anteriores	Duplicatas desc. e adiant. s/cambiais	IR/CS diferidos	Plano de previdência	IR/CSLL diferidos s/reavaliação	De acordo com CPC/IFRS
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13.638			2.591		16.229
Lucro líquido do exercício	16.576			2.591		19.167
Lucro líquido atribuível a						
Acionistas da Companhia	16.570					19.161
Participação dos não controladores	6					6

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 o parecer dos auditores independentes possui parágrafo de ênfase mencionando que as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e que no caso a Portobello S.A., essas práticas

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

diferem do IFRS, aplicável as demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ao valor justo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 não há ressalvas, limitações de escopo ou mesmo parágrafos de ênfase no parecer dos auditores independentes e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 o parecer dos auditores independentes possuía parágrafo de ênfase relacionado aos contínuos prejuízos gerados pela Companhia e pela insuficiência de Capital de Giro.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Item 1 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o “custo reavaliado” que ocorreu em 2006 para terrenos, edificações e benfeitorias, na data de transição para IFRS/CPCs. Os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas no item 2.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e são apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e são sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações financeiras correntes são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPC e IFRS pela Companhia.

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

As operações entre a Companhia e suas empresas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Transações e participações das não controladoras

O Grupo trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é re-mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

10.5 - Políticas contábeis críticas

c) Conversão de moeda estrangeira

Moeda de apresentação e moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são re-mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como outros ganhos e perdas líquidos, exceto as operações de financiamentos que estão reconhecidas no resultado financeiro.

Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

e) Ativos Financeiros

Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "contas a receber de clientes".

- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

São basicamente os títulos e valores mobiliários que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação)**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e freqüente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido,

10.5 - Políticas contábeis críticas

principalmente, para fins de venda de curto prazo e classificados como ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros classificados nessa categoria.

- **Ativos financeiros disponíveis para a venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros classificados nessa categoria.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) *Impairment* de ativos financeiros

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
 - ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
 - iii) Torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
 - iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
 - v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
- Mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores de empréstimo na carteira;

10.5 - Políticas contábeis críticas

- Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

g) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para devedores duvidosos “PDD” (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal do Grupo), as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos (*impairment*) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e o cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

h) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

i) Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante, realizável a longo prazo.

j) Recebíveis da Eletrobrás

Os recebíveis da Eletrobrás são decorrentes de valor incontroverso e são reconhecidos com base no cálculo da contadoria de Justiça Federal e estão atualizados por índice de inflação, acrescidos de 12% a.a.

k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classificada a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica “Provisão para perdas em investimentos” e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica “Resultado da equivalência patrimonial”.

Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda.

10.5 - Políticas contábeis críticas

l) Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção acrescido de reavaliação, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Conforme facultado pelo Pronunciamento CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, a Companhia optou por manter a reserva de reavaliação até sua efetiva realização.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25-40
Máquinas e equipamentos	10-15
Móveis e utensílios	10
Computadores	<u>5</u>

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Até o presente momento, essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

m) Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização calculadas pelo método linear levando em consideração a vida útil definida para o ativo, como segue:

	<u>Anos</u>
Software	5
Direito de exploração de jazidas	5
Marcas e patentes	Indefinida
Fundo de comércio	<u>Indefinida</u>

O Grupo determinou a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, este que não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que estes ativos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para o Grupo.

10.5 - Políticas contábeis críticas

O Grupo testa a recuperação de um ativo intangível com vida útil indefinida comparando o seu valor recuperável com o seu respectivo valor contábil, anualmente ou sempre que haja uma indicação de que o ativo intangível pode estar perdendo substância econômica, conforme determinação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável e entende que os saldos em 31 de dezembro de 2010 estão próximos do valor justo.

n) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais o Grupo assume substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros sob a rubrica "Empréstimos e financiamentos", e registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas usuais.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o Grupo são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas com arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

o) *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

A Companhia em 31 de dezembro de 2010 submeteu os ativos não financeiros a análise e testes de *impairment* e não possui indicadores de que os saldos contábeis destes ativos podem não ser totalmente recuperáveis.

p) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

q) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

r) Provisões para contingências, passivos e ativos contingentes

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos

10.5 - Políticas contábeis críticas

seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

s) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

t) Benefícios a empregados

Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

Plano de participação nos resultados

O reconhecimento desta participação, quando aplicável, é efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pelo Grupo. O Grupo registra no passivo circulante, sob a rubrica "Outros" e na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais" a participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta a superação de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçado.

u) Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido.

v) Custos de emissão

Os custos de emissão de ações são reconhecidos no patrimônio líquido da Companhia, deduzindo o valor das ações emitidas.

w) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral.

x) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas empresas controladas.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega

10.5 - Políticas contábeis críticas

não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

y) Resultado de operações descontinuadas

O resultado de operação descontinuada é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment*.

Item 2 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perda no estoque

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando os valores dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

10.5 - Políticas contábeis críticas

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas demonstrações financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessário uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Grupo determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

f) Operação descontinuada

O Conselho de Administração aprovou em agosto de 2010 a descontinuação da controlada Portobello América Inc., e para isso foram reconhecidas provisões com base no preço de liquidação de expectativas passada, constituindo o valor justo estimado de perda na descontinuação do negócio.

g) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos Recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está calcado no trânsito em julgado da ação, que encontra-se atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa, desta forma de acordo com os consultores jurídicos, é praticamente certa a chancela definitiva dos valores postulados.

h) Créditos com pessoas ligadas com garantias

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União para o exercício de 2011. Assim, pode-se afirmar que a União Federal iniciará o pagamento do precatório, com a consequente satisfação dos haveres da Companhia, ainda no ano de 2011.

i) Parcelamento MP 470

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon).

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração entende que a Companhia possui um ambiente de controles internos suficientemente confiável para que as demonstrações financeiras estejam livres de erros materiais. Os controles internos são efetuados, em sua maioria, de forma sistêmica, através do sistema de informações integrado (ERP) Oracle.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve deficiências significativas incluídas no relatório dos auditores independentes nos últimos anos. A preparação das recomendações do ano de 2010 está em fase de finalização e assim que tivermos a compilação das informações atualizaremos o formulário de referência, se necessário.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica, dado que não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos três últimos exercícios.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica, dado que não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos três últimos exercícios.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica, dado que não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos três últimos exercícios.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. Contratos de construção não terminada
- v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica, visto que as operações que não estão registradas no balanço patrimonial foram evidenciadas nas demonstrações financeiras referentes os últimos três últimos exercícios.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia, em 31 de dezembro de 2010, possui ativos contingentes referentes processos judiciais que tratam de benefícios fiscais intitulados "crédito-prêmio do IPI" não reconhecidos como ativos, tendo em vista que os valores devidos pela União Federal ainda não foram apurados pela Justiça Federal, impossibilitando a Companhia de reconhecer tais valores. Além de ativos, a Companhia possui passivos contingentes de natureza trabalhista e civil, que de acordo com a avaliação dos riscos oriundos avaliados pelo assessores jurídicos da Companhia, há possibilidade de serem incorridas perdas nessas áreas. Tanto os ativos contingentes como os passivos contingentes estão demonstrados nas notas explicativas, que são partes integrantes das demonstrações financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

O ativo contingente referente o processo nº 1998.34.00.029022-4, a Companhia aguarda julgamento definitivo da liquidação de sentença que deverá ocorrer até dezembro de 2011 e havendo decisão favorável, a Companhia reconhecerá um o valor devido em outras receitas operacionais, já o ativo contingente relacionado ao processo de nº 1984.00.020114-0, a Companhia informa que promoverá a compensação com IPI vincendos, assim que houver a majoração da alíquota do IPI, conforme Decreto nº 7.394 de 15 de dezembro de 2010.

Para os passivos contingentes, havendo a possibilidade de serem incorridas perdas, o reconhecimento será outras despesas operacionais.

b) Natureza e o propósito da operação

Conforme descrito no item 10.8 (b), os ativos contingentes referem-se a processos judiciais que tratam de benefícios fiscais intitulados “crédito-prêmio do IPI” e os passivos contingentes referem-se a processos de natureza civil e trabalhista.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Em relação aos ativos contingentes, conforme descrito no item 10.8 (b), os valores não foram apurados pela Justiça Federal, impossibilitando a Companhia de reconhecer tais valores. Entretanto a Companhia solicitou cálculo dos advogados da causa, que estimam créditos líquidos de provisões no montante de R\$ 54.605 referente o processo nº 1998.34.00.029022-4 e R\$ 1.848 referente processo nº 1984.00.020114-0.

Para os passivos contingentes, os assessores jurídicos da Companhia estimam perdas nas áreas cíveis e trabalhistas, de R\$ 674 e R\$ 5.226 respectivamente.

10.10 - Plano de negócios

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Investimentos, incluindo:

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No plano de negócios para 2011 estão previstos investimentos da ordem de R\$ 19,9 milhões, sendo que a sua distribuição será de: (i) R\$ 12,2 milhões para investimentos na área industrial, destacando a aquisição de transformador de 138kw no valor de R\$ 2,9 milhões, modernização tecnológica de R\$ 1,3 milhões e aquisição de escolhas digitais no montante de R\$ 1,3 milhões, (ii) R\$ 5,9 milhões para a área comercial, sendo que R\$ 4,4 milhões serão destinados a logística (armazenamento, separação, carregamento, entre outros); e (iii) R\$ 1,8 milhões na área administrativa para investimentos em informática destinados ao crescimento, manutenção e melhorias.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os equipamentos para a fábrica são em quase sua totalidade importados da Itália com financiamento direto dos fabricantes. Os demais investimentos serão financiados com a geração de caixa das operações.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão de desinvestimentos relevantes.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não foram divulgadas pesquisas de novos produtos.

ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A estimativa de gastos com pesquisas para desenvolvimento de novos produtos é de R\$ 3,5 milhões em 2011.

iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não foram divulgados projetos em desenvolvimento.

i) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os gastos estão incluídos no montante descrito no item ii acima.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Não há, dado que todos os fatores já foram comentados nos demais itens desta seção.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A Portobello não publica projeções de resultados, porém utiliza fontes de informações que indicam tendências para o mercado de construção, de cujo desempenho dependem as vendas da Companhia:

Banco Central do Brasil: <http://www4.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/readout.asp>

Sinduscon-SP: <http://www.sindusconsp.com.br/msg2.asp?id=1925>

Abramat – Termômetro Abramat: <http://www.abramat.org.br/lista.asp?s=45>

Séries históricas:

CNI – Sondagem da Construção Civil:

<http://www.cni.org.br/portal/data/pages/FF8080812695A4960126B2AC70F57852.htm>

IBGE - Pesquisa Anual da Indústria da Construção, v18, 2008, disponível em:

<http://www.ibge.com.br/home/estatistica/economia/industria/paic/2008/comentario.pdf>

Abramat – Análise Setorial: http://www.abramat.org.br/lista_publicacao.asp?s=13

Anfacer – <http://www.anfacer.org.br>

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

A Portobello não publica projeções de resultados, porém utiliza fontes de informações que indicam tendências para o mercado de construção, de cujo desempenho dependem as vendas da Companhia conforme descrito no item 11.1.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A Companhia será administrada por um Conselho de Administração composto por 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros e por uma Diretoria composta por até 5 (cinco) membros. O mandato dos membros do Conselho de Administração e Diretoria será de dois anos, podendo ser reeleitos.

A Companhia possui um Conselho Fiscal que funciona em caráter permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária.

a) Atribuições de cada órgão e comitê

Compete ao Conselho de Administração:

- a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) Aprovar os planos de negócios e orçamentos anuais, e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia, em especial o Plano Anual de Investimentos da Companhia, nos termos do artigo 31, parágrafos 1º e 2º, do Estatuto Social (o "Plano Anual de Investimentos");
- c) Eleger e destituir a Diretoria da Companhia, fixando as atribuições dos seus membros, observadas as disposições aplicáveis do Estatuto Social;
- d) Convocar a Assembléia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- e) Atribuir, do montante global da remuneração fixada pela Assembléia Geral, os honorários mensais a cada um dos membros da administração e dos comitês de assessoramento da Companhia, conforme o disposto nos Artigos 15 e 25 do Estatuto Social, cuja atribuição poderá ser delegada ao Diretor Presidente;
- f) Fixar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios (benefícios indiretos, participação nos lucros e/ou nas vendas) dos administradores e dos funcionários de escalão superior (assim entendidos os gerentes ou ocupantes de cargos de gestão equivalentes) da Companhia ou de suas subsidiárias;
- g) Atribuir aos administradores da Companhia sua parcela de participação nos lucros apurados, conforme determinado pela Assembléia Geral, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 37;
- h) Fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;
- i) Analisar e discutir os relatórios periódicos, de modo a identificar o grau de cumprimento das metas e objetivos fixados;
- j) Deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria;
- k) Manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembléia Geral Ordinária;
- l) Propor à deliberação da Assembléia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício;
- m) Escolher e destituir auditores independentes;
- n) Autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis ou de apresentação de relatórios da Companhia, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que a Companhia opera;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- o) Deliberar, a partir de proposta formulada pela Diretoria e *ad referendum* da Assembléia Geral, os dividendos ou juros sobre capital próprio a serem pagos aos acionistas, inclusive os intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos do Artigo 37 do Estatuto Social;
- p) Deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- q) Submeter à Assembléia Geral propostas de aumento de capital, ou com integralização em bens, bem como de reforma do Estatuto Social;
- r) Aprovar a criação e extinção de subsidiária e controladas no País ou no exterior, bem como deliberar, por proposta da Diretoria, sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no País ou no exterior;
- s) Deliberar, por proposta da Diretoria, sobre aprovar a alienação de bens imóveis, a prestação pela Companhia de garantia real ou fidejussória em favor de terceiros que não a própria Companhia ou subsidiária desta, bem como a concessão de garantia em favor de subsidiária da Companhia, em valor superior a R\$ 10.000, exceto se expressamente previsto no Plano Anual de Investimentos;
- t) Deliberar, por proposta da Diretoria, sobre contratos de empréstimos, financiamentos e demais negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, quando em valor superior a R\$ 10.000, exceto se expressamente previsto no Plano Anual de Investimentos;
- u) Deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando suas características, podendo deixar de conceder direito de preferência aos acionistas, nos casos previstos no Artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;
- v) Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão, incluindo sobre as matérias previstas nos incisos VI, VII e VIII do Artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- w) Deliberar sobre a emissão de notas promissórias (*commercial papers*) e de outros títulos de dívida para distribuição pública ou privada no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;
- x) Realizar operações e negócios de qualquer natureza com o acionista controlador, suas sociedades controladas, coligadas ou detidas, direta ou indiretamente, nos termos da regulamentação aplicável, que não estejam previstas no Plano Anual de Investimentos aprovado, bem como qualquer operação ou negócio de qualquer natureza envolvendo qualquer administrador da Companhia;
- y) Deliberar sobre a abertura ou encerramento de fábricas e unidades industriais, assim como escritórios, depósitos, agências e outras dependências ou estabelecimentos fora do Brasil; e
- z) Dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições do Estatuto Social.

Compete à Diretoria, como colegiado:

- a) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembléia Geral;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- b) Responsabilizar-se pela gestão dos negócios da Companhia, em todos os seus aspectos e pelos resultados de suas operações;
- c) Submeter à apreciação do Conselho de Administração deliberação sobre a criação e extinção de subsidiárias e controladas no País ou no exterior, bem como sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no País ou no exterior;
- d) Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- e) Aprovar a alienação de bens imóveis, observado no disposto no Artigo 21 do Estatuto Social;
- f) Aprovar a instalação ou encerramento de filiais, depósitos, agências, escritórios e outras dependências no País;
- g) Elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia, em especial o Plano Anual de Investimentos da Companhia;
- h) Praticar todos os atos necessários à execução do Plano Anual de Investimentos da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social;
- i) Definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia;
- j) Elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;
- k) Aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- l) Submeter ao Conselho de Administração o Manual de Organização da Companhia e respectivas propostas de atualização;
- m) Propor ao Conselho de Administração a criação, fixação de vencimentos e a extinção de novo cargo ou função na Diretoria da Companhia; e
- n) Decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei.

b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal da Companhia atua em caráter permanente.

c) Mecanismo de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não aplicado. A Companhia não apresenta mecanismo de avaliação de desempenho de cada órgão.

d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo Estatuto Social atribuída a competência à Assembléia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do Estatuto Social quanto à forma de representação e à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social.

Compete ao Diretor Presidente

Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação da Diretoria na execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pela Assembléia Geral e pelo Conselho de Administração: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (iii) promover estudos para melhoria da organização da Companhia; (iv) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; (v) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração; (vi) atribuir, quando expressamente delegado, os honorários mensais a cada um dos membros da Diretoria.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas, representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais e zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias e, seja em conjunto ou isoladamente, praticar os atos normais de gestão da Companhia.

Compete a cada um dos Diretores responder pelos assuntos correspondentes às atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração.

e) Mecanismo de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Não aplicado. A Companhia não apresenta mecanismo de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a) Prazos de convocação

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência à convocação.

b) Competências

Está delimitada pela Lei nº 6.404/76 artigo 122 (alterado pela Lei nº 10.303/01).

"Art. 122. Compete privativamente à assembléia-geral:

I - reformar o estatuto social;

II - eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da companhia, ressalvado o disposto no inciso II do art. 142;

III - tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

IV - autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto no § 1º do art. 59;

V - suspender o exercício dos direitos do acionista (art. 120);

VI - deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

VII - autorizar a emissão de partes beneficiárias;

VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e

IX - autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata".

c) Endereços (físicos ou eletrônicos) nos quais os documentos relativos à assembléia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereços eletrônicos:

<http://www.portobello.com.br/ri>, <http://www.cvm.gov.br>, <http://www.bmfbovespa.com.br>.

Endereço físico:

BR 101, KM 163, Centro, Tijucas, Santa Catarina, CEP 88.200-000

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta uma política para administração de conflitos de interesses.

e) Solicitação de procurações pela administração para exercício do direito de voto

Não há uma política formalizada na Companhia para a solicitação de procurações para o exercício do direito de voto.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

f) Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A Companhia admite outorga de procuração por meio eletrônico prescindindo de firma reconhecida, desde que seja encaminhado por endereço fidedigno.

g) Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h) Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo e/ou o áudio das assembleias.

i) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não admitidos, dado que a assembleia delibera somente a ordem do dia, estabelecida previamente em edital.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas	
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Catarinense - SC	22/03/2011	
		Diário Oficial do Estado - SC	22/03/2011	
		Valor Econômico - SP	22/03/2011	
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Catarinense - SC		06/04/2011
				07/04/2011
				08/04/2011
		Diário Oficial do Estado - SC		06/04/2011
				07/04/2011
				08/04/2011
		Valor Econômico - SP		06/04/2011
				07/04/2011
				08/04/2011
Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Catarinense - SC	05/05/2011		
	Diário Oficial do Estado - SC	05/05/2011		
	Valor Econômico - SP	05/05/2011		
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário Catarinense - SC	25/02/2010	
		Diário Oficial do Estado - SC	25/02/2010	
		Valor Econômico - SP	25/02/2010	
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Catarinense - SC		30/03/2010
				31/03/2010
				01/04/2010
		Diário Oficial do Estado - SC		30/03/2010
				31/03/2010
				01/04/2010
		Valor Econômico - SP		30/03/2010
				31/03/2010
				01/04/2010
Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Catarinense - SC	20/04/2010		
	Diário Oficial do Estado - SC	20/04/2010		
	Valor Econômico - SP	20/04/2010		
31/12/2008	Demonstrações Financeiras	Diário Catarinense - SC	24/03/2009	
		Diário Oficial do Estado - SC	24/03/2009	
		Valor Econômico - SP	24/03/2009	
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Catarinense - SC		24/03/2009
				25/03/2009
				26/03/2009
		Diário Oficial do Estado - SC		24/03/2009
				25/03/2009
				26/03/2009
		Valor Econômico - SP		24/03/2009
				25/03/2009
				26/03/2009
Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Catarinense - SC	08/05/2009		
	Diário Oficial do Estado - SC	08/05/2009		
	Valor Econômico - SC	08/05/2009		

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a) Frequência das reuniões

O Conselho de Administração em Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do Estatuto Social.

b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Os membros do Conselho de Administração eleitos pelo bloco de acionistas controladores exercerão seus direitos de voto nas reuniões dos órgãos de administração da Companhia em conformidade com as disposições do Acordo de Acionistas e em estrita observância das instruções de voto dadas pelo representante do bloco de acionistas controladores de modo a assegurar o fiel e integral cumprimento do Acordo de Acionistas e de tais instruções. O presidente da reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria não computará qualquer voto proferido com infração ao Acordo de Acionistas.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não há.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

A Companhia aderiu ao Novo Mercado em 2008 e, como requerido, firmou compromisso de resolução de conflitos através da Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme o artigo 58 constante em seu estatuto social:

Artigo 58 - A Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Mauro do Valle Pereira	53	Pertence apenas à Diretoria	10/05/2012	2 anos
376.466.139-91	Administrador	Diretor	22/06/2012	Sim
Não se aplica, dado que o Diretor nao exerce outros cargos na Companhia.				
Rildo Pinheiro	47	Pertence apenas à Diretoria	10/05/2012	2 anos
421.278.079-87	Economista e Contador	12 - Diretor de Relações com Investidores	22/06/2012	Sim
Diretor Financeiro				
Cesar Bastos Gomes	83	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2012	2 anos
002.288.349-53	Advogado	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2012	Sim
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Plínio Villares Musetti	58	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2012	2 anos
954.833.578-68	Administração e Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2012	Sim
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Francisco Amauri Olsen	62	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2012	2 anos
019.167.269-68	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2012	Sim
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Mário José Gonzaga Petrelli	76	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2012	2 anos
006.376.109-20	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2012	Sim
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Glauco José Côte	69	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2012	2 anos
003.467.999-53	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2012	Sim
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Rami Naum Goldfajn	44	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2012	2 anos
942.673.597-68	Administrador e engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2012	Não
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Mauricio Levi	40	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2012	2 anos
797.054.489-49	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2012	Não
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Cláudio Ávila da Silva	58	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	10/05/2012	2 anos

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
179.169.099-87	Administrador	34 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Vice Pres.	22/06/2012	Sim
Pertence ao Conselho de Administração e à Diretoria.				
Cesar Gomes Junior	54	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	10/05/2012	2 anos
305.583.019-91	Administrador	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	22/06/2012	Sim
Pertence ao Conselho de Administração e à Diretoria.				
Bruno Piacentini	29	Conselho Fiscal	30/04/2012	1 ano
298.957.548-09	Administrador	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2012	Não
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Maro Marcos Hadlich Filho	49	Conselho Fiscal	30/04/2012	1 ano
442.839.119-68	Advogado e contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2012	Sim
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Maria Amália Trevisol Muller	46	Conselho Fiscal	30/04/2012	1 ano
683.167.129-20	Contadora	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2012	Sim
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Haroldo Pabst	69	Conselho Fiscal	30/04/2012	1 ano
131.643.339-00	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2012	Sim
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Jorge Muller	47	Conselho Fiscal	30/04/2012	1 ano
518.027.679-91	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2012	Sim
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Rodrigo Sancovsky	33	Conselho Fiscal	30/04/2012	1 ano
282.860.048-33	Administrador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2012	Não
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
Mauro do Valle Pereira - 376.466.139-91				
Formado em Administração de Empresas pela ESAG (Escola Superior de Administração e Gerência), com especialização em Administração de Recursos Humanos. Toda sua experiência profissional foi desenvolvida no Grupo Portobello, com início em 1978, atuando em diversas áreas.				
Rildo Pinheiro - 421.278.079-87				

Formado em Ciências Contábeis e Economia, pós-graduado em Administração Financeira, com ênfase na Administração de Cash Flow, negociação com órgãos governamentais e obtenção de incentivos fiscais. Atuou por 20 anos no Grupo Whirlpool, sendo que no período de 1999 a 2005 esteve expatriado na Slovakia. Atuou no Grupo Dânica no período de 2005 a início de 2010, respondendo pela Diretoria Administrativa/Financeira Corporativa. Recentemente foi Diretor Administrativo/Financeiro e de Relações com Investidores da Karsten S/A.

Cesar Bastos Gomes - 002.288.349-53

Sucessor do Fundador das Empresas Portobello, Bacharel em Direito, graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Diretor da Gomes Administração de Bens e Participações Societárias Ltda, Presidente do Conselho de Administração da Refinadora Catarinense S/A, Sócio Gerente da Pedra Branca Ltda, e Presidente do Conselho de Administração da Portobello S/A.

Plínio Villares Musetti - 954.833.578-68

Graduado em Engenharia Civil e Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie e participou do “Program for Management Development na Harvard Business School. Iniciou sua carreira dentro do Grupo Villares em projetos de expansão, passando em seguida a atuar por nove anos na área financeira. Foi presidente da Elevadores Atlas Shindler S/A e da Elevadores Atlas Shindler S/A. Foi sócio do JPMorgan Partners, o braço de “private equity” do J.P. Morgan Chase & Co., tornando-se responsável pelas atividades de “private equity” no Brasil. Foi Presidente executivo da Vitopel do Brasil Ltda., empresa produtora de filmes plásticos de polipropileno bi-orientado (BOPP) para o segmento de embalagens. Foi Diretor Presidente da Satipel Industrial S/A maior empresa produtora de painéis de madeira (MDP) do Brasil até sua fusão com a Duratex. Foi membro dos Conselho de Administração da Diagnósticos da América S/A-DASA. Atualmente é membro do conselho do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), membro do conselho consultivo da Sika do Brasil S/A, sócio da Pragma Gestão de Patrimônio e membro dos Conselhos de Administração da Adecoagro, Elevadores Atlas Schindler S/A e Drogoraia, sendo presidente do conselho desta última.

Francisco Amauri Olsen - 019.167.269-68

Graduado em Administração de Empresas pela Furj/Univille, de Joinville (SC) com Curso de Extensão em Administração de Empresas pela Universidade de Southern, na Califórnia (Advanced Management). Foi fundador e presidente do Conselho da ABRAMAT (Assoc. Brasil. Ind. Matl de Construção/SP), Vice Presidente da ACIJ (Associação Comercial Indl Joinville), Joinville (SC), Membro do Conselho de Administração da TIGRE SA Tubos e Conexões (atividade principal da empresa: fabricação de tubos e conexões de PVC), Joinville,(SC), Membro do Desenville – Conselho de Desenvolv. de Joinville, Joinville (SC), Membro do Conselho do IEDI (Instit. Estudos para Des.Industrial), São Paulo (SP), Membro do Conselho do Instituto Carlos Roberto Hansen – Joinville (SC), Membro do Conselho da Papaiz (principal atividade da empresa: fabricação de artigos de metal), São Paulo (SP) e ocupou o cargo de Presidente da Tigre S.A Tubos e Conexões até Março/2009, função desempenhada por quinze anos (atividade principal da empresa: fabricação de tubos e conexões de PVC). Atualmente é Vice Presidente do Conselho de Administração da Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A. (principal atividade da empresa: distribuidora de produtos), Uberlândia (MG), Presidente do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças da Martins, Uberlândia (MG), Membro do Conselho da Marisol S/A (principal atividade da empresa: comércio de artigos do vestuário), Jaraguá do Sul (SC), Membro do Conselho Consultivo da Academia do Varejo Marisol, Jaraguá do Sul (SC), Membro do Conselho da Cassol, Florianópolis (SC), Presidente do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças da Cassol, Florianópolis (SC), Membro do Conselho da Hultec (S&B Technical Products (EUA) – líder global em anéis de borracha para tubos de ferro, cimento e plástico), Membro do Conselho Deliberativo da ADVB/SC - Associação dos Dirigentes de Vendas de Santa Catarina, Membro do Conselho Curador na FNQ–Fundação Nacional da Qualidade (SP), Fundador e Membro do Conselho Superior da ONG Trata Brasil, São Paulo (SP), Membro do Conselho Superior da Indústria da Construção (CONSI), São Paulo (SP), Sócio Proprietário da Olsen Consultoria Empresarial SS Ltda, Joinville (SC) e Sócio Proprietário da Cerro Azul Empreendimentos Ltda, Joinville (SC).

Mário José Gonzaga Petrelli - 006.376.109-20

Graduação em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Foi Diretor do Banco do Brasil. É Diretor-Presidente da Rádio e TV Independência S/A de Curitiba-PR, Vice-Presidente do Conselho de Administração da DTCOM-Direct To Company, membro do Conselho Consultivo do Grupo Icatú-Itaboraí Participações S/A. É Diretor da Icatu Hartford Seguros e Capitalização, da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais e da Confederação Nacional de Seguros Privados e Capitalização. É Diretor-Presidente do sistema RIC Record no Paraná e em Santa Catarina, dos jornais “Notícias do Dia” em Santa Catarina e “Record News” em Santa Catarina e Paraná, bem como da Palmar Empreendimentos Turísticos Ltda. É membro do Conselho de Política Superior da Federação das Empresas de Seguros e Capitalização, do Conselho Fiscal da Federalcap, do Conselho deliberativo da Mongeral Previdência Privada e do Conselho de Administração da Mares Mapfre Riscos Especiais Seguradora S/A e Membro do Conselho Político da Associação Comercial de São Paulo. É fundador e membro do Conselho Superior da Academia Nacional de Seguros, Previdência e Capitalização, com sede em São Paulo.

Glauco José Côrte - 003.467.999-53

Bacharel em Direito, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina, com especializações em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro) e Direito Público Interno pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com cursos na American Graduate School of International Management (Arizona, EUA) e no International Institute for Management Development (Lausanne, Suíça). Foi Assessor do Diretor Financeiro da Sotelca, Adjunto do Diretor Financeiro da Eletrosul, Diretor Financeiro da Cia. Siderúrgica Nacional e Vice-Presidente da Portobello S/A. Vice-Presidente da Refinadora Catarinense S/A e da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda., membro do Conselho de Administração da Multilog S/A, do Conselho de Administração da Portobello S/A, do Conselho da Pedra Branca S/A, do Conselho Consultivo Superior do Governo do Estado de Santa Catarina e Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina-FIESC.

Rami Naum Goldfajn - 942.673.597-68

Graduou-se em Engenharia de Produção pela UFRJ e mestrado em administração de empresas pela COPPEAD/UFRJ, com extensão internacional no MBA de Wharton/Penn University nos EUA. Foi professor convidado em cursos de pós-graduação da FGV/EDESP. Sócio da GG-Governança e Gestão Investimentos, gestora de fundos de Private Equity. Foi CEO e CFO da Eleva Alimentos (antiga Avipal) e sócio da Galeazzi&Associados tendo coordenado, entre outros projetos, a reestruturação do Grupo O Estado de São Paulo, onde exerceu a função de CFO. Adicionalmente trabalhou por mais de doze anos no setor financeiro em atividades de fusões e aquisições, operações estruturadas, vendas e tesouraria. É diretor das empresas Governança e Gestão Investimentos Ltda. e Governança e Gestão Investimentos Alternativos Ltda. Membro do Conselho de Administração da BRF - Brasil Foods, Ediouro Participações S/A e Rapidão Cometa Logística e Transportes S/A. Bem como membro do Comitê de Investimentos da FIP Governança e Gestão, BIRD (F I Multimercado Créd. Priv.e Investim. no Exterior), FIQ FIDC SEM, Fundos MAP (Agnes Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado, Babel Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado e Yafo Fundo de Investimento de Ações) e membro suplente do Comitê de Investimentos FIP Governança e Gestão II.

Mauricio Levi - 797.054.489-49

Formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), com ênfase em finanças. Depois de trabalhar na Procter & Gamble por dois anos, foi sócio fundador da FAMA Investimentos em 1993. Exerceu o cargo de Conselheiro Fiscal titular da América Latina Logística S/A, Tecnisa S/A, Lopes e Kepler Weber S/A. Atualmente é responsável pela gestão de fundos e pela análise política e macroeconômica da FAMA Investimentos e é Conselheiro de Administração da Rodobens Negócios Imobiliários.

Cláudio Ávila da Silva - 179.169.099-87

Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência – ESAG/UDESC. Foi Deputado Estadual de Santa Catarina, Prefeito Municipal de Florianópolis, Deputado Federal por Santa Catarina, Assessor do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, Secretário de Estado de Tecnologia, Turismo, Energia e Meio Ambiente de SC, Presidente da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A – Eletrosul, e Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás.

Cesar Gomes Junior - 305.583.019-91

Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência - ESAG/UDESC, Vice Presidente do Conselho de Administração da Refinadora Catarinense S/A, Sócio Gerente da Mineração Portobello Ltda., Presidente do Conselho de Administração da Portobello America, Inc., Diretor Presidente da Portobello Shop S/A, e Administrador da PBTech Comércio e Serviços de Revestimentos Cerâmicos Ltda. O diretor César Gomes Júnior responde a processo administrativo – CVM PAS RJ 2004/5392 – onde fora aplicada multa de R\$ 15, cuja decisão encontra se em grau de recurso administrativo. Os membros do Conselho de Administração foram, por meio do mesmo processo administrativo, advertidos.

Bruno Piacentini - 298.957.548-09

Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas, iniciou sua carreira no Banco ABN Amro como assessor financeiro para o setor de infra-estrutura, focado no financiamento e viabilização de projetos hidroelétricos e concessões rodoviárias. Em março de 2006, juntou-se à FAMA Investimentos integrando a equipe de gestão. É membro do conselho de administração da Grazziotin S.A. e dos conselhos fiscais da Company S.A., Metisa S.A. e Portobello S.A.

Maro Marcos Hadlich Filho - 442.839.119-68

Advogado, formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Regional de Blumenau – FURB, e contador, formado pela Faculdade de Ciências Contábeis da mesma universidade. É pós-graduado em Direito Tributário (FURB, 1985/1986) em Direito Empresarial (INPG, 1989/1990) e em Direito Comercial (FURB, 1991/1992). É professor de Direito Tributário da FURB desde 1987, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação. Foi professor de Direito Tributário da Escola Superior de Magistratura de Santa Catarina, tendo proferido palestras e seminários sobre Direito Tributário em vários órgãos de classe. Publicou, por vários anos, artigos de Direito Tributário em jornais. É membro do Conselho Municipal de Contribuintes de Blumenau e da Câmara de Assuntos Legislativos e Tributários da Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC, tendo exercido a função de conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Sub-seção de Blumenau. Atua como membro do Conselho Fiscal de sociedades anônimas abertas e fechadas.

Maria Amália Trevisol Muller - 683.167.129-20

Contadora, graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, especializada em Análises tributárias pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Trabalhou na área de controladoria do Grupo Portobello durante 14 anos. Posteriormente, exerceu o cargo de contadora da Portobello S/A durante 06 anos e atualmente é uma das contadoras da empresa Muller Contadores Associados S/S Ltda.

Haroldo Pabst - 131.643.339-00

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Docente em Direito Privado pela Universidade Gama Filho (Rio de Janeiro, RJ). Professor de Direito Societário e Comercial Internacional da FURB (Blumenau, SC) e de Direito Comercial Brasileiro na Humboldt-Universität, (Berlim, Alemanha). Foi Diretor Jurídico da Teka - Tecelagem Kuehnrich S.A. e da Associação Comercial e Industrial de Blumenau. Membro do Conselho Fiscal da Karsten S.A., de Blumenau. Sócio do escritório Pabst & Hadlich Advogados Associados.

Jorge Muller - 518.027.679-91

Contador, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, especializado em Finanças pela UFSC. Exerceu o cargo de contador no Grupo Portobello durante 08 anos. Posteriormente, foi contador da empresa Dígito Telecomunicações Ltda, gerente de Controladoria da HERTZ Rent a Car em Santa Catarina e atualmente é sócio administrador da empresa Muller Contadores Associados S/S Ltda.

Rodrigo Sancovsky - 282.860.048-33

Formado em Administração de Empresas, pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), com ênfase em Finanças e com Executive MBA em INSEAD. Iniciou sua carreira na área de Investment Banking e Fusões e Aquisições da Merrill Lynch & Co. Posteriormente, trabalhou como Consultor na Bain & Company e foi Co-Gestor e Analista de Ações de Renda Variável na Rio Bravo Investimento. Desde 2006 atua como Analista de Ações e Gestor de Renda Variável na Fama Investimentos, onde é sócio. Já foi membro Titular do Conselho Fiscal das Indústrias Romi S.A., da Fibam Cia Industrial e da Tecnisa S.A entre outras empresas de capital aberto.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, dado que a Companhia não possui comitês estatutários, não estatutários, comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Administrador do emissor ou controlada

Cesar Gomes Junior	305.583.019-91	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
--------------------	----------------	----------------	--------------------	---

Vice presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Pessoa relacionada

Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	
----------------------	----------------	----------------	--------------------	--

Acionista membro do grupo de controle

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Cesar Bastos Gomes	002.288.349-53	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
--------------------	----------------	----------------	--------------------	--

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Cesar Gomes Junior	305.583.019-91	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	
--------------------	----------------	----------------	--------------------	--

Vice presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Cesar Gomes Junior	305.583.019-91	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
--------------------	----------------	----------------	--------------------	--

Vice presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Pessoa relacionada

Cesar Gomes Neto	006.211.549-97	Portobello América, Inc - USA		
------------------	----------------	-------------------------------	--	--

Administrador

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2010			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Plínio Villares Musetti Membro Conselho de Administração	954.833.578-68	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
FHM Consultoria, Administração e Participações Ltda. Sócio	05.883.071/0001-01		
<u>Observação</u>			
Consultoria Financeira			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Gabriela Richter Gomes Acionista membro do grupo de controle	007.489.389-07	Controle	Cliente
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda. Sócia	11.561.432/0003-50		
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eleonora Ramos Gomes Acionista membro do grupo de controle	013.808.518-82	Controle	Cliente
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Solução Cerâmica Comércio Ltda. Sócia	03.796.084/0001-00		
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop.			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	--	----------------------------

Exercício Social 31/12/2009Administrador do Emissor

Eleonora Ramos Gomes

013.808.518-82

Controle

Cliente

Acionista membro do grupo de controle

Pessoa Relacionada

Solução Cerâmica Comércio Ltda.

03.796.084/0001-00

Sócia

Observação

Franquia Portobello Shop.

Exercício Social 31/12/2008Administrador do Emissor

Eleonora Ramos Gomes

013.808.518-82

Controle

Cliente

Acionista membro do grupo de controle

Pessoa Relacionada

Solução Cerâmica Comércio Ltda.

03.796.084/0001-00

Sócia

Observação

Franquia Portobello Shop.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não existem acordos e não há apólice de seguro objetivando o pagamento ou reembolso de despesas que envolvam os administradores em atos no exercício da função. Preteritamente, baseada em Resolução do Conselho de Administração em vigor, a Companhia suportou o pagamento de honorários de advogados objetivando sua defesa e de seus Administradores, particularmente em processo administrativo disciplinar instaurado pela CVM.

12.12 - Outras informações relevantes

Em atendimento ao Item 4.5 do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA informamos os cargos ocupados pelos membros do Conselho de Administração da Companhia:

César Gomes Junior	
Portobello S/A	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Portobello S/A	Diretor Presidente
Portobello Shop S/A	Diretor Presidente
Refinadora Catarinense S/A	Vice-Presidente do Conselho de Administração
PBTech Comércio e Serviços de Revestimentos Cerâmicos Ltda	Administrador
Portobello America, Inc.	Presidente do Conselho de Administração
Mineração Portobello Ltda	Sócio Gerente
César Bastos Gomes	
Gomes Administradora de Bens e Participações Societárias Ltda	Diretor
Refinadora Catarinense S/A	Presidente do Conselho de Administração
Pedra Branca Ltda	Sócio Gerente
Portobello S/A	Presidente do Conselho de Administração
Claudio Ávila da Silva	
Portobello S/A	Membro do Conselho de Administração
Portobello S/A	Diretor Vice Presidente
Plínio Villares Musetti	
Portobello S/A	Membro do Conselho de Administração
Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)	Membro do conselho
Sika do Brasil S/A,	Membro do conselho consultivo
Pragma Gestão de Patrimônio	Sócio
Adecoagro	Membro do Conselho de Administração
Elevadores Atlas Schindler S/A	Membro do Conselho de Administração
Drogaraia	Presidente do Conselho de Administração
Francisco Amaury Olsen	
Portobello S/A	Membro do Conselho de Administração
Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A	Vice Presidente do Conselho de Administração
Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A	Presidente do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças
Marisol S/A	Membro do Conselho
Academia do Varejo Marisol S/A	Membro do Conselho Consultivo
Cassol, Florianópolis (SC)	Membro do Conselho
	Presidente do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças
Cassol, Florianópolis (SC)	
S&B Technical Products - Hultech	Membro do Conselho
Associação dos Dirigentes de Vendas de SC - ADVB/SC	Membro do Conselho de Deliberativo
Fundação Nacional da Qualidade - FNQ	Membro do Conselho Curador
ONG Trata Brasil	Membro do Conselho Superior
Industria da Construção - CONSIC	Membro do Conselho Superior
Olsen Consultoria Empresarial SS Ltda	Sócio Proprietário
Cerro Azul Empreendimentos Ltda	Sócio Proprietário

12.12 - Outras informações relevantes

Mário José Gonzaga Petrelli	
Portobello S/A	Membro do Conselho de Administração
Icatu Hartford Seguros e Capitalização	Diretor
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	Diretor
Confederação Nacional de Seguros Privados e Capitalização	Diretor
Sistema RIC Record no Paraná e em Santa Catarina	Diretor-Presidente
Jornais "Notícias do Dia" em Santa Catarina e "Record News" em Santa Catarina e Paraná	Diretor-Presidente
Palmar Empreendimentos Turísticos Ltda	Diretor-Presidente
Federação das Empresas de Seguros e Capitalização Federalcap	Membro do Conselho de Política Superior
Mares Mapfre Riscos Especiais Seguradora S/A	Membro do Conselho Fiscal
Academia Nacional de Seguros, Previdência e Capitalização	Membro do Conselho de Administração
Associação Comercial de São Paulo	Membro do Conselho Superior
	Membro do Conselho Político
Glauco José Côrte	
Portobello S/A	Membro do Conselho de Administração
Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda	Vice-Presidente
Refinadora Catarinense S/A	Vice-Presidente
Multilog S/A	Membro do Conselho de Administração
Pedra Branca S/A	Membro do Conselho de Administração
Governo do Estado de Santa Catarina	Membro do Conselho Consultivo Superior
Federação das Indústrias de Santa Catarina-FIESC	Presidente
Rami Naum Goldfajn	
Portobello S/A	Membro do Conselho de Administração
Governança e Gestão Investimentos Ltda	Diretor
Governança e Gestão Investimentos Alternativos Ltda.	Diretor
BRF - Brasil Foods	Membro do Conselho de Administração
Ediouro Participações S/A	Membro do Conselho de Administração
Rapidão Cometa Logística e Transportes S/A	Membro do Conselho de Administração
FIP Governança e Gestão, BIRD (F I Multimercado Créd. Priv.e Investim. no Exterior), FIQ FIDC SEM, Fundos MAP (Agnes Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado, Babel Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado e Yafo Fundo de Investimento de Ações)	Membro do Comitê de Invetimentos
Mauricio Levi	
Portobello S/A	Membro do Conselho de Administração
Rodobens Negócios Imobiliários	Membro do Conselho de Administração

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

- Conselho de Administração e Diretoria: A Assembléia fixa o montante global e compete ao Conselho de Administração à fixação dos honorários individuais. Os Diretores não estatutários recebem remuneração idêntica aos Diretores estatutários. A remuneração estabelecida para os Diretores define os montantes totais que cabe a cada diretor, cujos valores podem ser recebidos parte através da Companhia e parte através das suas controladas.
- Conselho Fiscal: A remuneração do Conselho Fiscal é definida pela Assembléia que os elegeu, de acordo com o artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia não possui Comitês estatutários e de auditoria.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2011 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	4,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	577.000,00	2.819.000,00	143.000,00	3.539.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	115.000,00	456.000,00	29.000,00	600.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Para 2011 o valor é o previsto para o exercício.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Para 2011 o valor é o previsto para o exercício.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Para 2011 o valor é o previsto para o exercício.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	692.000,00	3.775.000,00	172.000,00	4.639.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	4,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	509.895,00	1.173.111,64	125.665,35	1.808.671,99
Benefícios direto e indireto	0,00	280.291,22	0,00	280.291,22
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	102.879,00	226.005,17	25.132,98	354.017,15

Descrição de outras remunerações fixas	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	612.774,00	1.679.408,03	150.798,33	2.442.980,36

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	3,83	2,92	15,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	486.000,00	1.030.965,63	103.140,00	1.620.105,63
Benefícios direto e indireto	0,00	280.288,95	0,00	280.288,95
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	97.200,00	245.852,34	21.293,44	364.345,78
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	152.710,44	0,00	152.710,44
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	583.200,00	1.709.817,36	124.433,44	2.417.450,80

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2008 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,08	4,00	3,08	16,16
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	463.500,00	1.282.648,00	120.795,00	1.866.943,00
Benefícios direto e indireto	3.933,00	317.806,00	0,00	321.739,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	98.100,00	324.950,44	18.201,20	441.251,64
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	565.533,00	1.925.404,44	138.996,20	2.629.933,64

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui plano de participação nos resultados com base em atingimento de percentual sobre o lucro antes dos juros e impostos orçado.

Órgão	Realizado no Exercício Social Corrente de			Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de		
	2011			2010		
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros (1)	4	-	-	-	-	-
Bônus	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Participação no resultado						
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (2)	-	Não se aplica (5)	Não se aplica (5)	-	Não se aplica (5)	Não se aplica (5)
Valor máximo previsto no plano de remuneração (3)	-	Não se aplica (5)	Não se aplica (5)	-	Não se aplica (5)	Não se aplica (5)
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	352	Não se aplica (5)	Não se aplica (5)	326	Não se aplica (5)	Não se aplica (5)
Valor efetivamente reconhecido no resultado	132	Não se aplica (5)	Não se aplica (5)	-	Não se aplica (5)	Não se aplica (5)

(1) Corresponde ao número de membros a quem foi atribuída remuneração variável.

(2) Não está previsto valor mínimo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(3) Não está previsto valor máximo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(4) Não se aplica, dado que a Companhia não oferece bônus a seus administradores e conselheiros.

(5) Não se aplica, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.

Órgão	Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de					
	2009			2008		
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros (1)	4	-	-	-	-	-
Bônus	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Participação no resultado						
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (2)	-	Não se aplica (5)	Não se aplica (5)	-	Não se aplica (5)	Não se aplica (5)
Valor máximo previsto no plano de remuneração (3)	-	Não se aplica (5)	Não se aplica (5)	-	Não se aplica (5)	Não se aplica (5)
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	325	Não se aplica (5)	Não se aplica (5)	288	Não se aplica (5)	Não se aplica (5)
Valor efetivamente reconhecido no resultado	153	Não se aplica (5)	Não se aplica (5)	-	Não se aplica (5)	Não se aplica (5)

(1) Corresponde ao número de membros a quem foi atribuída remuneração variável.

(2) Não está previsto valor mínimo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(3) Não está previsto valor máximo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(4) Não se aplica, dado que a Companhia não oferece bônus a seus administradores e conselheiros.

(5) Não se aplica, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2010		
	Ações Ordinárias	% de participação
Controladores	46.253.179	29,09%
Conselho de Administração	54.964	0,03%
Conselho Fiscal	2	0,00%
Diretoria	45.603	0,03%
Total das ações	46.353.748	29,15%

Órgão	Participação em Controladas			
	Portobello Shop S/A		Mineração Portobello Ltda.	
	Ações	% Total	Quotas	% Total
Conselho de Administração	-	-	280	0,19%
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Diretoria	400	0,10%	25	0,02%

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Órgão	Diretoria
Múmero de membros	4
Nome do plano	Portobello Prev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	2
Condições para se aposentar antecipadamente	<ul style="list-style-type: none"> a) Tenha pelo menos 55 anos de idade b) Tenha pelo menos 120 meses de vínculo empregatício com uma das patrocinadoras c) Tenha cumprido a carência de 120 contribuições mensais d) Rescinda o vínculo empregatício com a Companhia patrocinadora
Valor atualizado das contribuições no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 3.389
Total acumulado de contribuições, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 138
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim. Em caso de perda do vínculo empregatício ou destituição.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Nº de membros	4,00	3,83	4,00	9,00	9,00	9,08	3,00	2,92	3,08
Valor da maior remuneração(Reais)	619.094,00	663.898,00	589.605,00	67.356,00	64.809,00	64.879,00	49.800,00	47.917,00	47.106,00
Valor da menor remuneração(Reais)	327.287,00	425.660,00	307.811,00	67.356,00	64.809,00	64.879,00	49.800,00	47.917,00	47.106,00
Valor médio da remuneração(Reais)	419.852,00	446.428,00	481.351,00	68.093,00	64.800,00	62.283,00	50.266,00	48.230,00	59.750,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não se aplica. Dentro das diretrizes apresentadas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 642/10, não há membros do conselho de administração, diretoria estatutária ou conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Durante o exercício de 2010 foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 275 mil relativo a serviços consultoria prestada por pessoa jurídica cujo sócio cotista é membro do Conselho de Administração.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração em Controlada	Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de		
	2010	2009	2008
Diretoria	1.334	1.147	875
Conselho de Administração	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

13.16 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição da Conta	Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de		
	2010	2009	2008
Nº de empregados	2.285	1.883	1.627
Atividades Administrativas	97	92	93
Atividades Comerciais	680	449	414
Atividades Industriais	1.508	1.342	1.120
Nº de terceirizados	117	107	345
Atividades Administrativas	-	-	-
Atividades Comerciais	-	-	-
Atividades Industriais	117	107	345
Índice de rotatividade	1,58%	1,71%	1,85%
Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas	Item 4.3 (ii)	Item 4.3 (ii)	Item 4.3 (ii)

Posição sem estagiários.

Dados consolidados. Exceto índice de rotatividade, exclusivo da controladora.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não se aplica, dado que não foram identificadas alterações relevantes.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a) Política de salários e remuneração variável

A Política de Salários da Companhia visa proporcionar aos funcionários níveis salariais competitivos com o mercado, dentro das disponibilidades orçamentárias, de forma a atrair, recompensar e reter os profissionais melhor qualificados.

Ajustes Salariais:

- Anualmente, no mês de maio, data base de negociação sindical;
- Nos crescimentos horizontais, por mérito, devidamente aprovados pela diretoria requisitante (eventualmente);
- No nível operacional da indústria, a Companhia implantou um programa de desenvolvimento e crescimento que visa promover e remunerar pelo desempenho, segundo critérios pré-definidos;
- Nos crescimentos verticais, por promoção, devidamente documentados, atendendo às exigências da descrição do cargo e exames médicos, em atendimento ao SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho), mediante aprovação da diretoria.

Remuneração Variável:

- É praticada para toda equipe da área comercial, como também para os gerentes e coordenadores industriais, segundo atingimento de metas pré-estabelecidas, conforme orçamento da Companhia;
- A Companhia mantém Programa de Participação nos Resultados, para o corpo funcional, com base no indicador EBIT ("earnings before interest and taxes" ou lucro antes de juros, despesas financeiras líquidas e impostos) orçado. Para gerentes, coordenadores, executivos de contas e consultores de franquia, os indicadores estão descritos seguindo as metas definidas pelo Gerenciamento pelas Diretrizes (GPD). A distribuição se dá a partir de 80% de atingimento do indicador, e varia linearmente com o valor atingido.

b) Política de benefícios

Com relação aos benefícios, a Companhia oferece:

- Plano de saúde: a Companhia oferece convênio com a UNIMED, arcando com 50% (cinquenta por cento) do custo do plano básico. Existem ainda outros módulos complementares nos quais o funcionário arca integralmente com seu valor.
- Vale transporte: conforme prevê a legislação, com o diferencial de oferecer linhas de transportes em ônibus fretados, sendo assim, mais cômodo para o funcionário.
- Alimentação: a Companhia disponibiliza o restaurante para todos os funcionários que trabalham em Tijucas, servindo refeições de segunda a sábado. O valor total da refeição é de R\$ 6,06 (seis reais e seis centavos). A Companhia paga R\$ 4,85 (quatro reais e oitenta e cinco centavos), equivalente a 80% do valor, e a parte do funcionário é de R\$ 1,21 (um real e vinte e um centavos), que representa 20% do total.
- Vale refeição: a Companhia oferece aos que ficam nas unidades fora da fábrica, com valor facial de R\$ 10,00 (dez reais) por dia, também arcando com 80% do valor da refeição.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

- Convênio farmácia: a Companhia concede o benefício farmácia, reembolsando os funcionários em 50% (cinquenta por cento), considerando os medicamentos comprados mediante receita médica. Extensivo também aos dependentes.
- Convênio odontológico: a Companhia oferece dois modelos de plano, pré pago e pós pago, com o custo integral do funcionário.
- Bônus assiduidade: para os funcionários com salário até R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) e que não tiverem falta ao trabalho a Companhia paga mensalmente R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais), a título de vale alimentação.
- Abono de férias: todos os empregados recebem um abono equivalente a R\$ 345,00 (trezentos e quarenta e cinco reais) pago uma única vez quando do retorno das férias. Este não possui natureza salarial, não se caracteriza como base para contribuições previdenciárias e enquadra-se no disposto no item 7, alínea “e”, § 9º, art. 28 da Lei nº 8.212/91.
- Reembolso creche ou babá: a Companhia paga às mães, nos primeiros 12 meses de vida de seu filho, o correspondente a R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais. Nos meses seguintes até dois anos, o valor passa a R\$ 160,00 (cento e sessenta reais). O reembolso é realizado mediante apresentação de recibo.
- Abono para dependente portador de necessidade especial: os empregados com dependentes portadores de necessidades especiais, física ou mental, recebem um abono mensal a título de indenização por dependente nestas condições, da ordem de R\$ 100,00 (cem reais), quando devidamente reconhecida por atestado expresso de médico especialista na área, assim corroborado por avaliação médica realizada por especialista indicado pela Companhia, quando for necessário.
- Associação de funcionários - ADEC: o funcionário tem a opção de participar da associação pagando 0,91% do salário base e a Companhia, quando for o caso, complementa até R\$ 22,00 (vinte e dois reais) o valor da mensalidade.
- Compra de produtos Portobello: a Companhia facilita a compra de produtos para seus empregados, familiares e amigos, adotando política específica, com descontos de até 20%. O pagamento pode ser parcelado via folha de pagamento.
- Seguro de vida: com apólice de grupo, onde a Companhia subsidia 50% do valor e o funcionário os outros 50%.
- Empréstimos consignados: oferecido conforme previsto pela legislação.
- Mamã Portobello: a todas as funcionárias mães, no seu oitavo mês de gestação, a Companhia oferece o benefício de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) para compra em mercadorias para seu bebê.
- Programa de Participação nos Resultados (PPR): a Companhia tem política com base no EBIT (“earnings before interest and taxes” ou lucro antes de juros, despesas financeiras líquidas e impostos), para todos os funcionários. No nível executivo, além do EBIT tem também o indicador capital de giro. Com pagamento anual.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta planos de remuneração baseados em ações.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia mantém ótimo relacionamento com o sindicato e seus dirigentes. Isto pode ser percebido pelo fato de que toda a diretoria do sindicato que representa os funcionários da categoria, incluindo a presidência da entidade, é ocupada por funcionários da empresa. A Companhia nunca registrou greve em seus trinta e um anos de operação.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Paulo Bastos Gomes						
006.666.539-68	Brasileiro	Sim	Sim	31/03/2011		
	8.426.297	5,300000%	0	0,000000%	8.426.297	5,300000%
Eduardo Ramos Gomes						
454.713.209-72	Brasileiro	Sim	Sim	31/03/2011		
	8.872.664	5,580000%	0	0,000000%	8.872.664	5,580000%
Maria Gertrudes da Luz Gomes						
070.943.379-49	Brasileira	Sim	Sim	31/03/2011		
	8.987.465	5,650000%	0	0,000000%	8.987.465	5,650000%
Heloisia Gomes Rebelo						
042.547.789-45	Brasileira	Sim	Sim			
	6.823.768	4,290000%	0	0,000000%	6.823.768	4,290000%
Gabriela Richter Gomes						
007.489.389-07	Brasileira	Sim	Sim			
	1.522.181	0,960000%	0	0,000000%	1.522.181	0,960000%
Valerio Gomes Neto						
245.328.949-72	Brasileiro	Sim	Sim	31/05/2010		
	4.947.280	3,110000%	0	0,000000%	4.947.280	3,110000%
Geraldo Nicodemos Vieira						
002.659.189-87	Brasileiro	Sim	Sim	09/04/2012		
	5.832.300	3,670000%	0	0,000000%	5.832.300	3,670000%
Eleonora Ramos Gomes						
013.808.518-82	Brasileira	Sim	Sim	31/03/2011		
	21.841.160	13,740000%	0	0,000000%	21.841.160	13,740000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Marcelo Consoni Gomes						
008.532.629-18	Brasileiro	Sim	Sim			
	1.473.712	0,930000%	0	0,000000%	1.473.712	0,930000%
Carolina Consonni Gomes						
005.529.979-27	Brasileira	Sim	Sim			
	1.473.712	0,930000%	0	0,000000%	1.473.712	0,930000%
César Gomes Neto						
006.211.549-97	Brasileiro	Sim	Sim			
	1.522.181	0,960000%	0	0,000000%	1.522.181	0,960000%
Junior Administração de Bens e Participações Societárias Ltda						
03.609.424/0001-46	Brasileira	Sim	Sim	31/05/2011		
	408.350	0,260000%	0	0,000000%	408.350	0,260000%
César Gomes Júnior						
305.583.019-91	Brasileiro	Sim	Sim	31/03/2011		
	24.412.019	15,350000%	0	0,000000%	24.412.019	15,350000%
Fundos administrados pela Fama Fundo de Investimentos em Ações						
	Brasileiro e Americano	Não	Não	29/02/2012		
	39.200.009	24,650000%	0	0,000000%	39.200.009	24,650000%
Myriam Moellmann Consonni Gomes						
245.218.769-00	Brasileira	Sim	Sim			
	407.121	0,260000%	0	0,000000%	407.121	0,260000%
OUTROS						
	22.858.705	14,360000%	0	0,000000%	22.858.705	14,360000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL	159.008.924	100,000000%	0	0,000000%	159.008.924	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundos administrados pela Fama Fundo de Investimentos em Ações					
Fundos administrados pela Fama Fundo de Investimentos em Ações					
	Brasileiro e Americano	Não	Não	29/02/2012	
39.200.009	100,000000	0	0,000000	39.200.009	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
39.200.009	100,000000	0	0,000000	39.200.009	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Junior Administração de Bens e Participações Societárias Ltda				03.609.424/0001-46	
César Gomes Júnior					
305.583.019-91	Brasileiro	Sim	Sim		
107.287	26,270000	0	0,000000	107.287	26,270000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
César Gomes Neto					
006.211.549-97	Brasileiro	Sim	Sim		
150.531	36,860000	0	0,000000	150.531	36,860000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Gabriela Richter Gomes					
007.489.389-07	Brasileira	Sim	Sim		
150.531	36,860000	0	0,000000	150.531	36,860000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Isabel Loyola Richter Gomes					
299.936.879-87	Brasileira	Sim	Sim		
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Junior Administração de Bens e Participações Societárias Ltda				03.609.424/0001-46	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
408.350	100,000000	0	0,000000	408.350	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundos administrados pela Fama Fundo de Investimentos em Ações					
OUTROS					
39.200.009	100,000000	0	0,000000	39.200.009	100,000000
TOTAL					
39.200.009	100,000000	0	0,000000	39.200.009	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2012
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	728
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	35
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	30

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	61.992.352	38,986700%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	61.992.352	38,986700%

15.4 - Organograma dos acionistas

A Companhia decidiu em não publicar o organograma de seu acionistas, dado que as informações já estão expressas nos itens anteriores.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

a) Partes

César Gomes Junior;
Eleonora Ramos Gomes;
Maria Gertrudes da Luz Gomes;
Eduardo Ramos Gomes;
Paulo Bastos Gomes;
Heloisa Gomes Rebelo;
Geraldo Nicodemos Vieira;
Valerio Gomes Neto;
Gabriela Richter Gomes;
César Gomes Neto;
Carolina Consonni Gomes;
Marcelo Consonni Gomes;
Junior Administração de Bens e Participações Societárias Ltda;
Myriam Moellmann Consonni Gomes.

b) Data de celebração

15 de abril de 2011.

c) Prazo de vigência

30 anos a contar de 15 de abril de 2011.

d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Os Acionistas signatários do Acordo de Acionistas exercerão o direito de voto nas assembleias gerais da Companhia por meio de 1 (um) representante, ao qual caberá a representação do Bloco Gomes e, por conseguinte, de todos os Acionistas, na Companhia ou perante seus demais acionistas ("Representante do Bloco Gomes"). O Representante do Bloco Gomes terá plenos poderes para deliberar sobre toda e qualquer matéria, ressalvadas as matérias sujeitas à aprovação da Reunião Prévia, para cuja aprovação o Representante do Bloco Gomes deverá obter a prévia aprovação da Reunião Prévia. O Representante do Bloco Gomes poderá substabelecer a representação do Bloco Gomes nas assembleias gerais da Companhia, por meio de substabelecimento específico conferido a acionista ou administrador da Companhia ou a advogado.

Os Acionistas, em caráter irrevogável e irretratável, delegam e outorgam ao Representante do Bloco Gomes, o exercício do direito de voto das Ações, ficando o Representante do Bloco Gomes investido de amplos e plenos poderes para representar os Acionistas perante a Companhia e seus demais acionistas e para propor, deliberar, votar e impugnar toda e qualquer matéria, ressalvadas as matérias sujeitas à aprovação da Reunião Prévia, para cuja aprovação o Representante do Bloco Gomes deverá obter a prévia aprovação da Reunião Prévia.

e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

A indicação de administradores será objeto de deliberação em reunião prévia dos acionistas controladores, conforme item 6.1, letra C, do acordo de acionistas.

f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

As cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las estão estabelecidas nos itens 7.1 e 9 do Acordo de Acionistas da seguinte forma:

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

“7.1 Proibição de transferência (Lock-up) de ações e direitos de subscrição. Os Acionistas concordam em sujeitar as suas Ações ao disposto nesta cláusula e, neste ato, se obrigam a não Transferir, seja a que título for, qualquer de suas Ações durante todo o Prazo de Proibição de Transferência, bem como a não Transferir, seja a que título for, seus Direitos de Subscrição durante ou após o Prazo de Proibição de Transferência, ressalvado o que se segue:

(a) A partir da data de assinatura deste Acordo, os Acionistas poderão vender Ações em quantidade igual a até 15% (quinze por cento) de sua Participação Inicial, observado o disposto nas Cláusulas 8, 9, 10 e 13;

(b) a partir do 4º (quarto) ano de vigência deste Acordo os Acionistas poderão vender uma quantidade adicional de Ações igual a até mais 10% (dez por cento) de sua Participação Inicial, observado o disposto nas Cláusulas 8, 9, 10 e 13;

(c) a qualquer tempo, seja antes ou após o término do Prazo de Proibição de Transferência, qualquer Acionista poderá Transferir as suas Ações, no todo ou em parte, a outro Acionista, observado o disposto nas Cláusulas 9, 10 e 13;

(d) a qualquer tempo, seja antes ou após o término do Prazo de Proibição de Transferência, qualquer Acionista poderá Transferir os seus Direitos de Subscrição, no todo ou em parte, a outro Acionista, sem que seja aplicado o direito de preferência previsto na Cláusula 9 e o Direito de Venda Conjunta;

(e) a qualquer tempo, seja antes ou após o término do Prazo de Proibição de Transferência, qualquer Acionista poderá Transferir as suas Ações ou seus Direitos de Subscrição, no todo ou em parte, (i) a uma Afiliada de tal Acionista ou (ii) a um ou mais de seus herdeiros, em ambos os casos sem que seja aplicado o direito de preferência previsto na Cláusula 9 e o Direito de Venda Conjunta, desde que a Afiliada ou o herdeiro, conforme o caso, se torne parte deste Acordo, assumindo todos os direitos e obrigações do Acionista que Transferir suas Ações, conforme o disposto na Cláusula 13.2, e desde que, no caso de Transferência para Afiliada, a Afiliada permaneça uma Afiliada do Acionista em questão;

(f) qualquer Acionista poderá vender as suas Ações no contexto de uma Oferta Pública, aprovada nos termos deste Acordo e que inclua uma oferta secundária de ações, sem que seja aplicado o direito de preferência previsto na Cláusula 9 e o Direito de Venda Conjunta previsto na Cláusula 10, ressalvado que as primeiras Ações de um Acionista a serem vendidas na Oferta Pública deverão ser as suas Ações Livres remanescentes quando da realização de tal Oferta Pública;

(g) após a realização de uma Oferta Pública (e, se for o caso, o transcurso de qualquer prazo de proibição de transferência de Ações imposto em decorrência da Oferta Pública) ou a partir do 6.º (sexto) ano da celebração deste Acordo, o que ocorrer primeiro, qualquer Acionista poderá Transferir qualquer de suas Ações (i) a terceiro, por meio de venda privada, ou (ii) na Bolsa de Valores, mediante desvinculação de suas Ações deste Acordo, em ambos os casos desde que observado o disposto nas Cláusulas 9, 10 (no caso de venda privada) e 13; e

(h) a partir do 4º (quarto) ano da celebração deste Acordo, os Acionistas poderão vender todas as suas Ações em função do exercício do direito de venda conjunta forçada (drag along) previsto na Cláusula 12, desde que observadas as disposições da Cláusula 12.”

“9. Transferências de ações; direito de preferência

9.1 Transferências de Ações. Até o término do Prazo da Proibição de Transferência, os Acionistas poderão Transferir as suas Ações ou Direitos de Subscrição, no todo ou em parte, somente de acordo com o disposto na Cláusula 7.1 e, conforme aplicável, desde que observado o disposto nas Cláusulas 9 e 10. Após o término do Prazo da Proibição de Transferência, qualquer dos Acionistas poderá Transferir (a) as suas Ações, no todo ou em parte, (i) de acordo com o disposto nas Cláusulas 7.1(c), (e), (f) e (g), 10, 11 e 12; ou (ii) por meio de venda privada ou na Bolsa de Valores, desde que observado o disposto nas Cláusulas 9 e 10; e (b) os seus Direitos de Subscrição, no todo ou em parte, de acordo com o disposto na Cláusula 7.1(d) e (e).

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

9.2 Venda Privada de Ações; Direito de Preferência. *Sem prejuízo de quaisquer restrições aplicáveis a Transferência de Ações nos termos deste Acordo e não sendo mais aplicável qualquer restrição à Transferência prevista nesta Cláusula 9.2, se qualquer dos Acionistas desejar Transferir qualquer de suas Ações, inclusive qualquer de suas Ações Livres ("Acionista Alienante"), tal Acionista Alienante terá o direito de fazê-lo por meio de venda privada, devendo para tanto obter uma proposta firme ("Proposta") de outro Acionista ou de terceiro ("Proponente") para lhe adquirir as suas Ações, no todo ou em parte e observar o disposto nesta Cláusula 9.2.*

(a) *O Acionista Alienante deverá notificar, por escrito ("Aviso de Venda Privada"), os demais Acionistas ("Acionistas Ofertados"), oferecendo-lhes as Ações que pretender vender ("Ações Ofertadas"). O Aviso de Venda Privada deverá (i) anexar uma cópia da Proposta (e, se for o caso, do respectivo contrato de compra e venda de ações), (ii) informar o nome e qualificação e identificar o Proponente, o preço (que deverá ser em dinheiro, sendo desconsiderada, para fins do exercício do direito de preferência aqui previsto, qualquer outra contrapartida que não dinheiro), as condições de pagamento e demais condições da Proposta, e (iii) conter compromisso irrevogável do Proponente de, ao adquirir as Ações Ofertadas, aderir a este Acordo (exceto no caso de venda de Ações Livres, caso em que o adquirente das Ações Livres não se tornará parte deste Acordo, a menos que aprovado pelos Acionistas em Reunião Prévia, conforme o disposto nas Cláusulas 6.1(d) e 13.3).*

(b) *Os Acionistas Ofertados terão o prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento do Aviso de Venda Privada para exercer direito de preferência para adquirir as Ações Ofertadas, nos mesmos termos e condições da Proposta, na proporção de suas respectivas participações no Bloco Gomes, excluídas as Ações do Acionista Alienante e as Ações dos Acionistas Ofertados que não exercerem o seu direito de preferência.*

(c) *Os Acionistas Ofertados que desejarem exercer o seu direito de preferência previsto nesta Cláusula 9.2 deverão, no prazo de 15 (quinze) dias úteis previsto na letra (b) acima, notificar, por escrito, o Acionista Alienante, com cópia para os demais Acionistas Ofertados, informando sobre o exercício de seu direito de preferência. A falta de manifestação de um Acionista Ofertado dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis previsto acima será entendida como recusa de tal Acionista Ofertado em exercer o seu direito de preferência.*

(d) *Se o Proponente for um Acionista, o Proponente será considerado um Acionista Ofertado e terá o direito de adquirir Ações Ofertadas na proporção de seu Percentual de Participação no Bloco Gomes, excluídas as Ações do Acionista Alienante e dos Acionistas Ofertados que não exercerem o seu direito de preferência. Para tanto, o Proponente deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis previsto na letra (b) acima, enviar notificação ao Acionista Alienante, com cópia para os demais Acionistas, manifestando o seu interesse em adquirir as Ações Ofertadas, na proporção de sua participação, no caso de qualquer Acionista Ofertado exercer o seu direito de preferência.*

(e) *O(s) Acionista(s) Ofertado(s) que exercer(em) o seu direito de preferência previsto nesta Cláusula 9.2 deverá(o) adquirir todas (e não menos do que todas) as Ações Ofertadas, na proporção de sua(s) respectiva(s) participação(ões), excluídas as Ações do Acionista Alienante e as Ações dos Acionistas Ofertados que não exercerem o seu direito de preferência. No caso de as Ações Ofertadas representarem mais do que 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) do Bloco Gomes e qualquer Acionista Ofertado exercer o seu Direito de Venda Conjunta, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 10.1(e).*

(f) *No caso de exercício do direito de preferência, o Acionista Alienante e os Acionistas Ofertados que tiverem exercido o seu direito de preferência deverão consumir a compra e venda das Ações Ofertadas, nos termos da Proposta, em todo caso no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término do prazo de 15 (quinze) dias úteis previsto na letra (b) acima.*

(g) *No caso de não ser exercido o direito de preferência, o Acionista Alienante e o Proponente deverão consumir a compra e venda das Ações Ofertadas, nos termos da Proposta, em todo caso no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término do prazo de 15 (quinze) dias úteis previsto na letra (b) acima. Caso a compra e*

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

venda não seja consumada nesse prazo, ou caso haja qualquer alteração nas condições da compra e venda constantes da Proposta, o Acionista Alienante, se ainda desejar vender as Ações Ofertadas, deverá reiniciar o procedimento previsto nesta Cláusula 9.2.

9.3 Venda de Ações em Operação Relacionada. Se mais de um Acionista desejar vender as suas Ações a uma mesma pessoa ou grupo de pessoas agindo sob o mesmo interesse em uma mesma operação ou por meio de uma série de operações relacionadas, tais Acionistas Alienantes envidarão todos os seus esforços para permitir que as operações sejam conduzidas simultaneamente, a fim de facilitar os procedimentos previstos neste Acordo, inclusive, se possível, dando em conjunto o Aviso de Venda Privada.

9.4 Venda de Ações em Bolsa de Valores; Direito de Preferência. Sem prejuízo de quaisquer restrições aplicáveis a Transferência de Ações nos termos deste Acordo e não sendo mais aplicável qualquer restrição à Transferência prevista nesta Cláusula 9.4, se um Acionista Alienante desejar vender qualquer de suas Ações, inclusive qualquer de suas Ações Livres, na Bolsa de Valores, tal Acionista Alienante terá o direito de desvincular as Ações em questão deste Acordo para o fim de efetuar tal venda, devendo para tanto observar o disposto nesta Cláusula 9.4.

(a) O Acionista Alienante deverá notificar, por escrito ("Aviso de Venda em Bolsa de Valores"), os Acionistas Ofertados, oferecendo-lhes as respectivas Ações Ofertadas. O Aviso de Venda em Bolsa de Valores deverá ser dado com, pelo menos, 10 (dez) dias úteis de antecedência da data prevista para a desvinculação das Ações Ofertadas deste Acordo e sua venda na Bolsa de Valores.

(b) Os Acionistas Ofertados terão o prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do Aviso de Venda em Bolsa de Valores para exercer direito de preferência para adquirir as Ações Ofertadas, pelo preço previsto na letra (e) abaixo, na proporção de seus respectivos Percentuais de Participação no Bloco Gomes, excluídas as Ações do Acionista Alienante e as Ações dos Acionistas Ofertados que não exercerem o seu direito de preferência.

(c) O Acionista Ofertado que desejar exercer o seu direito de preferência previsto nesta Cláusula 9.4 deverão, no prazo de 10 (dez) dias úteis previsto na letra (b) acima, notificar, por escrito, o Acionista Alienante, com cópia para os demais Acionistas Ofertados, informando sobre o exercício de seu direito de preferência e, conforme o disposto na letra (d) abaixo, a quantidade de Ações Ofertadas que deseja adquirir. A falta de manifestação de um Acionista Ofertado dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis previsto acima será entendida como recusa de tal Acionista Ofertado em exercer o seu direito de preferência.

(d) O(s) Acionista(s) Ofertado(s) que exercer(em) o seu direito de preferência previsto nesta Cláusula 9.4 terá o direito de adquirir todas ou parte das Ações Ofertadas, devendo o direito de preferência ser exercido na proporção dos Percentuais de Participação no Bloco Gomes (excluídos os Percentuais de Participação no Bloco Gomes do Acionista Alienante e dos Acionistas Ofertados que não exercerem o seu direito de preferência), na hipótese de mais de um Acionista Ofertado exercer o seu direito de preferência.

(e) Salvo se diversamente acordado, individualmente, entre o Acionista Alienante e cada um dos Acionistas Ofertados que exercer o seu direito de preferência, o preço por ação das Ações Ofertadas será igual à média da cotação de fechamento da Ação na Bolsa de Valores nos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores à data do envio do Aviso de Venda em Bolsa de Valores.

(f) No caso de exercício do direito de preferência, o Acionista Alienante e os Acionistas Ofertados que tiverem exercido o seu direito de preferência deverão consumir a compra e venda das Ações Ofertadas no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do término do prazo de 10 (dez) dias úteis previsto na letra (b) acima.

(g) No caso de não ser exercido o direito de preferência, ou no caso de o direito de preferência ser exercido apenas em relação à parte das Ações Ofertadas, o Acionista Alienante poderá implementar a desvinculação das Ações Ofertadas, ou da parcela remanescente, deste Acordo e vendê-las na Bolsa de Valores. Caso o Acionista Alienante não consuma a venda de todas essas Ações Ofertadas na Bolsa de Valores no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados da data de

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

desvinculação deste Acordo, o Acionista Alienante deverá vincular a este Acordo novamente todas as Ações Ofertadas não vendidas (e, no caso de ter deixado de ser parte do presente, conforme a Cláusula 15.2, deverá aderir novamente a este Acordo).”

g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Os Representantes exercerão, e os Acionistas e o Bloco Gomes farão com que os Representantes exerçam, seus direitos de voto nas reuniões dos órgãos de administração da Companhia em conformidade com as disposições deste Acordo e em estrita observância das instruções de voto dadas pelo Representante do Bloco Gomes, de modo a assegurar o fiel e integral cumprimento deste Acordo e de tais instruções. O presidente da reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria não computará qualquer voto proferido com infração ao presente Acordo.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Nome: Eleonora Ramos Gomes
 CPF/CNPJ: 013.808.518-82
 Qualificação: Acionista Controladora

Saldo Inicial						
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos		Quantidade	% de participação		Total
				Mesma Espécie/ Classe		
Ações	Ordinárias		-	-		-
Movimentações nos três últimos exercícios sociais						
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos	Operação	Data	Quantidade	Mesma Espécie/ Classe	Total
Ações	Ordinárias	Incorporação Portobello Participações Cerâmicas S/A	Abril/2008	27.329.560	17,19%	17,19%
Ações	Ordinárias	Venda	Março/2010	488.100	0,31%	0,31%
Ações	Ordinárias	Venda	Abril/2010	300	0,00%	0,00%
Ações	Ordinárias	Venda	Agosto/2010	5.000.000	3,14%	3,14%
Saldo Final						
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos		Quantidade	% de participação		Total
				Mesma Espécie/ Classe		
Ações	Ordinárias		21.841.160	13,74%		13,74%

Nome: Cesar Gomes Junior
 CPF: 305.583.019-91
 Qualificação: Membro do Conselho de Administração, Diretor Presidente e Acionista Controlador

Saldo Inicial						
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos		Quantidade	% de participação		Total
				Mesma Espécie/ Classe		
Ações	Ordinárias		6	0,00%		0,00%
Movimentações nos três últimos exercícios sociais						
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos	Operação	Data	Quantidade	Mesma Espécie/ Classe	Total
Ações	Ordinárias	Incorporação Portobello Participações Cerâmicas S/A	Janeiro/ 2008	24.412.013	15,35%	15,35%
Saldo Final						
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos		Quantidade	% de participação		Total
				Mesma Espécie/ Classe		
Ações	Ordinárias		24.412.019	15,35%		15,35%

A partir de abril de 2011, com a assinatura do acordo de acionistas, os controladores da Companhia deixaram de ser exclusivamente Cesar Gomes Junior e Eleonora Ramos Gomes e passaram a ser o grupo descrito no item 15.5.

15.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia contrata operações com partes relacionadas de acordo com as práticas e valores de mercado.

Por este motivo a Companhia não adota regras, políticas ou práticas específicas às transações com partes relacionadas.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Refinadora Catarinense S/A	04/01/2002	40.000.000,00	R\$ 94.667.000,00		Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Cessão de créditos tributários, declarados judicialmente originados de benefício fiscal intitulado 'crédito prêmio do IPI'						
Garantia e seguros	Como o processo de cessão de crédito ainda não transitou em julgado, a cedente deu garantia para a Companhia no montante atualizado de R\$ 86.763.000, a ser executado na eventualidade do crédito fiscal ser glosado em última instância.						
Rescisão ou extinção	Contrato celebrado em caráter irrevogável e irretratável. O término do contrato opera-se por ocasião da compensação tributária dos créditos cedidos.						
Natureza e razão para a operação							
Solução Cerâmica e Comércio Ltda.	01/09/2008	0,00			5 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Contrato de Franquia Portobello Shop						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	As condições padrão de circular de oferta da rede de franquias						
Natureza e razão para a operação							
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda.	01/10/2010	0,00			5 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Contrato de Franquia Portobello Shop						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	As condições padrão de circular de oferta da rede de franqueada						
Natureza e razão para a operação							
FHM Consultoria, Administração e Participações Ltda.	03/11/2009	300.000,00			1 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Membro do Conselho de Administração						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de consultoria						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção	A qualquer tempo por ambas as partes, desde que a comunicação seja feita com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesse

Os conflitos de interesse são equacionados por meio de interlocução direta com a parte relacionada, ocasião em que a Companhia é intransigente na defesa e salvaguarda de seus legítimos interesses, o eventual insucesso e ensejará discussão judicial.

b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Refinadora Catarinense S/A – Os contratos de créditos tributários celebrados com a parte relacionada Refinadora Catarinense S/A tinham o condão de permitir a cessão de créditos tributários entre empresas do mesmo grupo econômico vigorava a época.

A acionista membro do grupo de controle da Companhia, Eleonora Ramos Gomes, proprietária da Solução Cerâmica e Comércio Ltda., habilitou-se a um processo de seleção de franqueados, de forma isonômica e, após concluído o processo, celebrou contrato de franquia. Da mesma forma aconteceu para a franqueada Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda., cuja proprietária é acionista do grupo de controle.

O Conselheiro Plínio Villares Musetti prestou consultoria financeira à Companhia no período de novembro de 2009 a novembro de 2010, quando o contrato expirou.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
27/11/2007	112.957.487,00		159.008.924	0	159.008.924
Tipo de capital	Capital Subscrito				
27/11/2007	112.957.487,00		159.008.924	0	159.008.924
Tipo de capital	Capital Integralizado				
27/11/2007	112.957.487,00		159.008.924	0	159.008.924
Tipo de capital	Capital Autorizado				
27/11/2007	0,00		1.159.008.924	0	1.159.008.924

17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, dado que não houve aumentos de capital nos três últimos exercícios sociais.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, dado que não houve grupamentos ou bonificações nos últimos três exercícios sociais.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, dado que não houve reduções de capital social da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social e com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não pode emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. Desse modo, o capital social da Companhia é composto exclusivamente de ações ordinárias. Nos termos do artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, do saldo do lucro líquido do exercício obtido após as deduções previstas no Estatuto Social e ajustado na forma do artigo 202, da Lei das Sociedades por Ações, destinar-se-á 25% para pagamento do dividendo obrigatório a todos os acionistas da Companhia.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, é conferido aos titulares das ações ordinárias direito ao recebimento do capital, na proporção das ações detidas por cada um, após o cumprimento de todas as obrigações sociais.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	<p>A Política de Negociação de Valores Mobiliários, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 12 de abril de 2010, contém restrições à negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia pelas pessoas e na forma ali indicadas.</p> <p>Para maiores informações a respeito da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia, pessoas a ela vinculadas e principais termos, ver item 20 (“Política de Negociação de Valores Mobiliários”) deste Formulário de Referência.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As condições para alteração dos direitos preteritamente assegurados devem ter amparo legal e institucional.
Outras características relevantes	<p>O Regulamento do Novo Mercado e o Estatuto Social da Companhia prevêem que a alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutive de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando-se as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.</p> <p>A oferta pública de aquisição acima referida também deverá ser realizada nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle acionário da Companhia; e em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia.</p>

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A regra estatutária que limita o direito de voto de acionistas significativos pode ser observada no parágrafo 4º do artigo 46 do estatuto social, sempre por meio de deliberação de assembleia de acionistas, ocasião em que este acionista não vota. De outra parte existem exposições estatutárias que obrigam a realização de oferta pública, que podem ser observadas no artigo 43 e seguintes do estatuto social da Companhia.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não se aplica, dado que não há exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2010**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2010	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	20.893.953	2,14	1,52	R\$ por Unidade
30/06/2010	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.371.715	1,70	1,31	R\$ por Unidade
30/09/2010	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	30.432.663	1,86	1,59	R\$ por Unidade
31/12/2010	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.842.292	2,01	1,76	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2009

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.443.427	1,01	0,87	R\$ por Unidade
30/06/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	14.790.195	1,20	0,93	R\$ por Unidade
30/09/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	9.149.390	1,33	1,10	R\$ por Unidade
31/12/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.199.887	1,50	1,27	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2008

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2008	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.749.091	2,45	1,67	R\$ por Unidade
30/06/2008	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	27.636.594	1,95	1,49	R\$ por Unidade
30/09/2008	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.672.805	1,73	1,46	R\$ por Unidade
31/12/2008	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.067.842	1,17	0,87	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, dado que a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros, sob o código “PTBL3”.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

As ações da Companhia não são negociadas em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não se aplica, dado que não houve ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros nos últimos três exercícios sociais.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não se aplica, dado que nos três últimos exercícios sociais não houve ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro.

18.10 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui planos de recompra nem valores mobiliários em tesouraria.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui planos de recompra nem valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui planos de recompra nem valores mobiliários em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

A Companhia não possui planos de recompra nem valores mobiliários em tesouraria.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação**12/04/2010****Cargo e/ou função**

Os Diretores, os integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária.

Principais características

Os diretores, os integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, inclusive pelo período de 6 (seis) meses após seu afastamento destas funções na Companhia, ficam obrigados a informar à Companhia a titularidade e as negociações realizadas com valores mobiliários emitidos pela própria Companhia, preenchendo o Formulário: Valores Mobiliários Possuídos, de Emissão da Companhia, da sua Controladora e de Controladas, que se encontra em poder do Diretor de Relação com Investidores (DRI). Esse Formulário deverá ser atualizado até o 5º dia do mês subsequente em que ocorrerem alterações e deverá ser entregue ao DRI. O preenchimento desse Formulário se estende aos valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge do qual não estejam separados judicialmente, de companheiro(a), de qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda, e de sociedades controladas direta ou indiretamente. A posse dos integrantes dos Conselhos de Administração e da Diretoria também fica subordinada à apresentação desse documento.

O Diretor de Relação com Investidores ficará encarregado de manter uma via do referido Formulário em pastas segregadas e de encaminhar cópia do mesmo à CVM e à Bolsa de Valores, mediante documento protocolado, podendo ser por meio eletrônico.

É exigido que as pessoas mencionadas acima mantenham em seu poder, por um período de tempo superior a 90 dias da data de compra, os valores mobiliários adquiridos que sejam de emissão da Companhia, da controladora e de suas controladas.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

A própria Companhia, os acionistas controladores, os integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, os diretores e empregados com acesso a informações relevantes, tanto da Companhia como da controladora e das controladas, assim como os respectivos cônjuges, salvo no caso de separação judicial, companheiras(os) e qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda, inclusive nas pessoas jurídicas em que essas pessoas possam influenciar nas decisões de negociação de forma direta ou indireta, não poderão negociar (comprar ou vender) ações da Companhia em período de tempo inferior a 15 (quinze) dias antes da entrega à CVM dos Formulários ITR – Informações Trimestrais, DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas e dos Formulários de Referência estabelecidos pela Instrução CVM no. 480/2009, e nos seguintes períodos:

(i) No período compreendido entre a data de qualquer decisão do Conselho de Administração e a data da publicação dos respectivos editais ou anúncios, referentes à:

- Qualquer forma de aumento de capital social, inclusive com desdobramento de ações;
- Distribuição de dividendos, bonificações e desdobramentos.

(ii) Em outras épocas que venham a ser especificamente determinadas pela Diretoria, através do Diretor de Relação com Investidores.

Do momento em que tomou conhecimento e antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante é vedada a negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, pela própria Companhia, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante. A mesma vedação aplica-se aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia.

É vedado às pessoas mencionadas acima, realizar com valores mobiliários de emissão da Companhia, da controladora e das controladas, operações nas modalidades a termo, futuro e compra e venda em margem.

A Companhia e as pessoas mencionadas acima deverão zelar para que seus contatos comerciais e aqueles com quem mantenham relação societária, comercial, profissional ou de confiança não negociem valores Mobiliários da Companhia quando tiverem acesso a informações privilegiadas.

20.2 - Outras informações relevantes

Caberá ao Diretor de Relação com Investidores, além das atribuições legais e estatutárias inerentes ao cargo, zelar pelo fiel cumprimento destas Políticas, consultando, sempre que julgar necessário, o Presidente da Companhia. Ele deverá obter a adesão formal das pessoas mencionadas acima, mediante a assinatura dos mesmos no Termo de Adesão, os quais, em conjunto com as presentes Políticas deverão ser encaminhados à CVM e as Bolsas de Valores, conforme previsto no Art. 17 da Instrução CVM nº 358 de 03 de janeiro de 2002.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia possui Políticas de Divulgação de Informações Relevantes, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 12 de abril de 2010.

A Política de Divulgação de Informações Relevantes visa, entre outras coisas, à divulgação e uso de informações relevantes e à manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Os acionistas controladores, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, os diretores e demais empregados da Companhia, assim como da empresa controladora e das controladas, ficam obrigados a guardar sigilo sobre informações relativas a atos ou fatos relevantes, ainda não divulgados.

O não cumprimento dessa Política configura infração grave, sujeitando os infratores às sanções legais pertinentes.

Estas Políticas também aplicam-se às pessoas mencionadas acima pelo período de 6 (seis) meses após seu afastamento destas funções na Companhia.

As pessoas acima mencionadas deverão ainda zelar para que terceiros, ou seja, o público externo em geral, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, ao prestarem serviços à Companhia que envolvam informações que irão ou que poderão resultar em atos ou fatos relevantes, dêem às mesmas tratamento sigiloso devendo, para tanto, serem adotados os seguintes procedimentos:

- a) Informá-los da existência das Políticas relativas ao tratamento de atos ou fatos relevantes;
- b) Incluir nos contratos com terceiros, cláusula relativa à obrigatoriedade da guarda de sigilo;
- c) Quando da inexistência desse tipo de cláusula, exigir a assinatura de Termo de Confidencialidade;
- d) Informar, mediante correspondência interna ao Diretor de Relação com Investidores, a natureza dos serviços que estão sendo prestados à Companhia e as informações de natureza relevante que estão ou que poderão ser geradas, assim como a relação das pessoas envolvidas na atividade, com indicação do nome, cargo, função, endereço, telefone e número no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas ou de Pessoas Jurídicas;
- e) Manter a listagem acima mencionada permanentemente atualizada e remetê-la ao Diretor de Relação com Investidores, o qual ficará responsável pela sua guarda por um período de cinco anos.

As pessoas mencionadas acima deverão comunicar de imediato, através de correspondência ao Diretor de Relação com Investidores, todo e qualquer fato relevante de que tenham conhecimento, informando o evento que deu origem à informação relevante, a data da sua realização, as matérias abordadas e a listagem das pessoas que dele tomaram conhecimento. Essa comunicação torna-se desnecessária quando o Diretor de Relação com Investidores participar do evento, cabendo, então, ao mesmo, coletar essas informações.

O Diretor de Relação com Investidores ficará encarregado da guarda de informações e documentos sobre fatos relevantes por um período de cinco anos, a contar da data da primeira reunião que deu origem ao fato, em local com os requisitos necessários à sua segurança. As informações deverão sempre conter a data e os eventos que ocorreram em cada uma das etapas do seu desenvolvimento, assim como a relação das pessoas, internas e externas à Companhia, que foram agregando conhecimento da informação ao longo das atividades desenvolvidas.

O Diretor de Relação com Investidores deve comunicar de imediato à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às Bolsas de Valores e determinar a divulgação via imprensa, de todo e qualquer fato relevante de que tenha conhecimento, excetuando-se aqueles que, por determinação do Conselho de Administração, devam ser por ele encaminhado somente à CVM, acompanhado de requerimento solicitando sigilo.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Cabe ao Diretor de Relação com Investidores, observadas as disposições da Política de Divulgação de Informações e da legislação aplicável, decidir pela divulgação ao mercado e pela comunicação dessas situações aos órgãos públicos e privados pertinentes, desde que constituam informação relevante sobre a Companhia.

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não se aplica, dado que não houve aquisição, alienação de ativo relevante.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não se aplica, dado que não houve alteração na condução de negócios.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não se aplica, dado que não houve contrato relevante.

22.4 - Outras informações relevantes

As operações da controlada Portobello America, Inc. foram descontinuadas em 31 de dezembro de 2010 e os dados relativos a esta operação descontinuada estão foram apresentados na demonstração de resultado do exercício de forma aglutinada conforme as normas do CPC/IFRS.